



PPC

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL
E EXTRAJUDICIAL**

- EAD -

VERSÃO SINTÉTICA

CURITIBA/PR

2023

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – E-Mec 18437
CNPJ 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – E-Mec 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).
Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no D.O. U em 27/03/2002).
Portaria de Recredenciamento, nº 65 de 18 de Janeiro de 2017,
(publicada no D.O. U em 19/01/2017).
Credenciamento em Gran Centro Universitário - UniBagozzi,
Portaria nº 402 de 03 de Junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, página 141).

2

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
Modalidade EAD (educação a distância)

Autorizado pela Portaria Nº 167, de 04 de julho de 2023,
publicada em 04 de julho de 2023.

Integralização: 4 semestres

CURITIBA/PR
2023

SUMÁRIO

1. Perfil Institucional	11
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES.....	11
1.1.1 Base Legal da Mantenedora	11
1.1.2 Base Legal da IES	11
1.2 PERFIL E MISSÃO DA IES	12
1.3 BREVE HISTÓRICO DA IES.....	12
1.3.1 A Faculdade Padre João Bagozzi (2001-2021).....	12
1.3.2 O Centro Universitário Padre João Bagozzi - UniBagozzi (2021-2022).....	15
1.3.3 O Gran Centro Universitário (2022)	16
1.4 VOCAÇÃO GLOBAL	17
1.4 INSERÇÃO REGIONAL.....	18
1.4.1 Mesorregião – O Estado do PR	18
1.4.2 Microrregião	23
1.4.3 Contexto Socioeducacional	27
1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	33
1.6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO - PEDAGÓGICA	33
1.6.1 Implementação das Políticas Institucionais Constantes no PDI no âmbito do curso.....	33
1.6.2 Políticas de Pesquisa	34
1.6.3 Políticas de Extensão	44
1.6.4 Políticas de Responsabilidade Social.....	47
1.6.5 Políticas de Ações Afirmativas	51
1.6.6 Sustentabilidade Socioambiental e Preservação Ambiental	52
2. O Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.....	55
2.1. JUSTIFICATIVA DO CURSO	55
2.2. PERFIL DO CURSO	64
2.2.1 Implantação e Desenvolvimento - Programa de abertura de cursos de Graduação – Modalidade a Distância (PDI).....	64
2.2.2. Informações Gerais do Curso	66
2.2.3. Dados da Coordenação do Curso	67
2.2.4. Objetivo Geral.....	68
2.2.5. Objetivos Específicos do Curso.....	69

2.2.6. Filosofia do Curso.....	71
2.2.7. Missão do Curso.....	72
2.2.8. Visão do Curso	74
2.2.9. Finalidades do Curso.....	74
2.3. PERFIL DO EGRESSO DO CURSO	76
2.3.1. Competências, Habilidades e Atitude Profissional.....	76
2.3.2. Competências e Habilidades do Tecnólogo em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial .	77
2.3.3. Aplicação das Competências e Habilidades	79
2.3.4. Atitude Profissional	80
2.3.5. Campo de Atuação.....	81
2.4. PERFIL DO PROFESSOR/TUTOR	82
2.5. DO PROJETO PEDAGÓGICO	86
2.5.1 Fundamentos	86
2.5.2 Organização e desenvolvimento curricular	89
2.5.3 Estrutura Curricular	89
2.5.4 Delineamento da Estrutura Curricular	92
2.5.5 Da Hora-Aula.....	93
2.6. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - EAD	93
2.6.1 Organização Curricular - Resumo	95
2.6.2 Ênfases do Curso	96
2.7. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO	97
2.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	99
2.9. EMENTAS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.....	102
2.10. METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR – PROJETO INTEGRADOR.....	103
2.11. ATIVIDADES EXTENSIONISTAS.....	108
2.11.1. Informações Gerais.....	110
2.11.2. Metodologia do Projeto de Extensão	110
2.11.2.1 Fase da Sensibilização.....	111
2.11.2.2 Fases de Realização das Ações Extensionistas.....	112
2.11.3. Modelos de Atividades Extensionistas	112
2.13. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	112
2.13.1. Avaliação Digital – AVD	117

2.13.2. Síntese da Avaliação Digital (AVD) e Média para Aprovação	120
2.13.3. Exame Final	121
2.13.4. Avaliação Digital - Segunda Chamada.....	121
2.13.5. Avaliação Presencial - AVP	121
2.13.6. Avaliação Presencial - Segunda chamada.....	122
2.13.7. Sistema de Avaliação das Unidades Curriculares Práticas	123
2.14.8. Disciplinas Pendentes - DISPENS	123
2.13.9. Aproveitamento Extraordinário.....	124
2.13.10. Princípios Éticos e de Respeito à Diversidade no processo de avaliação	124
2.14. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA - CPA.....	124
2.14.1. Articulação da Autoavaliação do Curso com a Institucional	125
2.14.2. Avaliação do PPC	126
2.15 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	127
2.15.1 Formas de Acesso ao Curso	128
2.15.2 Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão - NIPE	128
2.15.3 Programa de Nivelamento	130
2.15.4 Programa de Monitoria	131
2.15.5 Arte e Cultura.....	131
2.15.6 Apoio Pedagógico e Psicopedagógico	132
2.15.7 Orientações Acadêmicas	133
2.15.8 Programas de Apoio Financeiro	133
2.15.9 Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva - NAEI	134
2.15.10 Política e Acompanhamento de Egressos	136
2.17 POLÍTICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD).....	137
2.17.1 Políticas Institucionais para a Modalidade EaD.....	137
2.17.2 Equipe Multidisciplinar EaD - NEaD	139
2.17.3 Atividades de Tutoria	141
2.17.4 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	146
2.17.5 Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA	150
2.17.5.1. Recursos de acessibilidade no AVA.....	154
2.17.6. Materiais Digitais AVA.....	154
2.17.6.1. Produção de material didático	154
2.17.6.2. Materiais didáticos disponibilizados no AVA	156
2.17.6.3. Fluxo e ciclo de produção de material didático.....	159

2.17.6. Acesso às Aulas Virtuais	159
2.18. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICs.....	160
2.18.1. Principais TICs	162
2.18.2. TICs e Pesquisas Acadêmicas.....	163
2.18.3. Principais Portais	163
2.19. REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL.....	164
2.20. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	164
2.21. ATENDIMENTO E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PCDs) E COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	165
2.22. POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	170
2.23. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	171

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – UniBagozzi	18
Figura 2 – Posição do Paraná no Ranking de Competitividade	21
Figura 3 – Pilar Inovação	22
Figura 4 – Indicador Potencial de Mercado	23
Figura 5 – Pilar Capital Humano	25
Figura 6 – Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) (1) - 2020	57
Figura 7 – Cenário Econômico de Curitiba Depois do Impacto Gerado pela Pandemia de 2019	58
Figura 8 – Municípios da Região Metropolitana de Curitiba	60
Figura 9 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030	109
Figura 10 – Fluxo Semestral de Unidades Curriculares Regulares e Práticas	115
Figura 11 – Material Didático: Videoaulas	160
Figura 12 – Material Didático: E-Books/PDFs	161
Figura 13 – Material Didático: E-Books/PDFs	161
Figura 14 – Material Didático: Slides	162
Figura 15 – Material Didático: Questões	162
Figura 16 – Material Didático: Fluxo/Ciclo de Produção	163
Figura 17 – Organograma do Curso	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pilares que compõem o ranking de competitividade	22
Gráfico 2 – Indicadores para o pilar Inovação	23
Gráfico 3 – Indicadores para o Pilar Capital Humano	25
Gráfico 4 – Comparação PIB entre os principais Municípios do Estado do Paraná	26
Gráfico 5 – Quantidade de IES – Curitiba (Público e Privado)	30
Gráfico 6 – Quantidade de Cursos – Curitiba (Público e Privado)	31
Gráfico 7 – Número de Vagas – Curitiba (Público e Privado)	31
Gráfico 8 – Quantidade de Alunos matriculados no Ensino Médio – Curitiba (Público e Privado)	32
Gráfico 9 – Quantidade de Alunos concluintes no Ensino Médio – Curitiba (Público e Privado)	33
Gráfico 10 – Evolução Matrículas EJA em Curitiba	34
Gráfico 11 – Distribuição Demográfica da População de Curitiba	59
Gráfico 12 – Renda Média, Mensal, Per Capita no Paraná e em Curitiba	61
Gráfico 13 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação por Modalidade	62
Gráfico 14 – Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior - IES	13
Tabela 2 – Identificação da Mantenedora	13
Tabela 3 – Indicadores para o pilar Sustentabilidade Social	24
Tabela 4 – Comparação das Cidades do Paraná com maior PIB Brasil	27
Tabela 5 – Pilar Educação	30
Tabela 6 – Informações Gerais do Curso	67
Tabela 7 – Dados da Coordenação do Curso	67
Tabela 8 – Atividades Complementares	100
Tabela 9 – Plano de Ensino do Projeto Integrador	105
Tabela 10 – Síntese da Composição das Avaliações das Unidades Curriculares Regulares - UCRs	121
Tabela 11 – Síntese das Composições das Avaliações das Unidades Curriculares Práticas	125
Tabela 12 – Tipos de Mensagens disponíveis no AVA	151
Tabela 13 – Tipos de Relatórios a serem preenchidos pelo Tutor	152
Tabela 14 – Dados Pessoais da Coordenação do Curso	181
Tabela 15 – Descrição dos Laboratórios	201
Tabela 16 – Instalações Sanitárias	202
Tabela 17 – Instalações Sanitárias	203
Tabela 18 – Biblioteca IES: Acervo Atual	206
Tabela 19 – Biblioteca IES: Aquisições	206
Tabela 20 – Biblioteca IES: Equipamentos	207
Tabela 21 – Biblioteca IES: Acervo Virtual Pearson por Área	207
Tabela 22 – Biblioteca IES: Acervo Virtual Saraiva – Área Direito	207
Tabela 23 – Biblioteca Virtual: Acervo Atual	214
Tabela 24 – Biblioteca IES: Aquisições	214
Tabela 25 – Descrição dos Laboratórios	218

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz Curricular – CST - EAD	92
Quadro 2 – Resumo da CH Total da Matriz Curricular	93
Quadro 3 – Resumo da CH de Práticas, Estágios e Atividades Extensionistas	94
Quadro 4 – Resumo da CH de UC Obrigatórias e Ações Afirmativas	94
Quadro 5 – Relação das Certificações Intermediárias por Módulo	95
Quadro 6 – Relação das Ênfases	96
Quadro 7 – Composição do NDE 2022/2	179
Quadro 8 – Qualificação do Corpo Docente 2022/2	182
Quadro 9 – Experiência Profissional do Corpo Docente 2022/2	184
Quadro 10 – Experiência no Magistério Superior do Corpo Docente 2022/2	185
Quadro 11 – Qualificação do Corpo Docente 2022/2: Destaque para EaD	187
Quadro 12 – Colegiado de Curso 2022/2	192
Quadro 13 – Produção Acadêmica e Científica do Corpo Docente 2022/2	196

1. Perfil Institucional

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Tabela 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior - IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97			
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961.	Bairro: Portão	Cidade: Curitiba	UF: PR
CEP: 81.070-050	Telefone: (41) 3521-2727		

11

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

1.1.1 Base Legal da Mantenedora

O **Gran Centro Universitário** é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo **Gran Centro Universitário LTDA**. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na **Junta Comercial do Paraná**, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2 Base Legal da IES

Tabela 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA					
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA				
CNPJ:	32.163.997/0001-97				
CÓDIGO e-MEC	18437				
End.:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81070-050				
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018.				
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos				
DIRIGENTE MANTENEDORA					
DIRIGENTE:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00

Fone:	(41) 3229-1181				
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – GRAN FACULDADE				
e-MEC	1759				
DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
End.:	Rua Caetano Marchesini, N°. 952.				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727	Fax:	(41) 3521-2700		

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

12

1.2 PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3 BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1 A Faculdade Padre João Bagozzi (2001-2021)

A Congregação dos Oblatos de São José, primeira mantenedora da IES, como IES Padre João Bagozzi, está presente no Brasil desde 1919, tem sua sede na cidade de Curitiba (PR), na Rua João

Bettega n.º 796, Bairro Portão, e seus estatutos sociais publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 122, de 01/08/1962.

O Pe. João Bagozzi, sacerdote italiano da Congregação dos Oblatos de São José, chegou ao Brasil em 1939, trabalhou em diversas localidades, como Paranaguá (PR), Botucatu (SP) e Curitiba (PR). O Pe. Bagozzi tinha uma alma simples e alegre, movida pelo ideal de evangelizar a juventude.

Em 1954, quando era pároco da Paróquia Senhor Bom Jesus do Portão, em Curitiba (PR), pensou em criar ao lado da igreja uma pequena escola que atendesse aos filhos da comunidade segundo princípios da educação católica. A “Escola Imaculada Conceição”, como era chamada, começou a funcionar em 1955 com quatro salas, autorizadas pelo Registro n.º 386 da Inspetora Seccional de Curitiba. Por sua determinação, a escola cresceu rapidamente, e no ano seguinte começaram as obras para sua ampliação, com o apoio de toda a comunidade do bairro.

Pelo Decreto n.º 4398 de 27/12/1977 o estabelecimento foi reorganizado, passando a denominar-se “Colégio Padre João Bagozzi – Ensino Regular e Supletivo de 1.º e 2.º Graus”, ofertando, também, o curso de Auxiliar e Técnico em Contabilidade. Desde a publicação da lei n.º 9394/96 de 20/12/1996, que estabeleceu as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a instituição foi adequando-se à legislação vigente, conforme explicitado no seu Regimento.

Respalhada por sua história frente ao Colégio Padre João Bagozzi, em 1998 a Congregação dos Oblatos de São José constituiu um colegiado para elaboração da proposta de criação da Faculdade Padre João Bagozzi, que se responsabilizou por elaborar o projeto de criação da instituição e a definição dos cursos a serem implantados. Paralelamente, foram realizadas as aquisições de equipamentos e modernização dos laboratórios de informática, modernização e informatização da biblioteca, adequação da estrutura física e constituição do corpo docente inicial.

Nessa ocasião, foi apresentado ao Ministério da Educação o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, para o período compreendido entre 1999 e 2003. A IES Padre João Bagozzi é fundada, portanto, em 4 de julho de 2001, a partir do seu credenciamento, quando iniciou o seu ideal e carisma de educar para o desenvolvimento integral do ser humano, de forma sustentável e comprometida com a vida e a sociedade. Uma das metas de maior impacto institucional atingido foi a transferência da sede para instalações exclusivas, nas imediações do complexo de instituições mantidas pela Congregação dos Oblatos de São José, que ocorreu no início de 2005 no PDI vigente

(2004 a 2008). Em 2008, a IES teve sua atualização de PDI deferida para o período 2009-2013. Desse projeto, outras metas de impacto foram os processos de autorização de novos cursos.

Em 2013, a IES teve nova atualização de PDI deferida para o período 2014-2018. Desse projeto, outras metas de impacto foram os processos de reconhecimento dos cursos autorizados e a abertura de novos cursos. Se deu também a solicitação do Credenciamento e da Autorização de funcionamento da oferta de cursos na modalidade a distância: Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu. No segundo semestre de 2018, devido à mudança da Direção Geral e o novo mandato da Superintendência, houve a necessidade de uma revisão e mudanças no PDI. Nesta reconstrução do PDI ocorreu a participação ativa dos membros do COSUP – Conselho Superior, formado na sua essência por representantes da Mantenedora, Direção Geral, Coordenadores de Escola, e Técnico – Administrativo, tendo sido aprovado no mês de julho de 2018. As principais mudanças desta nova Direção Geral e Superintendência foi a reorganização da oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância (graduação, pós-graduação e extensão) por meio da Escolas de Formação Humana e Profissional; apresentação de uma nova estrutura organizacional; e o redesenho de todos os processos de gestão acadêmica. Todas estas ações se deram pela construção colegiada de um Planejamento Estratégico, que contemple este triênio, no qual se envolveram os principais atores desta comunidade acadêmica.

A CPA, como parceira no projeto de desenvolvimento e evolução da Bagozzi, propõe e planeja as mudanças na prática acadêmica e na gestão da Instituição para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes, visando com isso atingir os objetivos propostos para a melhoria do ensino-aprendizagem.

Os resultados parciais e finais sob forma de relatórios conclusivos, é objeto de divulgação plena, tanto para comunidade interna como para comunidade externa ou órgãos oficiais de governo, sempre que for o caso, observada a questão de pertinência ou conveniência, quer no em seu conteúdo integral ou sob a forma de artigos sobre temas específicos publicados de forma própria, ou em revista ou periódicos especializados, a critério da Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA e da Administração Superior da IES.

As conclusões finais do processo de avaliação de natureza institucional devem ser utilizadas tanto para alimentação permanente como para tomada de decisão. Conforme o Relato Institucional (2017-2019), durante este período houve a ampliação do portfólio dos cursos de graduação

presencial e EaD, bem como da oferta de pós-graduação *lato sensu* e extensões universitárias, em ambas as modalidades. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* e extensões universitárias tiveram ainda as suas matrizes reformuladas e atualizadas.

Houve autorizações de três (3) cursos de graduação na modalidade a distância (Pedagogia, Processos Gerenciais e Logística), publicados em agosto de 2017. Deste modo, em 2018, iniciou-se a primeira turma de Pedagogia EaD. Em 2019 os cursos de Processos Gerenciais e Logística, ambos EaD, tiveram suas primeiras turmas iniciadas. Também em 2019, foram feitos os pedidos de autorizações de mais quatro (4) cursos de graduação, sendo eles Ciências Contábeis (presencial), Psicologia (presencial), Direito (presencial e EaD). Naquele ano, aconteceu ainda o processo de (re)modelagem acadêmica de todos os cursos de graduação das quatro (4) Escolas de Formação Humana e Profissional (Gestão, TI, Engenharias e Educação, Sociedade e Ambiente) com matrizes e projetos de cursos reformulados para entrarem em vigência a partir de 2020/1. Cabe aqui ressaltar que, em 2022, houve ampliação da 5ª Escola de Formação Humana e Profissional, a Escola Jurídica.

1.3.2 O Centro Universitário Padre João Bagozzi - UniBagozzi (2021-2022)

Em 2021, ocorreu a organização institucional para os trabalhos relativos ao pedido de credenciamento do Centro Universitário, com trâmites previstos para o ano de 2020 e, em 2021, um aditamento do PDI (2019-2023).

Enfim, em 31 de maio de 2021, após a avaliação externa virtual *in loco*, foi publicado pelo INEP o relatório de credenciamento de Centro Universitário, transformando a IES em Centro Universitário Padre João Bagozzi com conceito 5: o UniBagozzi.

Em 6 de junho de 2022, por publicação no D.O.U., Seção 1, Pág. 141, o Centro Universitário Padre João Bagozzi torna-se, então, oficialmente credenciado, conforme a Portaria nº 402, de 03/06/2022, que homologou o parecer CNE/CES Nº: 443/2021.

Figura 1 – GRAN FACULDADE



Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

Nesta perspectiva de crescimento, após duas décadas de atuação na Educação Superior e mais de 70 anos de presença da Rede OSJ de Educação (Congregação dos Oblatos de São José) dos diferentes segmentos de ensino, houve a mudança de mantenedora. Para garantir o progresso, a mantenedora da IES passou a ser a **GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA**, pertencente a **Gran Tecnologia e Educação S.A**, mais conhecida como **Gran Cursos Online**.

1.3.3 O Gran Centro Universitário (2022)

O **Gran**, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo **Gran** e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as **TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação)** são essencialmente valorizadas pelo **Gran**, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4 VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;

- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

1.4 INSERÇÃO REGIONAL

18

1.4.1 Mesorregião – O Estado do PR

O início do século XXI vem demonstrar através da análise do contexto nacional que o Brasil e o Paraná, em particular, passaram por grandes transformações econômicas e sociais que impactaram fortemente em suas populações sob vários aspectos. O Paraná se destacou no cenário nacional por ter apresentado uma dinâmica de crescimento demográfico que esteve condicionada por diversos movimentos migratórios.

Um dos processos que beneficiou o Paraná foi a desconcentração industrial que ocorreu a partir do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Nesse sentido, dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional foram imprimidas no espaço intraestadual a partir do reordenamento da distribuição espacial da população, delineando assim duas tendências regionais no Estado. De um lado, as regiões do Norte, Oeste e Sudoeste paranaense, que sofreram perdas populacionais ocorridas a partir da década de 1970 e, de outro, as regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, que sob o impacto da dinâmica econômica em transformação e que impulsionou o perfil industrial e as atividades de serviços do Estado, firmaram-se como espaços de elevado grau de urbanização e de concentração populacional (IPARDES,2017).

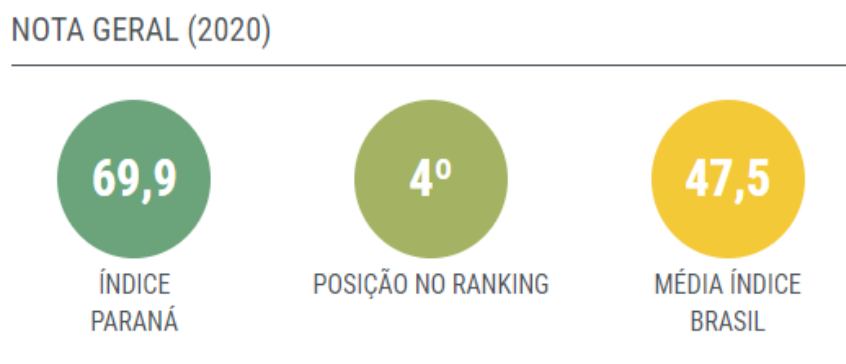
Estudos realizados ao longo de 2017 pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) evidenciaram conquistas importantes para o Paraná desde os anos 2000. Elas se devem ao desempenho nacional nesses anos, mas não somente. A análise de indicadores nacionais demonstra situações diferenciadas, quando comparados os desempenhos do Paraná em relação ao país e aos demais estados da Região Sul. Segundo IparDES (2017), os dados do Produto Interno Bruto (PIB) contribuem para ilustrar essa afirmação. Em 2003, o Paraná respondia por 6,41% do PIB nacional, colocando-se na quinta posição no ranking nacional de

geração de renda, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 2013, o Estado avança em relação às demais unidades da Federação, superando o Rio Grande do Sul neste ranking.

Observando somente o período entre 2010 e 2013, nota-se que o Paraná expandiu sua participação no PIB nacional, evoluindo de 5,80%, em 2010, para 6,26% em 2013, tornando-se mais competitivo. Em relação aos demais anos, a projeção do Iparades para o PIB estadual de 2019 é de crescimento de 0,7%, em contraste com a queda de 0,4% observada em 2018 e em três dos últimos cinco anos já analisados - 2014, 2015 e 2016. No acumulado dos primeiros nove meses de 2019, o PIB paranaense avançou 0,13%, puxado principalmente pela expansão da produção industrial (2,3%).

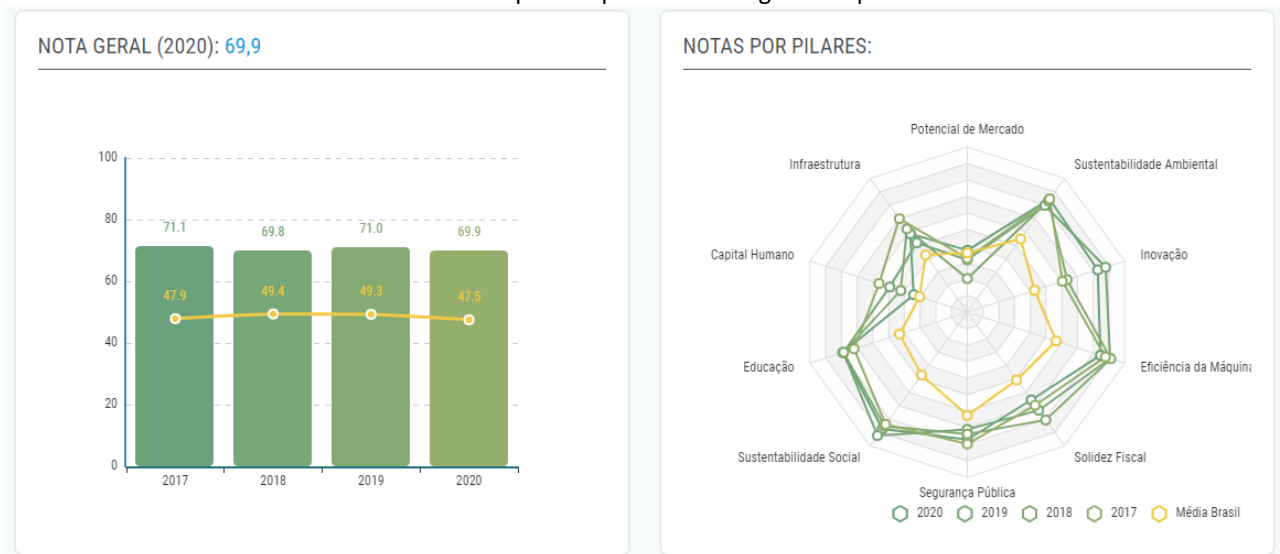
De acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados de 2020, o estado do Paraná ocupa a 4ª colocação, com São Paulo na primeira posição do Ranking de Competitividade dos Estados. Da mesma forma, Santa Catarina permaneceu na segunda posição, Distrito Federal, na terceira e Paraná, na quarta. Os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do ranking.

Figura 2 – Posição do Paraná no Ranking de Competitividade



Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

Gráfico 1 – Pilares que compõem o ranking de competitividade



Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

É possível observar que o estado do Paraná apresenta ótimos indicadores nos pilares Inovação, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Social. Quando o pilar Inovação é analisado através de seu conjunto de indicadores é possível observar que se trata de um aumento significativo no número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), ou seja, dados para cada 1 milhão de habitantes fazendo com que o estado ocupe o 4º lugar no ranking Inovação.

Figura 3 – Pilar Inovação



Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

A análise de Potencial de Mercado é formada por um conjunto de pilares, sendo que o indicador Taxa de Crescimento é um destes pilares que eleva o Estado do Paraná ao 12º lugar no Ranking Brasil. Um dos indicativos que elevou o Paraná com posicionamento no ranking em relação a Taxa de Crescimento de 16º lugar em 2017 para 8º lugar em 2020 sendo utilizado para compor este resultado a média móvel de quatro períodos da taxa de crescimento anual do PIB.

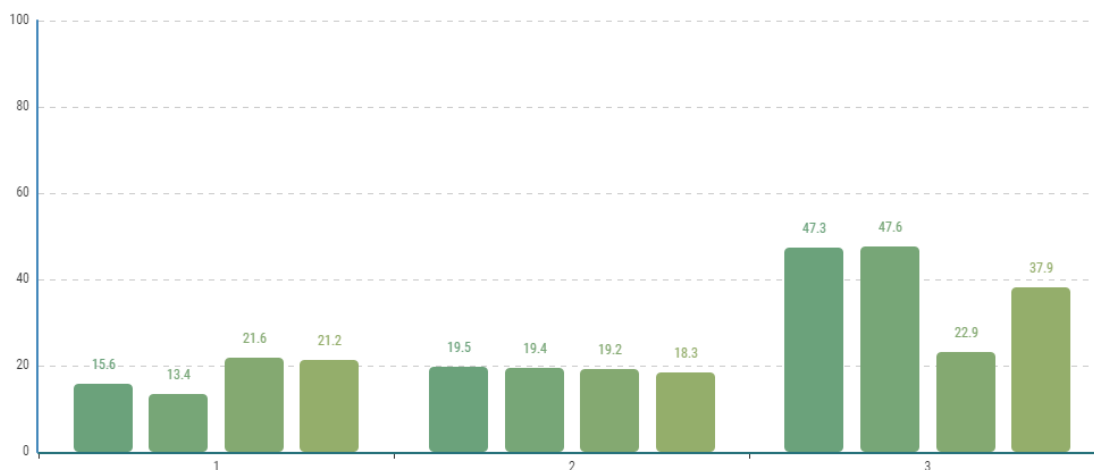
Figura 4 – Indicador Potencial de Mercado

NOTA GERAL NO PILAR (2020)



Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

Gráfico 2 – Indicadores para o pilar Inovação



Indicador	2020		2019		2018		2017	
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	15,6	24º	13,4	24º	21,6	24º	21,2	24º
2. Tamanho de mercado	19,5	5º	19,4	5º	19,2	5º	18,3	5º
3. Taxa de crescimento	47,3	8º	47,6	11º	22,9	17º	37,9	16º

Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

Quando o pilar Sustentabilidade Social é detalhado, é possível observar que uma das razões deste ótimo resultado para o Paraná é a análise sobre a formalidade no mercado de trabalho que mostra uma proporção elevada de ocupados de 14 anos ou mais de idade nas seguintes ocupações: 1) empregado com carteira de trabalho assinada (empregado do setor privado, trabalhador doméstico e empregado do setor público); 2) 'conta-própria', empregadores e 'trabalhador familiar auxiliar' que contribuem para instituto de previdência; e 3) 'militar e servidor estatutário' em relação ao total de ocupados. Outra razão para este resultado no ranking é o indicador Inserção econômica de jovens, IDH e Inserção Econômica com posições que destacam o Paraná (RANKING DE COMPETITIVIDADE, 2020).

Tabela 3 – Indicadores para o pilar Sustentabilidade Social

Indicador	2020		2019		2018		2017	
6. Formalidade do Mercado de Trabalho	83,7	4º	78,6	4º	79,1	5º	87,1	4º
7. IDH	65,3	5º	65,3	5º	72,2	4º	71,5	4º
8. Inadequação de Moradia	89,4	4º	88,0	2º	88,0	2º	97,3	4º
9. Inserção Econômica	82,5	5º	88,7	5º	84,2	6º	82,2	3º
10. Inserção Econômica dos Jovens	68,4	6º	70,7	3º	74,1	6º	71,3	6º

Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

O pilar capital humano, segundo o Ranking de Competitividade de 2020, demonstra o Paraná em 9ª colocação com indicadores importantes como PEA (população economicamente ativa) com Ensino Superior mantendo sua posição no ranking entre os anos de 2017 e 2020. Em razão da sua importância econômica e social e considerando as graves carências existentes nos Estados, o pilar educação possui um dos maiores pesos do ranking (11,2% do total), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

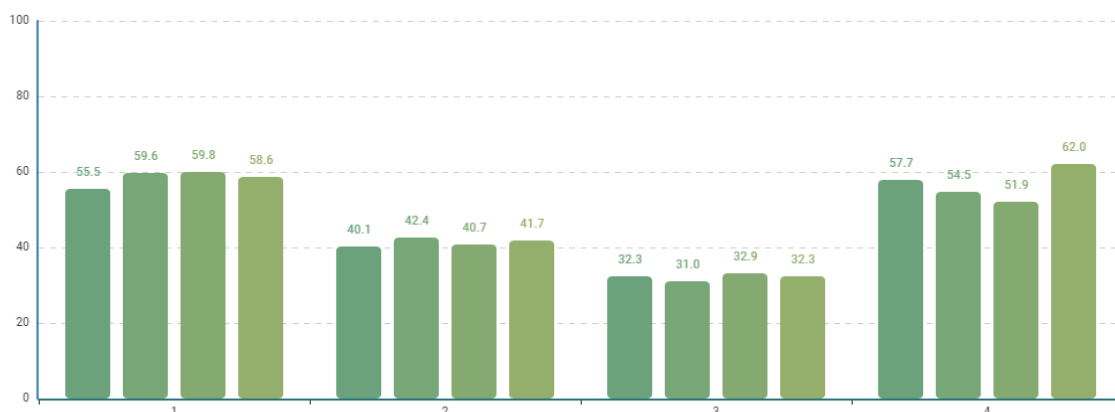
Figura 5 – Pilar Capital Humano

NOTA GERAL NO PILAR (2020)



Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

Gráfico 3 – Indicadores para o Pilar Capital Humano



Indicador	2020		2019		2018		2017	
1. Custo de Mão de Obra	55,5	23º	59,6	22º	59,8	22º	58,6	23º
2. PEA com Ensino Superior	40,1	5º	42,4	7º	40,7	6º	41,7	4º
3. Produtividade do Trabalho	32,3	6º	31,0	7º	32,9	6º	32,3	9º
4. Qualificação dos Trabalhadores	57,7	6º	54,5	7º	51,9	8º	62,0	5º

Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

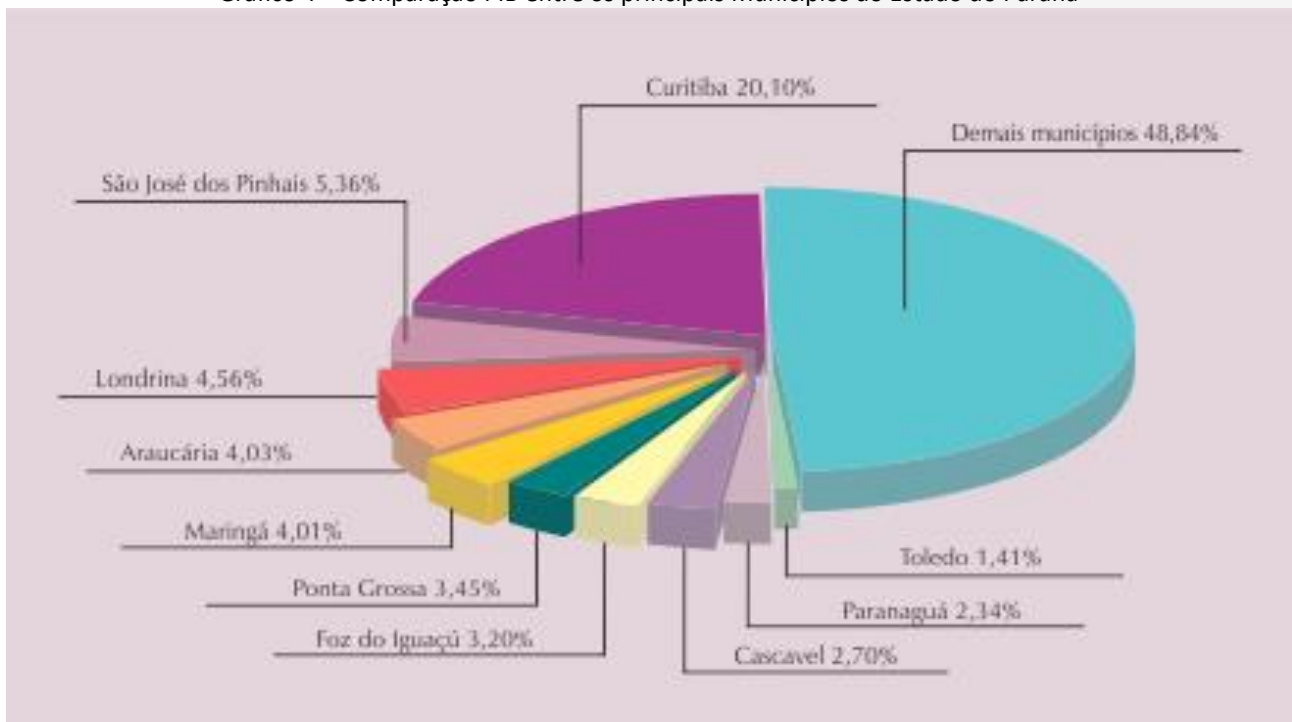
1.4.2 Microrregião

Formada por 29 municípios, incluindo a capital, com uma população de 3.572.326 habitantes (estimativa IBGE-2017), a Região Metropolitana de Curitiba experimentou uma taxa de crescimento de 1,7% de 2010 a 2017 (2,3% sem contar Curitiba). Curitiba apresenta estimativa de população em 2020 de 1.948.626. Seu PIB em 2015, segundo o IBGE, foi de R\$ 148,2 bilhões, sinalizando o maior ciclo de crescimento de sua história. Segundo o IBGE, a taxa anual de crescimento da Região

Metropolitana é de 3,02 % - superior, portanto, à média de 1,53% ao ano verificada nos demais centros urbanos do País. Curitiba tem seu território de 434,82 km² quase totalmente ocupado, o que leva a Prefeitura a planejar e implantar ações sob um enfoque metropolitano, com o objetivo de manter e ampliar o padrão de qualidade de vida já conquistado (IPPUC, 2019).

Segundo o IPARDES (2017) o PIB de Curitiba é o mais elevado em comparação com os demais principais municípios do Estado do Paraná, o gráfico a seguir demonstra essa realidade. Em relação à renda, Curitiba é o município com a maior renda *per capita* do espaço e do Estado. A segunda maior renda da espacialidade é a de Pinhais que, juntamente com Curitiba, são os únicos municípios desse espaço com renda per capita acima da média estadual.

Gráfico 4 – Comparação PIB entre os principais Municípios do Estado do Paraná



Fonte: www.ipardes.pr.gov.br (2017)

Tabela 4 – Comparação das Cidades do Paraná com maior PIB Brasil

MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE OS 100 MAIORES PIBs DO BRASIL - 2017

MUNICÍPIOS	POSIÇÃO	VALOR (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)
Curitiba	5º	84 702 357	1,29
São José dos Pinhais	35º	22 581 192	0,34
Londrina	45º	19 235 188	0,29
Araucária	51º	16 972 345	0,26
Maringá	52º	16 906 177	0,26
Ponta Grossa	63º	14 533 645	0,22
Foz do Iguaçu	72º	13 463 838	0,20
Cascavel	87º	11 374 861	0,17

FONTE: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios - 2017

Fonte: www.ipardes.pr.gov.br (2017)

Em 2013, o Estado registrou 3.121.384 postos de trabalho formais, sendo que somente Curitiba concentrava 29,99% desse número, ou seja, quase um terço do emprego formal paranaense. A média de crescimento do emprego formal do Paraná foi de 65,65%, e 184 municípios, distribuídos em todo o território do Estado, registraram crescimento maior que a média estadual. Curitiba obteve 60,55% de aumento, abaixo da média estadual, mas foi o maior gerador de empregos entre 2003 e 2013, totalizando 353.065 novos postos de trabalho (IPARDES, 2017). Somente em 2020 o Paraná fechou 47.070 postos de trabalho com carteira assinada entre janeiro e junho de 2020, conforme dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados pelo Ministério da Economia.

No que diz respeito à dimensão econômica em 2003, Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária já se apresentavam como os municípios com os melhores desempenhos econômicos do espaço, situação mantida em 2013, quando geraram, respectivamente, 17,24%, 8,00% e 7,85%. As maiores participações são da Indústria de veículos de equipamentos de transporte (26,68% do faturamento do espaço – mais de 50% devidos a São José dos Pinhais e Curitiba), Indústria de produtos químicos e de coque e refino de petróleo, com 25,80% do faturamento da espacialidade (com as maiores proporções em Araucária e Paranaguá); Indústria de máquinas e equipamentos em geral e material eletrônico e aparelhos de telecomunicações (15,96%), com mais da metade do faturamento concentrado em Curitiba; e Indústria alimentar e fabricação de bebidas (14,16%), atividade com maior distribuição do faturamento entre os municípios da espacialidade, embora

mais de 50% sejam gerados por empresas de Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Carambeí e Araucária (IPARDES, 2017).

Em relação ao emprego formal, essa espacialidade ampliou em 60% o número de postos de trabalho 39 entre 2003 e 2013, mas perdeu em participação no total do Estado, de 48,3% para 47,9% (tabela A1.21). Mesmo assim, continuou sendo a principal espacialidade na geração de postos de trabalho no Paraná, bem como permaneceu apresentando a maior concentração de municípios relevantes nesse indicador. No total, em 2013, o Primeiro Espaço contabilizou 17 municípios relevantes no emprego formal. Apenas Curitiba concentrou 29,99% do emprego formal paranaense em 2013. Outros seis municípios desse espaço, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Pinhais, Araucária, Colombo e Paranaguá, apresentam participações acima de 1,00% dos postos de trabalho formais do Paraná. Também, com participações importantes, tem-se Castro e Campo Largo (acima de 0,50%); e Fazenda Rio Grande, Almirante Tamandaré, Carambeí, Quatro Barras, Lapa, São Mateus do Sul, Campina Grande do Sul e Piraquara, com participações acima de 0,25%.

Em 2010 o IPPUC trabalhou com uma taxa de crescimento anual em Curitiba de 1,62% mas, na comparação entre os dados do censo anterior, feito em 2000. A Região Metropolitana de Curitiba experimentou uma taxa de crescimento de 1,7% de 2010 a 2017 e somente Curitiba de 2.3%. Tal diferença tem impacto direto no planejamento da Cidade, e nos indicadores dos seus 75 bairros, e nas nove administrações regionais. Nos bairros, a informação precisa é ainda mais estratégica e importante ao planejamento (IPPUC, 2019)

A população curitibana caracteriza-se conforme o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, em 52,07% população feminina e 47,93% masculina, que se encontra predominantemente na faixa etária de 20 a 24 anos, seguida da faixa etária de 15 a 19 anos. A renda média dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes é de R\$ 1.430,96, 46% a mais que aquela registrada no restante do País (R\$ 768,83). Na categorização por renda se observa que 15,22% da população curitibana pertence à classe A e 29,02% à classe B. Somadas, elas correspondem a 44,24% do total da população. O percentual de 5,94% pertence à classe E, gerada pela própria história do próprio crescimento da Cidade. Essa classe muito embora seja classificada como uma camada populacional pobre é economicamente potencial.

O Bairro do Portão, segundo a estimativa IBGE 2020 conta com 5,96 km², bairro onde o **Gran Centro Universitário** está localizado, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes é de R\$ 1.722,89.

Curitiba também apresenta um grande potencial turístico, especialmente decorrente de sua efervescência cultural teatral, shows, cinemas, parques, centros de tradição e gastronomia. Não obstante, seus grandes *shoppings centers* configuram-se não apenas como centros de compras, mas também como polos de lazer e cultura da população, promovendo exposições itinerantes e albergando em sua infraestrutura salas de teatro e de cinema.

1.4.3 Contexto Socioeducacional

Na área educacional, a taxa de analfabetismo diminuiu, no Paraná, de 8,57% para 5,79% entre os anos de 2000 e 2010. No Brasil, neste mesmo período, a taxa recuou de 12,82% para 9,02%, e na Região Sul, de 6,95% para 4,74%. Para os demais estados da região, foram registradas as seguintes taxas: Rio Grande do Sul, 6,11% em 2000 e 4,25% em 2010; Santa Catarina, 5,72% no ano de 2000 e 3,86% em 2010. Embora ainda permaneça com taxa superior à média do sul do país, o Paraná foi o estado que apresentou, proporcionalmente, a maior diminuição de população analfabeta, com um recuo de 2,79%. Assim, diminuiu o hiato existente entre os demais estados da Região Sul.

Quando analisado o Ranking de Competitividade Brasil, o quadro a seguir mostra que o Paraná se encontra em 4º lugar geral apresentando índices em primeiro lugar no ranking, destaque para avaliação da Educação. Outro indicador importante para avaliar o resultado educacional é anos de estudos do responsável pelo domicílio. A análise realizada a partir das duas faixas de escolaridade, sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, e Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto e completo, demonstra declínio na primeira faixa e aumento na segunda, para o Brasil, Região Sul e para o Paraná, fator considerado positivo por revelar ampliação da escolaridade ao longo da década.

Tabela 5 – Pilar Educação

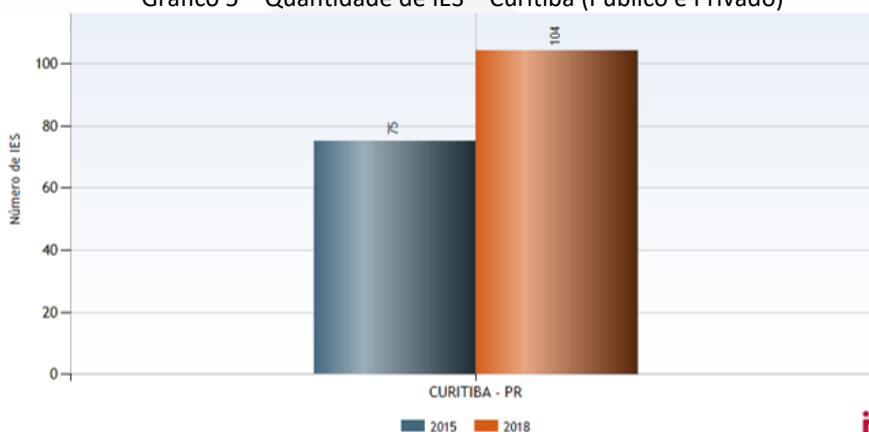


Indicador	2020	2019	2018	2017
1. Avaliação da Educação	100,0	1º	70,0	14º
2. ENEM	83,5	8º	82,5	6º
3. IDEB	86,2	4º	86,2	4º
4. Índice de Oportunidade da Educação	79,8	4º	79,8	4º

Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br (2020)

Segundo os indicadores educacionais, a região metropolitana de Curitiba apresentou em 2018, 104 Instituições de Ensino Superior. Grande parte dessas Instituições oferece cursos superiores tecnológicos ou forma profissionais bacharelados capacitados para a atuação em áreas tecnológicas. Um aumento em torno de 38% desde 2015. São 1.629 cursos superiores de potencial capacitação, totalizando 134.333 vagas, dando ênfase para os cursos superiores tecnológicos, que evidentemente não suprem a carência, a necessidade e o déficit educacional dessa população dos trabalhadores de Curitiba.

Gráfico 5 – Quantidade de IES – Curitiba (Público e Privado)



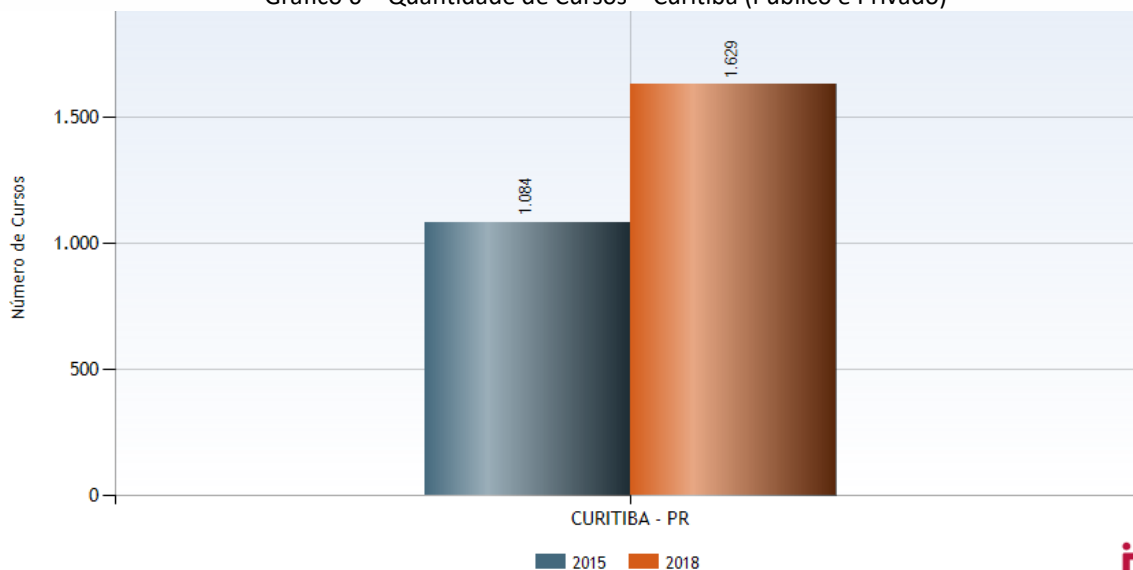
Abrangência	2015	2018
CURITIBA - PR	75	104



Filtro Selecionado
Município: CURITIBA
Ano: 2015,2018

Fonte: Indicadores Educacionais Hoper (2018)

Gráfico 6 – Quantidade de Cursos – Curitiba (Público e Privado)



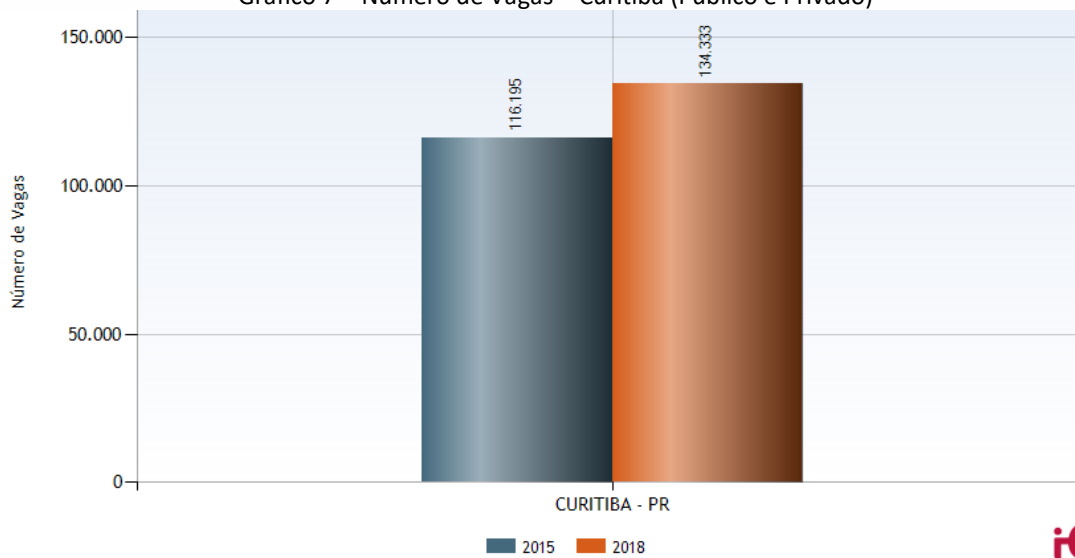
Quantidade de Cursos - CURITIBA (Público e Privado)

Abrangência	2015	2018
CURITIBA - PR	1.084	1.629

Filtro Selecionado
Município: CURITIBA
Ano: 2018,2015

Fonte: Indicadores Educacionais Hoper (2018)

Gráfico 7 – Número de Vagas – Curitiba (Público e Privado)



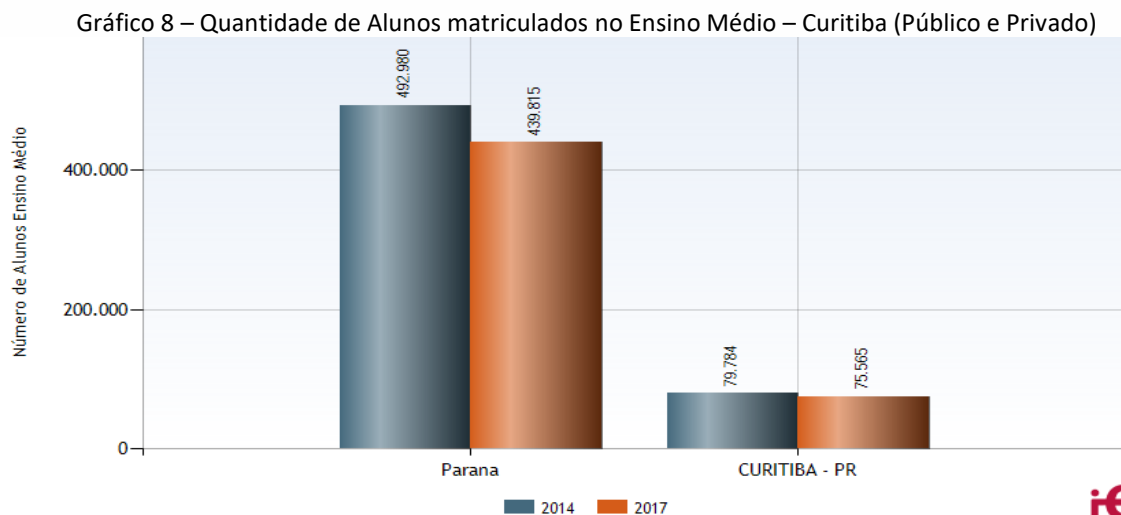
Número de Vagas - CURITIBA (Público e Privado)

Abrangência	2015	2018
CURITIBA - PR	116.195	134.333

Filtro Selecionado
Município: CURITIBA
Ano: 2018,2015

Fonte: Indicadores Educacionais Hoper (2018)

A cidade de Curitiba tem uma população de jovens entre a faixa etária de 15 a 19 anos que equivalem a 9,03% da população, ou seja, 75.565 estudantes estão matriculados no ensino médio, conforme dados de 2018.



Quantidade de Alunos no Ensino Médio - Matriculados - UF - Paraná, CURITIBA (Público e Privado)

Abrangência	2014	2017
Parana	492.980	439.815
CURITIBA - PR	79.784	75.565

Filtro Selecionado

Município: CURITIBA
Estado: Paraná
Ano: 2017,2014
Tipos de Alunos: Matriculados

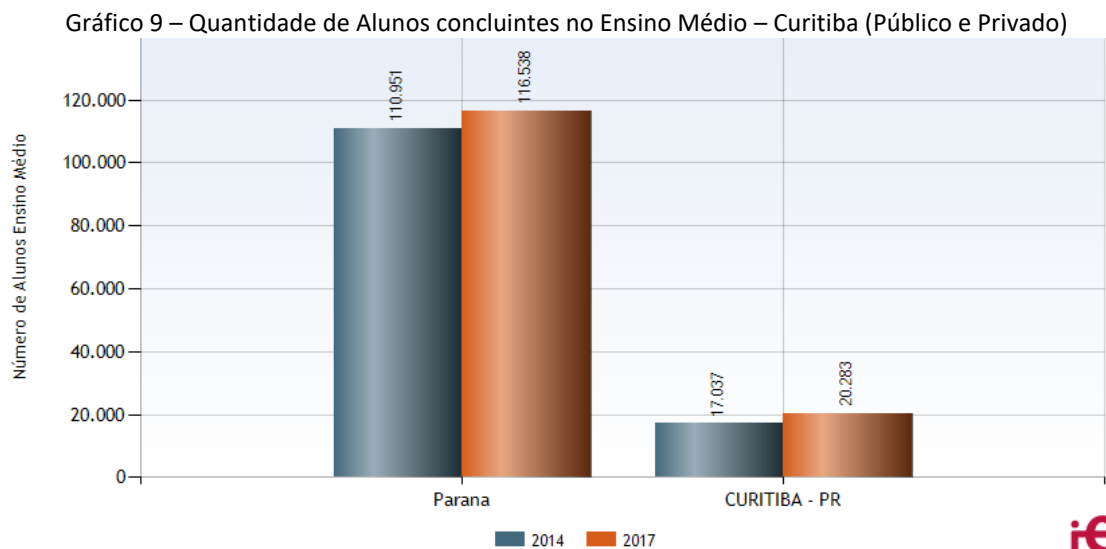
Fonte: Indicadores Educacionais Hoper (2018)

Dados de 2022, se recortado o número potencial de alunos que estão na última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, observa-se a existência de 153 Escolas Estaduais no estado Paraná, distribuídas em 5.361 turmas e totalizando 125.888 alunos matriculados. É esperado, portanto, que aproximadamente 35.000 alunos concluam o Ensino Médio neste ano (CONSULTA ESCOLAS, 2022)¹.

As transformações desencadeadas pelo exponencial desenvolvimento das tecnologias nas últimas décadas trouxeram novos desafios e oportunidades, e a área educacional claramente não é imune a essas mudanças. Por este motivo, torna-se cada vez mais determinante a capacidade de conhecer com profundidade e precisão a realidade em que o **Gran Centro Universitário** está

¹ Disponível em <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=446&codigoNre=9>. Acesso em 15 dez.2022.

imerso. Os dados a seguir demonstram uma elevação no número de concluintes no Ensino médio entre os anos de 2014 e 2018, de 17.037 para 20.283 considerados potenciais alunos para ingresso nas 104 instituições de Ensino Superior em Curitiba, uma vez que também devemos considerar como público-alvo da IES a formação da EJA - Educação de Jovens e Adultos formados em Curitiba. O gráfico 10 demonstra esse resultado nesta modalidade.



Quantidade de Alunos no Ensino Médio - Concluintes - UF - Paraná, CURITIBA (Público e Privado)

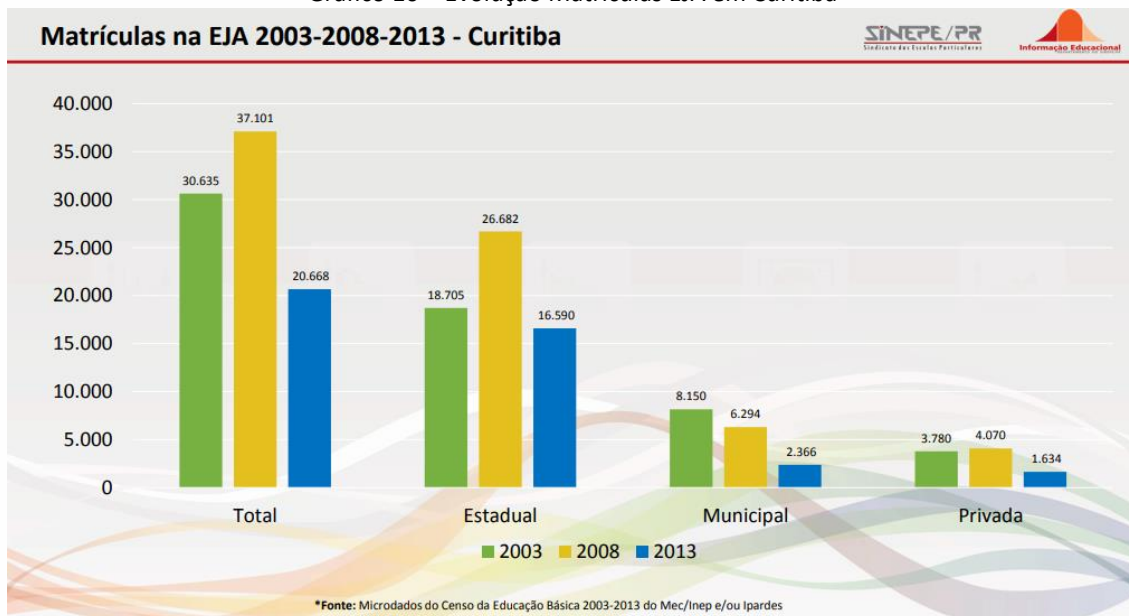
Abrangência	2014	2017
Parana	110.951	116.538
CURITIBA - PR	17.037	20.283

Filtro Selecionado

Estado: Paraná
Município: CURITIBA
Ano: 2014,2017
Tipos de Alunos: Concluintes

Fonte: Indicadores Educacionais Hoper (2018)

Gráfico 10 – Evolução Matrículas EJA em Curitiba



Fonte: www.sinepepr.org.br/estatisticas

É disseminado hoje nas organizações o entendimento de que apenas equipes de trabalho qualificadas, motivadas e comprometidas são capazes de ajudar a empresa a construir seu diferencial competitivo, possibilitando respostas eficientes, habilidosas e criativas às exigências cada vez maiores do mercado; em outras palavras, o sucesso das organizações depende primordialmente das pessoas nela envolvidas.

Diante dessa realidade, as empresas têm buscado elevar o nível de qualificação de seus profissionais, pois há uma lacuna no mercado, uma vez que, muito embora existam vários cursos superiores, mesmo que em nível tecnológico oferecida por outras instituições de ensino.

Segundo os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério da Economia, o Paraná registrou crescimento na abertura de vagas em 53 das 60 cidades paranaenses com mais de 30 mil habitantes no mês de agosto de 2020. Nos oito meses do ano, houve crescimento em 49 dessas 60 localidades. Além disso, o Estado tem seis cidades entre as 100 que mais empregaram no Brasil no último mês: Curitiba (5º), São José dos Pinhais (37º), Pinhais (49º), Araucária (69º), Londrina (92º) e Pato Branco (95º).

Ainda segundo a CAGED, em 2020 os setores que mais criaram empregos na Região Metropolitana de Curitiba foram serviços (15.687 vagas), construção civil (4.078), comércio (3.174) e indústria de transformação (3.073). Entre os subsetores os destaques são comércio e

administração de imóveis e valores mobiliários, com 9.448 empregos gerados, seguido de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação (2.331), ensino (2.014) e comércio atacadista (1.902). Entre as atividades que mais geraram postos de trabalho na Grande Curitiba estão serviços combinados de escritório e apoio administrativo (2.812 novos postos), teleatendimento (1.141), construção de edifícios (1.127), atividades relacionadas à organização do transporte de carga (1.086) e montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas (1.056). Com estes dados é possível observar a inserção do profissional egresso em várias destes setores e atividades.

Mesmo diante das frequentes notícias sobre demissões e a redução estrutural do número de cargos para profissionais dos mais diversos setores da economia, o número de empregados para funções gerenciais continua a crescer. Nessa medida, faz-se necessário que as instituições de ensino se adaptem a esta realidade do mundo do trabalho, proporcionando oportunidades de formação para profissionais deste setor, e o ensino superior constitui-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento das habilidades e competências demandadas pelo mercado atual e a seletividade do mercado de trabalho, que passou a exigir níveis cada vez mais elevados de escolaridade como requisito para a contratação.

1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O **Gran Centro Universitário** oferece cursos de graduação a título de Bacharelado, Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs), nas modalidades presencial e a distância, além de cursos de Pós-graduação *lato sensu*, também presenciais e a distância.

1.6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO - PEDAGÓGICA

1.6.1 Implementação das Políticas Institucionais Constantes no PDI no âmbito do curso

O **Gran Centro Universitário** propõe a revisão do seu Projeto Político-Pedagógico sempre que os resultados do seu sistema de avaliação indicarem tal necessidade. A colaboração e o envolvimento dos setores institucionais, acadêmicos e administrativos, são fundamentais, de modo que o plano reflita o compromisso de todos os níveis da organização.

Além disso, a instituição faz a adequação do seu Projeto Pedagógico de Curso mediante as recomendações do Ministério da Educação (MEC) e dos resultados obtidos nos processos de avaliação interna e externa. Com base nessa metodologia, são promovidas reuniões, debates com a participação de coordenadores, docentes e outros membros da comunidade acadêmica, no intuito de viabilizar as mudanças e tomar as medidas necessárias ao replanejamento de suas estratégias e de suas políticas.

Vários indicadores são usados para verificar a qualidade do curso e aprimorar as ferramentas que garantam sua qualidade. Após as necessidades de mudanças serem detectadas através de um processo de avaliação amplo e democrático, a presidência da Comissão Própria de Avaliação – CPA reúne-se com coordenadores e representantes de colegiados para o encaminhamento das ações a serem implementadas.

1.6.2 Políticas de Pesquisa

A pesquisa se faz presente no cotidiano do **Gran Centro Universitário** de forma interdisciplinar, transversal e com especial olhar para a Iniciação Científica.

Portanto, cabe a cada Escola de Formação Humana e Profissional desenvolver e executar projetos de pesquisa coordenados pelos: Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão - NIPE, Coordenadores de Escola/Curso e Professores do Projeto Integrador (PI), buscando novos conhecimentos e técnicas através da pesquisa científica, indispensável à formação superior.

Desta forma, a IES atua para desenvolver intercâmbio com outras instituições de ensino visando a divulgação científica por meio de publicações e incentivar de maneira especial a iniciação científica do corpo docente e discente, por meio da articulação da graduação e pós-graduação *lato sensu* com vistas a atender aos critérios de análise para avaliação do MEC, bem como o impacto social que estas pesquisas trarão para a nossa comunidade, na qual está inserido na IES.

As atividades de pesquisa integram o esforço da IES na produção e difusão do conhecimento, elementos fundamentais de sua missão. Todos os docentes da IES são, portanto, incentivados a dedicar-se à pesquisa e a corresponderem à expectativa institucional de que o corpo docente apresente um bom nível de qualificação acadêmica, independentemente do tipo de vínculo, perfil ou nível de carreira no qual o professor se encontra.

A IES, sempre que possível, busca articular a pesquisa de ponta com a transferência deste conhecimento para a sociedade, reafirmando o compromisso social da instituição. A pesquisa com impacto social é estimulada entre docentes e discentes dos diversos programas e níveis de estudo, fomentando o desenvolvimento de pesquisas e ações de estímulo e incentivo nos campos sociocultural e técnico-científico, permitindo ao aluno da graduação contato com a atividade científica, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural e, engajá-lo desde cedo na pesquisa e iniciação científica e atuar como diferencial na formação acadêmica.

Como resultado da atividade de pesquisa, entende-se a publicação de artigos acadêmicos em revistas científicas, *e-books*, livros e capítulos de livros nas principais áreas de interesse da instituição.

Dentro do projeto acadêmico da IES, a pesquisa estabeleceu estratégias capazes de assegurar a melhoria de seus programas de incentivo:

- Fomento às atividades de iniciação científica;
- Implementação do NIPE (Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão) sob a responsabilidade de docentes em tempo parcial ou integral, com o objetivo de incentivar a iniciação científica e futuros pesquisadores;
- Contribuir com o plano de capacitação docente com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino, extensão e pesquisa;
- Incluir no Plano de Carreira Docente incentivo financeiro e de progressão funcional para estimular a formação de pesquisadores para a IES;
- Continuar estimulando a participação de professores e alunos em eventos nacionais e internacionais, divulgando trabalhos de produção científica e acadêmica;
- Atuar no sentido de assegurar a publicação de revistas e divulgação de artigos, obras e material com produção científica, produzidos no âmbito da IES.

a) Políticas de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural

Considerando as características culturais de Curitiba e Região, o **Gran Centro Universitário** busca desenvolver pesquisas e ações de estímulo e incentivo nos campos sociocultural e técnico-científico. A presente política é um instrumento que permite colocar o aluno em contato com a atividade científica, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural e, engajá-lo desde cedo na pesquisa e atuar como diferencial na formação acadêmica.

Ao inserir nossos alunos em contextos econômicos, políticos e socioculturais, de forma a garantir o pleno exercício da cidadania e promover o desenvolvimento de uma cultura profissional, humanista, artística e cultural, a IES atende aos seus mais profundos valores e invoca o cumprimento de sua missão. As principais atividades de pesquisa e iniciação científica são desenvolvidas por meio dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, as quais se organizam também em grupos temáticos, que reúnem professores, pesquisadores, alunos e técnicos, segundo regulamento institucional.

No cumprimento de sua missão institucional, NIPE (Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão), estipulou como metas e Políticas de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural:

- Fortalecer seu Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão (NIPE) com a finalidade de centralizar, implementar, apoiar e incentivar a realização de pesquisas e projetos de iniciação científica nas suas diversas áreas, dotando de instrumentos essenciais aos seus diversos núcleos de estudos, atividades, divulgação e publicação, para o crescimento da pesquisa;
- Incluir no Plano de Carreira Docente incentivo financeiro e de progressão funcional para estimular a formação de pesquisadores para a Instituição;
- Continuar estimulando a participação de professores e alunos em eventos nacionais e internacionais, de caráter científico, didático, cultural e artístico divulgando trabalhos de produção científica e acadêmica;
- Atuar no sentido de assegurar a publicação de revistas e divulgação de artigos, obras e material com produção científica, produzidos no âmbito da Instituição;
- Instituir sistemática de acompanhamento e avaliação permanente de pesquisa/iniciação científica desenvolvida na IES;

- Priorizar, nas investigações, problemas locais e regionais que serão estudados e interpretados em conexão com o quadro regional e nacional;
- Compreender o alcance de sua prática profissional na vivência e no respeito à diversidade;
- Propor ações contextualizadas que considerem os aspectos profissionais, a consciência cultural e socioambiental;
- Aumentar a capacidade de acesso às redes de comunicação e sistemas de informação, o acervo da biblioteca, notadamente os periódicos;
- Estimular as relações interinstitucionais e a formação de redes de pesquisa.

A iniciação científica tem por finalidade despertar a vocação científica dos alunos de graduação, oferecendo um espaço institucional para a formação orientada de futuros pesquisadores, mestres e doutores. Ela deve contextualizar o aluno nas etapas do desenvolvimento de um trabalho científico, proporcionando a oportunidade de utilizar esse instrumental também nas demais tarefas em seu período de formação. Não substitui a formação geral do aluno, mas se constitui em um estímulo à continuidade de seus estudos, garantindo frutos duradouros, como a possibilidade de acesso precoce à pós-graduação, com resultados melhores e mais rápidos.

As políticas que norteiam as atividades de Iniciação Científica são:

- Despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica;
- Oferecer ao estudante a oportunidade de desvendar o processo de geração do saber em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- Estimular uma maior articulação entre graduação e pós-graduação;
- Propiciar aos pesquisadores produtivos envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- Difundir a produção científica e tecnológica dos alunos por meio de publicação e/ou exposição em congressos, jornadas científicas, seminários e eventos similares e academicamente reconhecidos.

b) Políticas de Incentivo à Produção Intelectual Docente e Discente

O processo de produção do conhecimento em todas as suas manifestações, abrangendo a pesquisa básica e/ou aplicada e a iniciação científica, solicita a formulação de políticas específicas que norteiam os princípios e diretrizes de uma instituição que se propõe a consolidar tal processo por meio de delineamentos estratégicos. Consciente dessa necessidade e comprometida com uma projeção da produção científica em distintas áreas do conhecimento, o **Gran Centro Universitário** estabelece sua política de produção científica e tecnológica institucionalizada.

O estabelecimento de políticas específicas para a publicação da produção científica de determinada instituição é condição *sine qua non* não somente para sua projeção e classificação como centro de excelência, mas para sua própria sobrevivência como Instituição de Educação Superior, dado que uma instituição que não produz não tem o porquê de continuar figurando entre as que produzem, pois presta um desserviço para a sociedade local, regional, nacional e mundial.

O conceito de Política Institucional da Produção Intelectual é muito mais do que um conjunto de normas e diretrizes destinadas a orientar a utilização dos talentos humanos e materiais envolvidos na produção de publicações, tem a ver com o comprometimento da IES em fazer conhecidos, por distintos veículos impressos ou eletrônicos, os resultados das construções científicas desenvolvidas em seu campus, sistematizando linhas de diretrizes que orientarão e estimularão a produção e publicação intelectual desenvolvida na instituição.

O incentivo à produção intelectual no **Gran Centro Universitário** se dá mediante os seguintes **critérios**:

- Da tipologia da produção: livro, capítulo de livro, artigo, resumo expandido e resumo;
- Da natureza da produção: são contempladas as produções que resultem da investigação científica nas diversas áreas do conhecimento, as quais redundem em dicionários, enciclopédias, livros técnicos, revistas de natureza científica (indexadas ou não), anais de congressos e jornais, divulgados em meios impressos ou eletrônicos.
- Da Autoria e Coautoria: os trabalhos publicados em coautoria serão remunerados na proporção do número de autores.

- As produções docentes serão consideradas para progressão e crescimento dos docentes, de acordo com o Plano de Carreira Docente, que é constituída por níveis (N1 ao N4), Classes (A, B e C) e seis graus horizontais (I ao VI).
- Os discentes terão suas produções valoradas nas atividades acadêmicas regulares ou extensionistas, de acordo com o regulamento do PAIC (Programa Acadêmico de Iniciação Científica), periódico ou evento em que o trabalho for submetido.

Quanto aos **tipos de publicações**:

- a) Publicações impressas (trabalhos aprovados para publicação), sendo os tipos de publicação:
 - Revista científica Qualis A1, A2 e Qualis Internacional;
 - Revista científica Qualis B1, B2;
 - Revista científica Qualis B3, B4;
 - Revista científica não indexada ou Qualis inferior a B4, Anais de congresso, jornais e outras publicações de caráter científico-tecnológicos;
 - Livros;
 - Organização de livro;
 - Capítulo de livro.
- b) Publicações em meio eletrônico: em bases de dados científicos, com a mesma valoração atribuída aos artigos publicados em revistas indexadas.
- c) Publicações em outros modelos: publicações em sites, revistas eletrônicas, reportagens, etc.
- d) Outros critérios para valoração:
 - Toda publicação deverá conter citação da Instituição que o professor representa, ou seja, da IES, e constar no Currículo Lattes atualizado do professor;
 - A remuneração será feita pelo texto produzido e não pela quantidade de diferentes publicações do mesmo;
 - Serão valorados artigos científicos e não notas, entrevistas ou colunas;
 - Para efeito de valoração, será considerado o ano da publicação;

d) Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

Além da política de incentivo à produção intelectual, visando à difusão das produções acadêmicas da IES, foi elaborado um programa de auxílio à participação docente e discente em eventos científicos. O objetivo é prover subsídios que permitam ao professor-pesquisador e/ou ao aluno participarem de eventos científicos no intuito de apresentar sua produção científica ou de seu grupo/núcleo de estudo. Pretende estimular pesquisadores a buscar e divulgar conhecimento com qualidade e mérito científico permitindo à instituição projetar-se também na comunidade científica. As ações são de responsabilidade das respectivas Escolas de Formação e do Núcleo de Inovação Pesquisa e Extensão (NIPE) e tem os seguintes objetivos **institucionais**:

- Contribuir para projetar a IES na comunidade científica;
- Permitir a divulgação da produção científica da IES;
- Criar uma cultura institucional de participação dos pesquisadores da IES em eventos científicos de diferentes áreas de conhecimento.
- Melhorar a formação acadêmica do corpo docente e discente.

Quanto aos objetivos relacionados aos **docentes**:

- Estimular professores a participar de linhas de pesquisa e/ou núcleos de estudo;
- Motivar professores-pesquisadores a produzir conhecimento e sistematizar os resultados em artigos e trabalhos que possam ser divulgados;
- Encontrar na instituição motivação para pesquisar;
- Fomentar no corpo docente uma postura científica;
- Promover trabalho multiprofissional;
- Valorizar a produção científica do docente-pesquisador;
- Despertar a necessidade de maior integração docente-discente;
- Contribuir para o desenvolvimento no docente de habilidades de redação e comunicação oral;
- Proporcionar infraestrutura para divulgação de pesquisas na comunidade científica.

Já para a participação de **alunos** no programa, são previstos normas e procedimentos:

- Poderão ser concedidos auxílios para participação em eventos científicos a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação mediante disponibilidade de recursos e aprovação;

- O aluno deverá ser participante de algum grupo/núcleo de pesquisa institucional, ou vinculado a algum projeto de docente da IES, já aprovado pelo NIPE;
- O aluno deve ter desempenho acadêmico satisfatório;
- O evento deve ser de reconhecida qualidade científica e tecnológica;
- O trabalho deve apresentar qualidade, relevância e mérito técnico-científico;

A IES conta ainda com todo o suporte da Assessoria de Comunicação no sentido de difundir e socializar todas as ações acadêmicas docente/discente no seu âmbito de atuação.

e) Principais atividades de Pesquisa e Iniciação Científica

As principais atividades de pesquisa e iniciação científica são desenvolvidas por meio dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação (de forma articulada como preconiza a legislação), as quais se organizam também em grupos temáticos, que reúnem professores-pesquisadores, alunos e técnicos, segundo regulamento institucional. Visando permitir um maior aprofundamento do aluno nas atividades de pesquisa e produção de conhecimento, os cursos são estimulados a desenvolverem núcleos específicos de pesquisa e iniciação científica por áreas do conhecimento (grupos de pesquisa), liderados por professores com o perfil para a pesquisa e com carga horária disponível para este fim, a partir de seu regime de trabalho (preferencialmente TP - Tempo Parcial e TI - Tempo Integral).

Os projetos são apoiados pelo **NIPE (Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão)**, que tem como objetivo proporcionar um ambiente pedagógico de inovação, pesquisa e extensão, estimulando a investigação científica e acadêmica do corpo docente e discente.

A pesquisa constitui um processo sistemático de construção e renovação do conhecimento, que se realiza tanto na dimensão individual quanto coletiva. Para alcançar essa meta a IES inseriu de forma transversal em todas as matrizes curriculares dos seus cursos, o Projeto Integrador.

O **Projeto Integrador (PI)** é uma unidade curricular integradora, desenvolvida ao longo do semestre, congregando as demais unidades curriculares, com o objetivo de proporcionar ao aluno a construção de conhecimento científico sobre determinada área, por meio do planejamento, organização e execução de proposta acerca de uma situação-problema previamente formulada/escolhida no contexto profissional em organizações públicas e/ou privadas nas áreas empresarial, social, saúde, escolar e/ou outras organizações do Terceiro Setor.

A disciplina é a unidade curricular que fomenta a interdisciplinaridade entre as demais unidades curriculares. A intenção pedagógica do Projeto Integrador é que os(as) acadêmicos(as) organizados em “grupos de pesquisa”, ou mesmo em formação individual (a depender do escopo do projeto) após escolherem temas de pesquisa dentro da temática do módulo possam desenvolver atividades teórico-práticas que lhes permitam integralizar os conhecimentos disciplinares do semestre, e possam sintetizar as discussões em diferentes trabalhos acadêmicos, conforme o módulo em curso.

Todos os trabalhos acadêmicos precisam ser elaborados com base nas normas técnicas ABNT. Além do trabalho acadêmico escrito os acadêmicos precisam apresentar as suas pesquisas perante banca examinadoras que objetiva avaliar e dar sugestões para a melhoria da atividade de pesquisa e da apresentação oral, conforme disposto em ficha de avaliação específica. Terá como missão, o profissional que for responsável por essa unidade curricular, sob a orientação da coordenação do curso, interagir com os professores das demais unidades curriculares.

Fruto das produções docentes e discentes, surge a ideia do **Prêmio “Projeto Acadêmico Destaque”** que visa reconhecer os Projetos Integradores (PIs) desenvolvidos pelos acadêmicos dos diferentes cursos ao longo do semestre letivo, que se destacarem pela sua inovação, qualidade acadêmico-científica e relação com a prática profissional.

Decorrente desse movimento permanente de produção científica e acadêmica entre docentes e discentes são organizadas **publicações eletrônicas (E-book)** conforme as principais áreas temáticas dos diferentes cursos das Escolas de Formação Humana e Profissional do **Gran Centro Universitário**. As publicações são um incentivo à produção discente e docente, orientando possibilidades de iniciação científica, formação continuada e atualização do conhecimento.

As publicações são organizadas a partir da indicação do conselho editorial com a colaboração dos professores e coordenadores de cursos sobre os trabalhos acadêmicos de relevância científica. Todas as pesquisas acadêmicas indicadas passam pela análise e avaliação dos professores do Núcleo Inovação. Pesquisa e Extensão (NIPE) com o objetivo de qualificação e normatização para sua publicação. A periodicidade da publicação dos e-books é semestral ou anual, conforme as características e particularidades de cada curso.

Com a intenção de fortalecer o processo de pesquisa acadêmica e científica, a IES oferece a todos os seus docentes **Cursos de Pós-Graduação *intra-corporis***, como: **Especialização em Pesquisa**

Acadêmica e Científica na Prática Docente (2017), o **MBA em Docência no Ensino Superior com ênfase em Metodologias Ativas de Aprendizagem (2020)**, o **MBA em Docências, Tendências e Estudos de Futuro: Resignificações do Ensino (2022)**; bem como todos cursos de formação continuada do **Programa Gran Academy** e das **Pós-Graduações Gran**, também disponibilizadas ao corpo docente e técnico-administrativo, com a finalidade de aprimorar a prática de pesquisa acadêmica e científica do comunidade acadêmica.

Os cursos objetivam qualificar os profissionais com conhecimentos, teóricos e práticos, relevantes para permitir uma compreensão clara dos processos de mudança no campo da Pesquisa e Extensão, e no âmbito da pesquisa científica na formação acadêmica. Foram organizados mediante metodologias ativas que valorizam a formação de grupos de estudo entre os docentes em vistas a formar, posteriormente, os Grupos de Pesquisa da IES.

Paralelamente a essa iniciativa de formação continuada dos professores, a IES instituiu o **Programa Acadêmico de Iniciação Científica (PAIC)** desenvolvido por acadêmicos de graduação, com orientação docente, na abordagem de objetos de estudo em diversas áreas do conhecimento. O PAIC tem como principais objetivos:

- I. Oportunizar aos acadêmicos uma experiência de pesquisa científica;
- II. Proporcionar a análise e vivência de metodologia científica;
- III. Otimizar a qualificação profissional em uma perspectiva ética e técnico-científica; e
- IV. Preparar o aluno participante para a produção científica na graduação e pós-graduação.

Com o intuito de dar visibilidade à produção científica dos alunos e estimular a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento, a IES realiza eventos de iniciação científica, como o **Seminário em Pesquisa Acadêmica e Científica na Prática Docente** em parceria com outras instituições e/ou programas de pós-graduação. Até 2022, ocorreram quatro edições do seminário de pesquisa, que objetiva qualificar profissionais com conhecimentos, teóricos e práticos, relevantes para permitir uma compreensão clara dos processos de mudança no campo da Pesquisa e da Extensão, no âmbito da pesquisa científica na formação acadêmica.

1.6.3 Políticas de Extensão

A extensão universitária é entendida como prática acadêmica que interliga a instituição, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as necessidades da comunidade acadêmica e com as demandas da sociedade civil. As atividades de extensão visam atender às necessidades da comunidade acadêmica e à complementação da formação dada ao aluno, seja pelo incentivo ao desenvolvimento de estudos teóricos e iniciação de pesquisa científica, seja pelo desenvolvimento de atividades práticas e profissionalizantes, que permitam melhor integração entre a teoria e a prática. São formas que complementam a formação e qualificação da pessoa, possibilitando a formação do “profissional-cidadão”.

A extensão universitária na instituição orienta-se pelas seguintes políticas:

- a) busca de equilíbrio entre as demandas sociais e as inovações promovidas pelo fazer acadêmico;
- b) desenvolvimento de habilidades e competências no alunado, possibilitando-lhe condições para que coloque em prática os aspectos teóricos desenvolvidos em sala de aula;
- c) estímulo à participação dos discentes em Projetos de Curso;
- d) desenvolvimento de projetos de prestação de serviços que atendam à demanda da sociedade civil, aproveitando as competências institucionais.

Como prática acadêmica, a extensão universitária tem por objetivos:

- a) articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade;
- b) estabelecer um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o saber popular, buscando a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática;
- c) incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;
- d) contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares;

- e) favorecer a reformulação do conceito de "sala de aula", que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores, alunos e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da universidade;
- f) aprimorar o espírito analítico-crítico;
- g) criar condições para o desenvolvimento de parcerias entre o ensino e a pesquisa e segmentos da sociedade;
- h) permitir que a prática no âmbito da extensão universitária possa se refletir nos projetos pedagógicos;
- i) incentivar a formação de grupos interdisciplinares.

Desta maneira, através do NIPE (Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão), o **Gran Centro Universitário** ao desenvolver atividades de extensão, procura estabelecer espaços para parcerias comprometidas com a missão de formar cidadãos capazes de pensar, situar-se diante de suas necessidades e ofertas, construir o seu conhecimento com qualidade e transformar as realidades negativas em oportunidades empreendedoras de sucesso.

A extensão acadêmica compreende as ações da IES junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido por meio das atividades de ensino e de pesquisa, que consideram as dimensões educativa, cultural e científica.

Na **dimensão educativa** são ofertados **cursos de extensão** de curta duração relacionados a diversas temáticas, sendo ministrados por docentes da instituição ou convidados. Podem se matricular alunos, ex-alunos, colaboradores e membros da comunidade.

Em âmbito específico dos cursos na área de administração, gestão e tecnologia foi criado em setembro de 2011, um núcleo de inovação de práticas administrativas (NIPAD) com a intenção de instigar nos graduandos a importância do complemento da formação profissional e do aprendizado. Atualmente denominado **Bagozzi Business Center (BBC)**, ele representa um elo entre a IES e a comunidade empresarial quanto ao cumprimento de seu papel social, bem como na perspectiva do desenvolvimento sustentável da economia local e regional. O Bagozzi Business Center (BBC) aproxima a prática da profissão por meio de consultorias e assessorias junto a empresas da região de Curitiba, estimulando a tomada de decisões nas áreas de gestão de pessoas, gestão financeira,

gestão mercadológica, logística, gestão de materiais, produção, gestão da qualidade e empreendedorismo. Dessa forma, envolve atividades práticas e de cunho social, complementando a formação acadêmica. A atuação do NIPAD é realizada por meio de convênios com organizações públicas, privadas, comunitárias e associações, que possibilitam a participação dos acadêmicos na prestação de serviços de caráter administrativo e/ou de assessoria ou consultoria, sob a supervisão do professor coordenador e dos professores orientadores. A cada atuação realizada é disponibilizado à comunidade interna e externa o relatório de consultoria produzido pelo grupo participante.

Na **dimensão científica** do **Gran Centro Universitário** edita os ebooks do **Projeto Acadêmico Destaque** que visa reconhecer os Projetos Integradores (PIs) desenvolvidos pelos acadêmicos dos diferentes cursos ao longo do semestre letivo, que se destacarem pela sua inovação, qualidade acadêmico-científica e relação com a prática profissional.

Na **dimensão cultural**, existem um projeto de cunho artístico: o Projeto Cinema em Debate. O **projeto Cinema em Debate** tem como objetivo ampliar o cenário cultural dos alunos e da comunidade externa, que também é convidada a participar. São realizados debates sobre temas pertinentes, como educação, gênero, mercado de trabalho, relações interpessoais, biodiversidade, ética, política, entre outros, por meio da exibição de filmes temáticos. O objetivo é a formação de um público mais crítico e exigente no que diz respeito à qualidade artística e temática das obras a que assiste. Isso é realizado através da participação dos alunos e dos professores no encaminhamento dos debates, já que isso implica na necessidade de análise, pesquisa e estudo da obra.

Cabe destacar que são ofertadas anualmente ações de voluntariado nas quais os universitários podem participar. O **projeto de voluntariado** é um projeto de engajamento social, cuja ação tem sua extensão à sociedade, estabelecendo parcerias com organismos sociais. Tem como objetivo fomentar o engajamento social dos estudantes no serviço à sociedade, tendo a coerência como fator indispensável à educação.

Principais projetos em andamento e/ou realizado:

- Ciclo de Palestras
- Cinema em Debate
- Cursos de Extensão
- Curso de Português para Haitianos (parceria com Fundação Honorina Valente)

- Formação Continuada dos Docentes na área de Pesquisa Acadêmica e Científica
- Grupo de Teatro
- Grupo da Terceira Idade
- Programa Acadêmico de Iniciação Científica – PAIC
- Programa de Monitoria
- Programa de Nivelamento
- Projeto Acadêmico Destaque (e-book)
- Revista Escritos
- Voluntariado

1.6.4 Políticas de Responsabilidade Social

O Ministério da Educação tem o princípio da inclusão como norteador das políticas públicas. A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão.

Nesta perspectiva, a instituição entende que o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo, no qual se acolham todos os estudantes, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, representa a possibilidade de combater a exclusão e responder as especificidades dos alunos.

Dessa forma, implementa uma política de inclusão educacional com a promoção do acesso e da qualidade, com a organização de cursos que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.

Na análise dos compromissos da instituição, com base nos critérios de responsabilidade social, de redução das desigualdades sociais e regionais e de promoção da inclusão social, identificam-se propostas e ações segundo os seguintes eixos principais: as políticas de expansão e de preços, de responsabilidade social, de bolsas de estudo e de inclusão de estudantes com necessidades especiais.

A cidade de Curitiba representa uma das maiores concentrações econômicas do país. Possui, em termos relativos, elevados níveis de atendimento à sua população, no tocante à educação, saúde, cultura e lazer. Enfrenta, entretanto, problemas de desigualdades socioeconômicas e

educacionais semelhantes àqueles encontrados nas análises do caso brasileiro considerado como um todo. Assim é, tanto em relação à assimetria na distribuição de renda, como no acesso ao ensino superior para diferentes estratos sociais da população, cujos efeitos, considerando-se os limites físicos do município e suas áreas de influência, refletem-se fortemente na distribuição espacial da população que vive, trabalha ou estuda na Cidade.

A instituição, que tem sua área de atuação na cidade de Curitiba, aponta para a consciência sobre a questão da segregação espacial da cidade, referindo-se ao compromisso com a oferta de cursos nas diversas regiões do município e com a prática de uma política de preços adequada aos padrões socioeconômicos dos diferentes estratos populacionais.

O cumprimento da missão vem sendo alcançado mediante a política de expansão adotada. Trata-se, antes de tudo, de buscar a boa utilização da autonomia institucional conferida às IES para, atendendo à política governamental de aumentar os índices de escolarização superior, proporcionar a expansão planejada de seus cursos superiores, de modo a garantir o acesso a pessoas até então deles alijadas, por falta de recursos.

No que se refere às instalações físicas, a política de expansão adotada pela instituição, visando a ofertar ensino de qualidade, por preço ao alcance de pessoas de todas as camadas sociais, impôs a busca de alternativas para viabilizar a nova dimensão do projeto, de cunho eminentemente social.

As ações de responsabilidade social da instituição englobam uma grande variedade de ações, como a oferta de cursos.

Uma política de inclusão de portadores de necessidades especiais, ora em processo de construção, objetiva orientar o processo de implantação de ações destinadas a garantir uma maior e efetiva inclusão dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e na convivência com a comunidade acadêmica, possibilitando o acesso e a permanência nos cursos superiores da instituição.

Nossa política de Responsabilidade Social se baseia no argumento do SINAES, conforme expressamente previsto no inciso III do artigo 3º da Lei no 10.861/2004: “A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”.

Os objetivos macro em Responsabilidade Social são:

- Desenvolver diálogo com os *stakeholders* para planejamento das ações sustentáveis que visam o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região;
- Desenvolvimento e implantação de educação continuada, materiais (conteúdo), eventos e projetos de voluntariado que promovam o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região.

A consideração conjunta desses dois objetivos, adaptados à realidade e contexto específico do **Gran Centro Universitário**, estabelece as bases da política de Responsabilidade Social a qual se rege pelos seguintes princípios gerais:

- Sendo a IES uma instituição privada e sem fins lucrativos a responsabilidade social e a ética estão na essência da sua missão e não é considerada algo independente ou acessório à sua atividade fim.
- As ações de responsabilidade social estarão associadas às atividades de ensino, de pesquisa, extensão e gestão do **Gran Centro Universitário**.

Detalhamento dos objetivos em cada uma das dimensões de atividades de responsabilidade social.

a) Ensino

- Desenvolver e ofertar disciplinas que discutam especificamente as temáticas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade socioambiental priorizadas;
- Incluir conteúdos e discussões das temáticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade de forma transversal ao currículo, tais como: Desenvolvimento Sustentável e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs/ONU); Princípios de Educação Consciente (PRME/ONU); Direitos Humanos; Educação Ambiental e Sustentabilidade; Relações Étnico-Raciais; Educação; Liderança, Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento.
- Garantir acessibilidade plena às pessoas com deficiência nas dimensões de infraestrutura, comunicações, pedagógica e atitudinal (via Plano de Garantia de Acessibilidade).

b) Pesquisa

- Incentivar por meio das linhas de pesquisa, Grupos de Pesquisa e Iniciação Científica e Tecnológica, o desenvolvimento e difusão de estudos com temáticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, tais como: Desenvolvimento Sustentável e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs/ONU); Princípios de Educação Consciente (PRME/ONU); Direitos Humanos; Responsabilidade Social; Educação Ambiental; Relações Étnico-Raciais; Educação; Liderança, Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento.

c) Extensão

- Incentivar a inclusão social no corpo discente por meio da participação em programas de bolsas e financiamento de estudos (PROUNI/FIES) para aqueles que comprovarem baixo nível de renda familiar a fim de gerar diversidade e impacto positivo na educação de classes da sociedade com baixa renda per capita, além da parceria com a Fundação Honorina Valente, que oportuniza bolsas de estudos para acadêmicos que se enquadrem no perfil socioeconômico gerido do programa.
- Estabelecer práticas de extensão (Programas, Projetos, Educação Continuada, Cursos, Eventos e Prestações de Serviço), com o objetivo de gerar impacto positivo em comunidades menos favorecidas, integrando corpo discente, corpo docente e corpo administrativo da IES, por meio do seu engajamento em ações, por exemplo, de voluntariado. Estas práticas, quando possível, poderão ser implementadas em parcerias com governos, organizações com e sem fins lucrativos, fornecedores, comunidades do entorno, entre outros.

d) Gestão

- Garantir transparência, prestação de contas à sociedade e boas práticas de governança na gestão da IES;
- Gerenciar de forma eficiente o uso de recursos naturais e as externalidades geradas nos processos;

- Valorizar e investir na promoção da diversidade e na inclusão no corpo docente e administrativo;
- Apoiar as melhorias na saúde do corpo docente e administrativo e manutenção da qualidade no ambiente de trabalho;
- Garantir a lisura nas relações comerciais com instituições públicas e privadas.

1.6.5 Políticas de Ações Afirmativas

A construção histórica do Brasil pressupõe a existência de desigualdades sociais e étnicas em um processo de desenvolvimento que não prioriza a sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos. Portanto, a fim de contribuir para a mudança dessa realidade foram instituídas legislações nacionais no tocante às seguintes temáticas: História e Cultura Afro-brasileira e Indígena - Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 01/ 2004; Direitos Humanos - Resolução CNE/CP nº 01/2012; Educação Ambiental – Lei nº 9.795/1999 e Resolução CNE nº 02/2012; Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – Lei nº 12.764/2012; Condição de Acessibilidade – Lei nº 10.098/2000, Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº 3.284/2003; e Disciplina de Libras – Decreto nº 5.626/2005; Nome Social e identidade de gênero – Decreto nº 8.727/2016.

Assim, o **Gran Centro Universitário** no cumprimento desses marcos regulatório e no intuito de contribuir para a completude da formação dos egressos para uma atuação assertiva em relação às atuais demandas sociais, estabelece princípios baseados em valores propostos que devem contemplar os fundamentos da estética da sensibilidade, política da igualdade, a ética da identidade e o respeito à identidade de gênero bem como os princípios específicos de flexibilidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização.

Na esteira desses princípios referenciados a IES propõe as seguintes diretrizes para o atendimento dessa legislação pelos cursos:

- Criar e difundir culturas, conhecimentos, produção artística, científica e tecnológica;
- Incentivar o raciocínio crítico;
- Prover práticas pedagógicas reflexivas e dialéticas;

- Formar, nas diversas áreas do conhecimento, profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e político local, regional e nacional;
- Preservar, vinculando-os à vida cotidiana, ideais da ética, da responsabilidade, da tolerância, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo;
- Considerar a singularidade humana, bem como seus múltiplos aspectos, como ser social, biológico, psicológico, político e cultural e sujeito histórico.

O **Gran Centro Universitário**, em atendimento às referidas legislações, princípios e diretrizes estabelecidos, propõe que os Projetos Pedagógicos dos Cursos garantam que as referidas temáticas sejam contempladas de forma transversal ao longo da integralização do currículo. Estas ações visam promover o amplo debate sobre temas vitais quando se pretende a formação de um profissional comprometido com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental. Esse amplo debate é promovido com a implementação de variadas práticas de ensino, extensão, pesquisa/iniciação científica e da própria gestão ao promover uma orientação da gestão institucional pelos princípios da sustentabilidade.

A instituição valoriza a diversidade em seus valores, no seu Código de Ética e Conduta e no regime disciplinar previsto no Regimento do **Gran Centro Universitário** e na atuação da Ouvidoria.

Além disto, a IES, aloca recursos – notadamente as bolsas de estudos descritas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica. Com isso, a escola contribui com o combate de discriminações sociais e aumenta a participação de minorias no acesso à educação.

1.6.6 Sustentabilidade Socioambiental e Preservação Ambiental

No âmbito organizacional, uma organização sustentável é aquela que contribui para o desenvolvimento sustentável ao gerar, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais para uma ampla gama de *stakeholders* (partes que afetam e são afetadas, direta ou indiretamente, pelas atividades das organizações). Essa noção de três dimensões de sustentabilidade, também conhecidos como o *triple bottom line*, tem sido amplamente difundida no ambiente acadêmico e organizacional para justificar as práticas, os projetos e os investimentos ambientais, sociais e econômicos.

A dimensão ecológica, ou ambiental, pode ser dividida em três subdimensões. A primeira foca na ciência ambiental e inclui ecologia, diversidade do habitat e florestas. A segunda subdimensão inclui qualidade do ar e da água (poluição), e a proteção da saúde humana por meio da redução de contaminação química e da poluição. A terceira subdimensão foca na Preservação Ambiental de recursos renováveis e não renováveis. A sustentabilidade ecológica, como uma das três dimensões, estimula empresas a considerarem o impacto de suas atividades no ambiente e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho. Na prática, isso significa redução dos efeitos ambientais negativos por meio de monitoramento, integração de tecnologia no processo, análise de ciclo de vida do produto e administração integrada da cadeia de produção.

A dimensão social consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, como suas habilidades, sua dedicação e suas experiências. A dimensão social abrange tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo. Indicadores para a dimensão social podem variar de uma empresa para outra, mas alguns indicadores são considerados comuns para diferentes setores de atuação. Dentre os indicadores comuns, é possível citar a compensação justa, as horas de trabalho razoáveis, o ambiente de trabalho seguro e saudável, a proibição de mão de obra infantil e de trabalho forçado, e o respeito aos direitos humanos.

A dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais que proveem serviços para os indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. Lucro é gerado a partir da produção de bens e serviços que satisfazem às necessidades humanas, bem como pela criação de fontes de renda para os empresários, empregados e provedores de capital. O retorno financeiro reflete a avaliação dos consumidores para os bens e os serviços da empresa, assim como a eficiência com que são utilizados os fatores de produção, como capital, trabalho, recursos naturais e conhecimento. Alguns fatores que influenciam a avaliação do consumidor são utilidade, preço, qualidade e design. Retorno financeiro pode ser considerado um indicador do desempenho da empresa no curto prazo e uma base para sua continuidade no longo prazo.

Estas dimensões da sustentabilidade socioambiental e preservação ambiental são trabalhadas no **Gran Centro Universitário** de forma transversal, nos conteúdos dos cursos regulares

obrigatórios e não obrigatórios, nos conhecimentos transversais, nos Projetos e Práticas Extensionistas, nas Atividades Complementares bem como nos eventos na prestação de serviços.



2. O Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial

2.1. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A oferta do **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** é justificada pela necessidade do mercado por profissionais especializados na Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial e com conhecimentos nas áreas Cível, Criminal, Trabalhista, Previdenciária, Empresarial (econômica e financeiro), Tributária, de Mediação de Conflitos e Digital (multimídia forense, grafoscópica, bancária).

O curso tem como objetivo formar profissionais capacitados com técnicas utilizadas na área de Perícia Judicial e Extrajudicial. O formado no curso poderá ser caracterizado como um profissional habilitado para atuar como assistente técnico ou perito na área de perícia de uma forma ampla.

O curso de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial pode ser um diferencial para profissionais já atuantes na área da perícia judicial e extrajudicial. É, também, um curso excelente para aqueles que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho e se identificam com a proposta de compreenderem a perícia judicial e extrajudicial. Por isso, aquele que objetiva ingressar no mercado de trabalho ou apenas obter conhecimento, tem nesse curso a oportunidade de adquirir conhecimentos amplos na perícia judicial e extrajudicial.

Com duração mínima de 2 anos (4 períodos), o curso de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial oferece aulas teóricas e práticas, com enfoque principalmente prático e jurídico.

O objetivo principal do curso Segurança e Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial é propiciar uma visão conceitual sobre Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial, capacitando o profissional para o desenvolvimento e gestão de investigações e perícias.

O **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** procura contemplar as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e jurídicas relativas ao

contexto em que o curso é ofertado. Estas demandas precisam ser observadas para uma melhor adequação do curso oferecido ao público a que ele se destina.

O CST em Perícia e Investigação tem como objetivo a formação de um profissional com conhecimentos e aptidões teóricas e práticas capaz de projetar e elaborar *diferentes modus operandi* no desempenho das funções públicas e privadas da carreira em Perícia e Investigação. Especificamente, o aluno será capaz de realizar perícias forenses, perícia digitais, avaliações, vistoriais, análise de documentos, balística.

Nas últimas décadas, Curitiba vem apresentando políticas públicas que renderam à população da cidade qualidade de vida, comprovada por indicadores que medem o desenvolvimento das cidades: o Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH - M) da capital é de 0,856; o Índice de Condição de Vida (ICV), de 0,808, e o Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida, de 81,75% (estimativa, IBGE, 2021). O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. De acordo com a figura a seguir e com base no valor do índice os municípios, Curitiba apresenta alto desempenho (IPARDES, 2021).

Figura 6 – Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) (1) - 2020

INFORMAÇÃO	ÍNDICE
IPDM - Renda, emprego e produção agropecuária	0,8213
IPDM - Educação	0,8875
IPDM - Saúde	0,9101
Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM)	0,8730

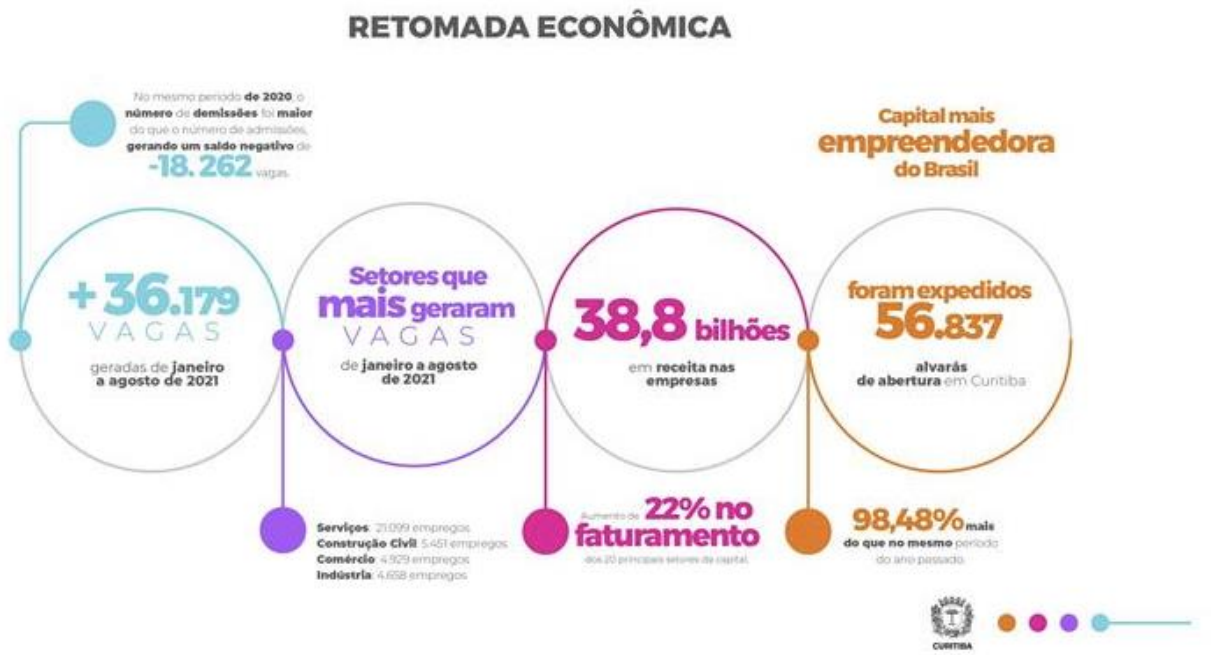
Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2020)

Em 2021 Curitiba se encontrava com o quinto município do Brasil com o maior PIB (Produto Interno Bruto). Curitiba registrou um PIB de pouco mais de R\$ 96 bilhões, o que representa 1,3% do Produto Interno Bruto brasileiro (IBGE, 2021). A capital do estado possui ligação ferroviária e rodoviária, com fácil acesso a portos e aeroportos, assim como dispõe de todos os serviços e atrações, seja no setor primário, secundário e terciário da economia (PMC, 2018).

Curitiba é também a primeira capital do país a crescer de forma integrada com os demais municípios da região metropolitana. A localização, aliada a uma boa infraestrutura em termos de transportes, além de rodovias, ferrovias e aeroportos, apresenta também a proximidade com os portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, e de Itapoá, São Francisco do Sul e Itajaí, em Santa Catarina o que caracteriza um elo logístico fundamental para o comércio, indústria, agronegócio e turismo.

Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba vários indicadores demonstram crescimento no cenário econômico na cidade, mesmo depois do impacto gerado pela pandemia de 2019. O indicador empregos tem papel fundamental neste desempenho e apresentou recorde em 2021. A figura a seguir retrata esta realidade e contribui na justificativa de abertura **do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** do Gran Centro Universitário.

Figura 7 – Cenário Econômico de Curitiba Depois do Impacto Gerado pela Pandemia de 2019



Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de Curitiba (2021)²

A capital paranaense se destacou no número de vagas com carteira assinada. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia

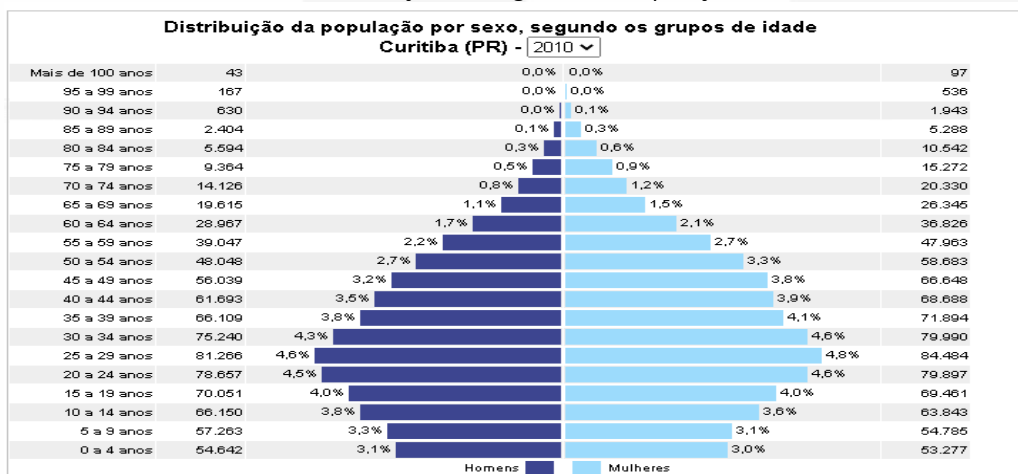
² <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/indicadores-comprovam-cenario-economico-em-curitiba-ja-apresenta-melhora/61136>

(2021) “no acumulado de janeiro a agosto de 2021 é o maior dos últimos 18 anos (início da série histórica)”.

O setor de Serviços continua tendo grande importância para a geração de empregos em Curitiba, foi o responsável pelo maior número de contratações com 21.099 novos empregos, seguido pela Construção Civil, com 5.451 vagas. A estimativa é que, com uma carteira de investimentos do município de R\$ 2,6 bilhões, cerca de 113,7 mil empregos (diretos, indiretos e induzidos) sejam gerados com obras públicas nos próximos cinco anos (PMC, 2021). Curitiba, nomeada a capital mais empreendedora do Brasil, “mantém programas e ações para dar sustentação à retomada da atividade econômica tanto para trabalhadores quanto para empreendedores” (PMC, 2021).

Outros dados de destaque referem-se que em torno de 35,4% da população local está compreendida na faixa etária de 15 e 34 anos. Esta faixa etária está diretamente relacionada ao momento do acesso e ingresso no ensino superior, sejam para cursos de graduação ou pós-graduação, na oferta EAD ou presencial. Neste grupo, aproximadamente 20% dos jovens moram com seus familiares na condição de dependentes financeiros, os demais buscam independência financeira para arcar com suas despesas (CENSO, 2010). O gráfico a seguir demonstra esta realidade.

Gráfico 11 – Distribuição Demográfica da População de Curitiba



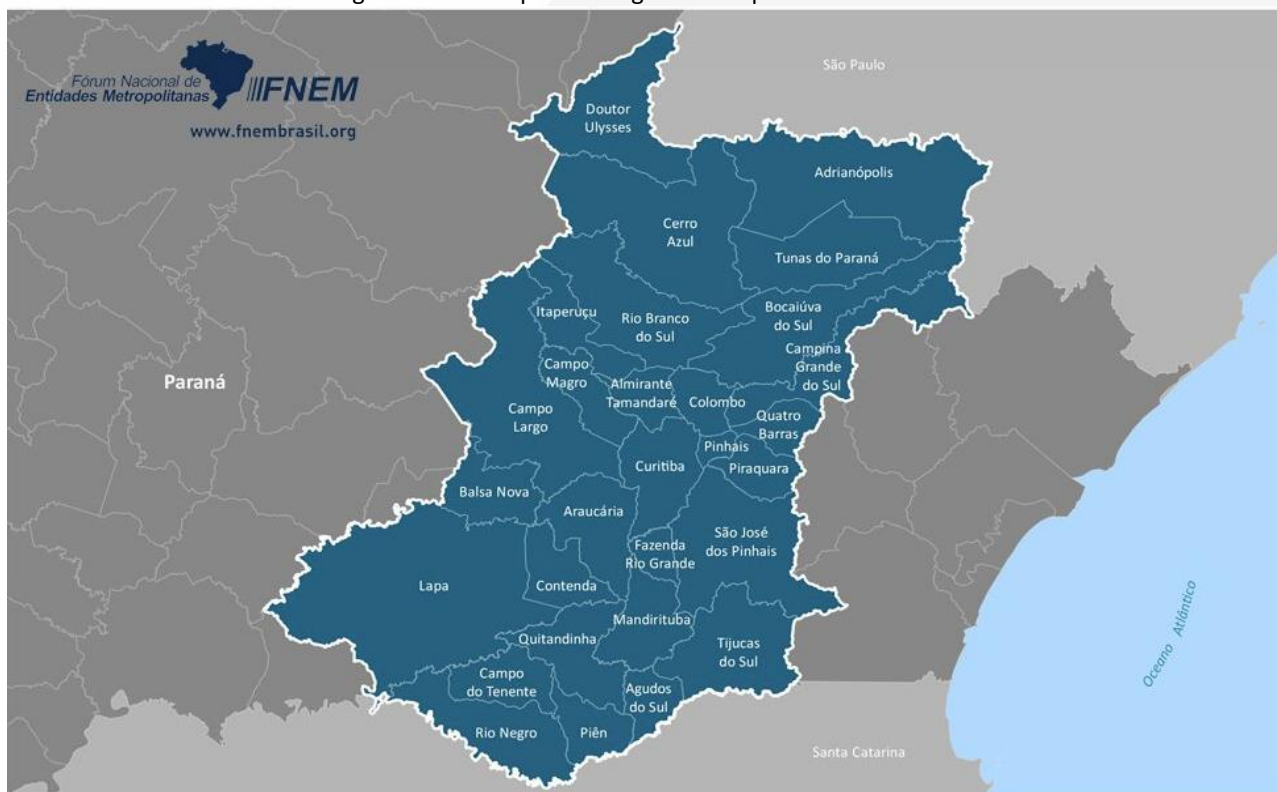
Fonte: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

Ressalta-se que o **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** da GRAN Faculdade receberá alunos não somente da grande Curitiba, mas também dos 29 (vinte e nove) municípios que compõem sua Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Segundo a Coordenação da região Metropolitana de Curitiba (COMEC) a Região Metropolitana de Curitiba é a oitava mais populosa do Brasil, com 3.223.836 habitantes, e concentra 30,86% da população do Estado.

Segundo o IBGE, a taxa anual de crescimento da Região Metropolitana é de 3,02 %, superior portanto, à média de 1,53% ao ano verificada nos demais centros urbanos do País (PMC, 2021). Também é a segunda maior região metropolitana do país em extensão, com 16.581,21km² (COMEC, 2021).³

Figura 8 – Municípios da Região Metropolitana de Curitiba



Fonte: Adaptado de Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas – FNEM (2018)

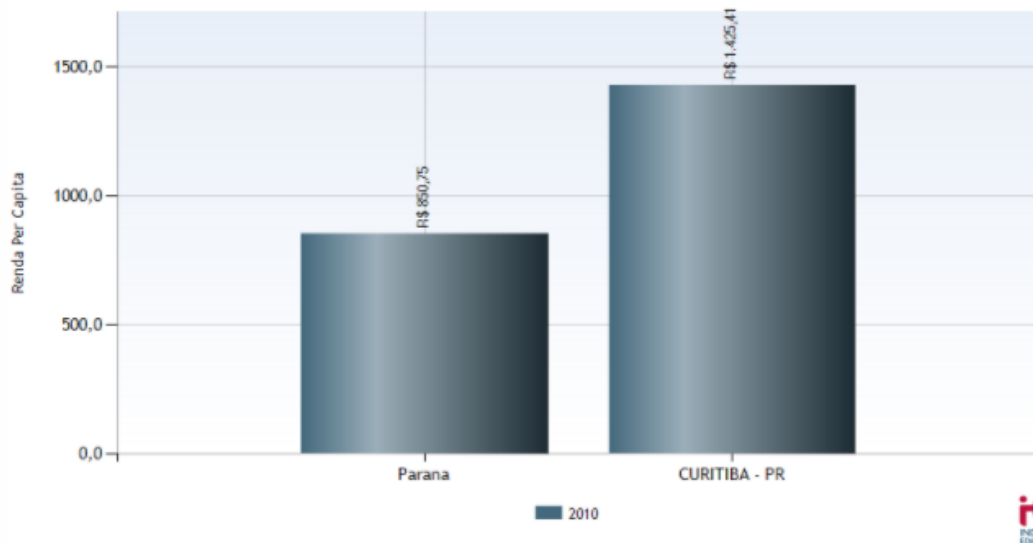
<https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-curitiba-pr/>

³ <https://www.comec.pr.gov.br/Pagina/Regiao-Metropolitana-de-Curitiba#:~:text=Constitu%C3%ADda%20por%2029%20munic%C3%ADpios%2C%20a,extens%C3%A3o%2C%20com%2016.581%2C21km%C2%B2.>
<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/regiao-metropolitana-de-curitiba/186>

A renda média da população do Paraná, bem como de Curitiba não chega a R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais o que justifica a necessidade de fornecer um curso na modalidade EAD, com custo mais acessível que atenderá esse perfil de aluno.

Gráfico 12 – Renda Média, Mensal, Per Capita no Paraná e em Curitiba

Renda média, mensal, per capita - UF - Paraná, CURITIBA



Renda média, mensal, per capita - UF - Paraná, CURITIBA

Abrangência	2010
Parana	R\$ 850,75
CURITIBA - PR	R\$ 1.425,41

Filtro Selecionado

Município: CURITIBA

Estado: Paraná

Ano: 2010

Fonte: IES- Indicadores Educacionais, 2020.

Nesse sentido, **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** atenderá, na sua grande maioria, tanto o estudante que busca oportunidades no mercado de trabalho, bem como o estudante que já se encontra no mercado de trabalho, mas ainda não possui uma graduação, porém com este feito, poderá crescer profissionalmente. E, além desse perfil, atenderá também aos profissionais que gostariam de obter uma segunda graduação, mas não podem se dedicar em um horário fixo. Desta forma, o curso é oferecido na modalidade EAD aumentando a possibilidade de acesso a estes estudantes.

Nossos alunos, segundo o perfil socioeconômico, em torno de 90% trabalham durante o dia ou ainda no contraturno, ou seja, ter possibilidades de ensino na modalidade EAD aumenta o acesso

destes estudantes no ensino superior. Outro ponto positivo que leva os estudantes da GRAN Faculdade optarem pelo curso na modalidade EAD é poder contar com a infraestrutura da IES, além da biblioteca virtual, dos recursos tecnológicos, materiais de apoio para o seu desenvolvimento e de uma equipe de tutores especialistas na condução do atendimento oferecendo condições favoráveis de estudo.

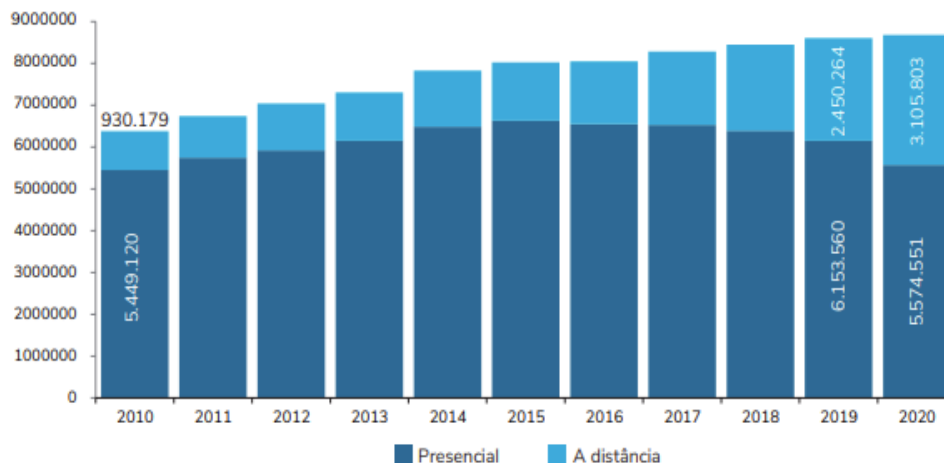
Há um número muito reduzido de ofertas de Cursos Superiores de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial com inscrição regular perante o MEC, sendo verossímil assegurar a oferta do **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**, na modalidade EAD, não só encontrará público, como atenderá um anseio os estudantes regionais por uma graduação específica na área de ciências sociais voltadas à gestão.

O Censo de Educação Superior de 2020 demonstra que o número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo mais de 3 milhões, o que já representa uma participação de 35,8% do total de matrículas de graduação.

Em contrapartida o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu -9,4% entre 2019 e 2020. Na modalidade a distância, o aumento é de 26,8% no mesmo período, mais que o crescimento registrado no período 2018-2019 (19,1%).

Através do próximo gráfico é possível observar que entre os anos de 2010 e 2020, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 233,9%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 2,3% nesse mesmo período (CENSO, 2020).

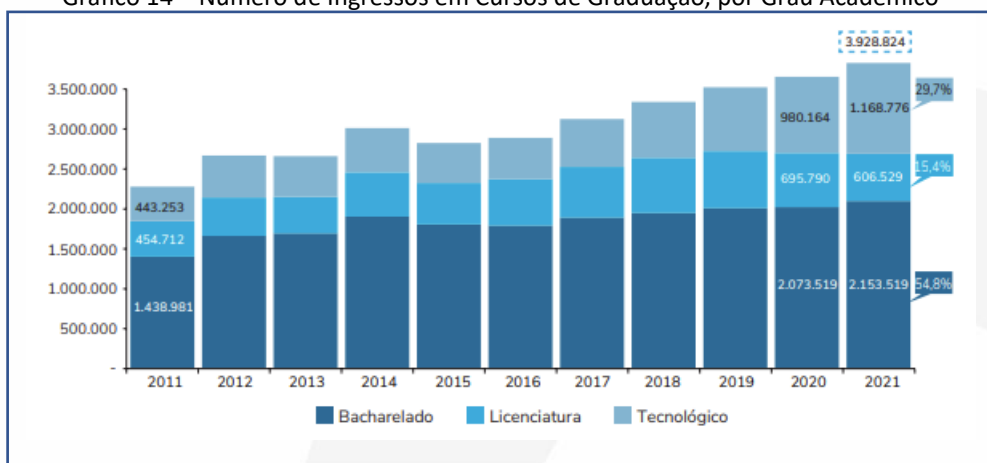
Gráfico 13 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação por Modalidade



Fonte: Adaptado do Censo de Educação Superior 2020

Dentro deste contexto justifica-se a oferta do **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** uma vez que os cursos de graduação por grau acadêmico têm demonstrado crescimento no que diz respeito ao grau tecnólogo. O gráfico a seguir, do Censo de 2021, constata essa informação.

Gráfico 14 – Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico



Fonte: Adaptado do Censo de Educação Superior 2021

De acordo o Censo da Educação Superior (2021) “entre 2020 e 2021 houve um aumento no número de ingressantes no grau de bacharelado (3,9%). Entretanto, o grau de tecnólogo apresentou a maior variação positiva, com 19,2% de ingressantes em 2021. No período de 2011 a 2021, o grau tecnólogo registrou o maior crescimento em termos percentuais: 163,7%”.

A oferta do curso também se justifica pelas especialidades de suas competências e habilidades que atendem parte das demandas de organizacionais da região. O foco de ensino deste curso para o aluno que busca um mercado de trabalho dinâmico ou ainda já faz parte dele, porém anseia novos desafios, é na formação do desenvolvimento de um profissional contemporâneo com metodologias que evidenciam a prática do ensino/aprendizagem.

O CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial da GRAN Faculdade, ofertado na modalidade EAD tem diferenciais verdadeiramente inovadores com foco à formação de qualidade e empregabilidade.

O curso é formado por um conjunto de unidades curriculares institucionais voltadas à **formação humana**: Ética e Responsabilidade; Saúde Mental e Comportamento, Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia; Sociedade, Política e Diversidade; e Libras (optativa). Complementarmente, a **formação profissional** é desenvolvida por meio das unidades curriculares específicas à área, para que estes profissionais estejam capacitados a trabalhar com análise e avaliação do ambiente interno e externo e formulação de objetivos e estratégias gerenciais, planejamentos, projetos e gerenciamento dos processos organizacionais e dos sistemas da organização.

O CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial prepara o estudante, por meio de suas disciplinas, de seus projetos integradores e do projeto extensionista o futuro tecnólogo em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial para enfrentar problemas e propor soluções em todos os âmbitos de sua carreira profissional.

Além disso, o curso traz alguns diferenciais muitíssimos importantes:

- Combinação de conhecimentos de múltiplas áreas como Direito, criminologia, Segurança da informação, o curso de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial da Gran Faculdade reúne diversas formações em um só curso para tornar você um profissional de segurança pública para o mercado de trabalho.
- Aderência curricular - conteúdos exigidos nos editais dos concursos públicos da área.
- Desenvolvimento de um perfil generalista na área de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.
- O aluno escolhe qual trilha de aprendizagem deseja seguir a depender da área de seu interesse para atuação no mercado de trabalho: Ênfase em INVESTIGAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO ou Ênfase em ÊNFASE EM PERÍCIA DIGITAL. O aluno acumula conhecimentos genéricos e específicos com máximo aproveitamento de tempo. Torna-se um tecnólogo com foco nas necessidades no mercado que deseja atuar.
- Respaldo legal e jurídico, teórico e prático da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

Por meio de ações do Núcleo Docente Estruturante (NDE), as disciplinas do curso convergem significativamente para a prática do ensino e para o perfil de profissionais em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial que o mercado espera, ou seja, o CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial da Gran Faculdade prepara, por meio de suas disciplinas e de suas atividades práticas, o tecnólogo jurídico, notarial e registral para se antecipar a cenários, enfrentar problemas e propor soluções em todos os âmbitos de sua carreira profissional.

Justifica-se o CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial - EAD ainda, pelos desejos e anseios institucionais em tornar-se uma graduação de referência e excelência na formação de profissionais, conforme expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e pela necessidade de oportunizar aos graduados e graduandos do curso uma formação ampliada qualitativa e quantitativamente que possam contribuir de fato para o desenvolvimento e crescimento das organizações.

Finalizando, o presente do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial visa a facilitar a empregabilidade e contribuir para o preenchimento da demanda de mercado da capital e da importante região metropolitana em que a GRAN Faculdade está instalada.

2.2. PERFIL DO CURSO

2.2.1 Implantação e Desenvolvimento - Programa de abertura de cursos de Graduação – Modalidade a Distância (PDI)

A GRAN Faculdade, presente no ensino superior desde 2002, com a autorização do curso de Licenciatura em Filosofia, tem um histórico que lhe habilita implementar mais uma modalidade de ensino.

Desde seu credenciamento, são vários cursos de graduação ofertados nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas, tecnologia e engenharia, além de mais de 20 cursos de pós-graduação em suas áreas de atuação. Atrelada à vocação em atender uma parte da população que, dadas as adversidades enfrentadas no cotidiano contemporâneo, encontra na sua inserção ao

mundo do trabalho uma possibilidade de crescimento profissional e, fundamentalmente, reconhecimento enquanto cidadã.

A IES entende que o cenário de crise das estruturas e a conjuntura política e tecnológica vivenciados hoje propiciam à implementação e, mais, a consolidação do ensino a distância para muitos cidadãos que não têm, por mais controverso que possa parecer em uma sociedade democrática de direito como a nossa, acesso ao ensino superior. Posicionando-se instrumentalmente de modo estratégico como uma instituição de ensino consistente, consolidada por seu trabalho de qualidade de quase um século na área educacional, o objetivo maior da IES é atender as inúmeras necessidades de qualificação profissional e não marginalização das pessoas na cenografia atual.

Assim, a IES compreende a Educação a Distância como uma modalidade educativa alternativa para a democratização do saber, não em substituição à educação convencional, mas como mais um componente do processo de ensino de modo a atender a nova demanda de forma de aprendizado e troca de saberes.

Essa modalidade educacional possibilita, além da contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais, a afirmação, na esfera ideológica, de que o conhecimento deve ser possível a quem o desejar. No que diz respeito à sustentabilidade, essa tem sido uma escolha economicamente produtora, já que se configura como uma alternativa aos ultimos socio-pedagógicos, apoiada pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação.

A GRAN Faculdade compreende a modalidade de educação a distância como um processo de formação humana organizada e desenvolvida por meio de métodos diferentes ao do modelo presencial, uma vez que há uma diferenciação no que diz respeito às configurações de tempo e espaço. Seu intuito é, portanto, promover essa modalidade educacional por meio de experiências articuladas e conectadas aos programas educacionais da modernidade.

O fio condutor dos cursos na modalidade a distância que serão ofertados pela A GRAN Faculdade está pautado pelo seu Projeto Pedagógico Institucional – PPI, o qual propõe a formação do discente por meio de situações inovadoras de aprendizagem. As competências e habilidades que lhes serão exigidas no mundo do trabalho são prioridade na perspectiva pedagógica da IES,

fazendo com que sua orientação seja agir como mediadora no processo de ensino-aprendizagem daqueles que foram alijados do processo de educação formal.

Desse modo, são objetivos gerais dos cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade a distância a serem ofertados pela IES:

- Mudar vidas por meio da educação e da tecnologia;
- Promover a democratização e o acesso ao saber escolarizado;
- Atender a demanda educacional imposta pela sociedade contemporânea, em um microcosmo de ação que compreende os pólos que deverá atingir;
- Propiciar formas de superação de exclusão social.

2.2.2. Informações Gerais do Curso

Tabela 6 – Informações Gerais do Curso

NOME DO CURSO	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - EAD
Habilitação	CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial - EAD
Número de vagas	5000 autorizadas
Regime de matrícula	Semestral
Carga horária	Total de 1660 horas
Duração mínima	02 (dois) anos
Duração máxima	02 (dois) anos
Caracterização das aulas	Teóricas, práticas, EAD
Dias letivos por semestre	Mínimo: 100 (cem)

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

O **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial - EAD** oferecido pela GRAN Faculdade, tem duração mínima de 02 (dois) anos, o equivalente a 04 (quatro) períodos, e máxima de 02 (dois) anos, o equivalente a 04 (quatro) períodos. Cada ano é composto por dois períodos

regulares, sendo que cada período regular terá, pelo menos, 100 dias letivos. O calendário acadêmico é fixado de acordo com artigo específico do Regimento Interno da IES.

A matriz curricular contempla conhecimentos multi-interligados para propiciar ao tecnólogo em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial um conhecimento tridimensional com prática voltada às principais áreas de procura do mercado:

- 1º período – noções básicas de perícia e investigação.
- 2º período – Investigação e Perícia Criminal.
- 3º período – Investigação e Perícia Cível, Empresarial e Tributária.
- 4º período – Investigação e Perícia Trabalhista, Previdenciária e Digital.

2.2.3. Dados da Coordenação do Curso

Tabela 7 – Dados da Coordenação do Curso

DADOS PESSOAIS DA COORDENAÇÃO	
Nome:	Núbia Elizabette de Jesus Paula
Área de Formação	- Graduada em Direito (2004) - Advogada – Conselheira Federal pela OAB/MG - Curso de Tutoria EAD - Professora de curso Superior
Área de Especialização e pós-graduação	- Pós-doutoranda em Direito pela PUC-Minas - Doutora em Direito pela PUC-MINAS (2017) - Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos (2008)
Curriculum Lates	http://lattes.cnpq.br/0190555966124960
Mestrado/Doutorado concluído em:	2008/2017
Tempo de casa:	3 meses
Anos de experiência no magistério superior e gestão acadêmica:	17 anos
Tempo de experiência não docente	18 anos
Regime de trabalho do coordenador	40 horas em tempo integral, sendo 30 horas dedicadas à coordenação do curso.

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

2.2.4. Objetivo Geral

O CST em **Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** na modalidade a Distância tem, no contexto social onde o curso está inserido, como objetivo principal a formação de *“Um profissional capaz de analisar, propor intervenções positivas, com embasamento teórico-científico, no fenômeno da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial”*.

Os objetivos do CST em **Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** foram traçados buscando o real foco de atuação de seu egresso e respeitando a realidade das diversas regiões do país, e foram concebidos e implementados buscando coerência, análise sistêmica e global, observados os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.

Nesse contexto, ao se definir o escopo acadêmico do **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** na modalidade EAD, foi definido o perfil profissional do egresso a ser formado pela GRAN Faculdade, bem como foram delineados os principais objetivos do curso à luz do Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia (CNE/CP nº 29/2002, de 3 de dezembro de 2002) e do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 3ª edição (2016), além da Portaria 019, de 15/03/2023.

Os objetivos concebidos buscam coerência por meio da análise e valorização dos seguintes aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional. Sendo assim, o CST em **Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** tem por objetivo geral formar tecnólogos aptos a interagir em equipes multiprofissionais e em ações intersetoriais, exercendo competências necessárias ao campo das práticas da **Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**, sendo tais atividades permeadas pelo caráter ético e humanístico exigível para o ideal desempenho de sua atuação.

Formar tecnólogos em **Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**, com ênfase em noções jurídicas alinhadas a elementos de gestão e planejamento, para atuarem com competência, ética e compromisso social, e serem capazes de enfrentar os desafios contemporâneos, digitais e tecnológicos do mercado de trabalho.

As novas abordagens que conformam o **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** revelam saberes e competências diversos e visam a preparar o graduando, futuro profissional, para assumir as mudanças que o contexto atual demanda. Acredita-se, portanto, que o reconhecimento do egresso do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial como profissional a compor o mercado de trabalho representa um marco histórico para o desenvolvimento social tanto no que respeita ao egresso do Curso que irá se alocar no mercado de trabalho de forma mais ágil e eficiente, quanto no que respeita ao mercado que absorverá um profissional capaz de alinhar saberes jurídicos a saberes de gestão e planejamento.

Assim, o **Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** na modalidade EAD da GRAN Faculdade tem como objetivo geral: a formação de um profissional com conhecimentos e aptidões teóricas e práticas capaz de projetar e elaborar diferentes modos operandi no desempenho das funções públicas e privadas da carreira em Perícia e Investigação. Especificamente, o aluno será capaz de realizar perícias forenses, perícia digitais, avaliações, vistoriais, auditorias, análise de documentos, balística.

Nesse sentido, percebe-se na atividade prática do Direito aliada à perícia, a necessidade de se preparar adequadamente profissionais da área de investigação e perícia para o desempenho de sua multifacetária atividade tão alinhada à realização do justo.

2.2.5. Objetivos Específicos do Curso

O **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** da Gran Faculdade, através do desenvolvimento de conhecimentos científicos, tecnológicos, práticos e extensionistas tem como objetivos específicos:

Desse modo, o curso que se apresenta tem por finalidade formar profissionais com os conhecimentos necessários para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- Proporcionar, no contexto social onde o curso está inserido, uma formação humanística, a qual permite ao profissional desta área a compreensão do mundo, respeitando princípios éticos e sustentáveis, com visão crítica e consistente do impacto de sua atuação na sociedade;
- Desenvolver no acadêmico o senso de responsabilidade social e de justiça, como fundamentos para a manutenção da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial;
- Promover um processo de ensino direcionado para a formação de competências e habilidades profissionais de um indivíduo apto a atuar de forma mais eficiente no planejamento e execução de políticas públicas voltadas direta e indiretamente à segurança, numa perspectiva social, democrática e política de forma multidisciplinar;
- Habilitar o acadêmico a conhecer os dispositivos digitais, tecnológicos, administrativos, penais e processuais referentes às ações de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial;
- Apresentar e desenvolver conceitos práticos e teóricos nas áreas de Gerenciamento de Crises, Direito, Segurança Pessoal e Executiva, Ética, Planejamento Pessoal e de Defesa Pessoal;
- Desenvolver a formação de um agente de transformação capaz de identificar as características estruturais e conjunturais da realidade social e suas interações, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade de sua vida social, institucional e individual;
- Habilitar o futuro profissional a ter um pensamento crítico e apurado; gostar dos diferentes tipos de tecnologia/ gosto pelo planejamento, análises e implantações e soluções de técnicas e ágeis.
- Promover interações que conciliem teoria e prática, possibilitando o enfrentamento de problemáticas atuais a partir da análise de estudos de caso.
- Constituir egressos comprometidos e partícipes enquanto sujeitos digitais, políticos e sociais;
- Garantir uma formação geral do tecnólogo em Cibersegurança em consonância com outras áreas do saber;
- Formar profissionais que dominem a gestão da força de trabalho na sua área, dos recursos físicos e materiais e da informação;
- Formar profissionais com capacidade de liderança, autonomia de aprendizagem e entendimento sobre a importância da Formação Continuada;

- Efetivar o domínio das ferramentas de comunicação;
- Fornecer ferramentas para o empreendedorismo, o planejamento de carreira e o posicionamento profissional para o mercado de trabalho;
- Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação;
- Formar profissionais com consciência da finalidade das ciências que embasam a Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial como instrumento de transformação social e construção da cidadania;
- Dotar o aluno de competências para saber liderar, negociar, planejar e organizar trabalhos em equipe;
- Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional;
- visão e anseios de contribuir para as transformações da sociedade, com plena consciência da coisa pública e a expectativa socioambiental.
- Enfatizar a importância das inter-relações da tecnologia com o todo social em que se inserem;
- Estabelecer a relação entre teoria e prática para subsidiar a formação de um tecnólogo que seja apto a desempenhar atividades que exijam conhecimentos nocionais da legislação, termos e conceitos jurídicos;

Dessa forma, os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo profissional relacionado ao curso.

2.2.6. Filosofia do Curso

A construção do **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** da GRAN Faculdade se baseia numa era em que a necessidade do estudo da gestão principalmente digital, são muito influenciadas pelas mudanças nos objetivos sociais bem como nas atitudes dos sujeitos que por meio de valores culturais e comportamentais emergentes gera oportunidades para que o corpo acadêmico – docente e discente – possa estar constantemente impulsionados à ascensão da

criatividade neste processo de evolução, fato este que proporciona à civilização humana a crença da auto realização e da busca de seus desejos mais profundos.

Nesta perspectiva este Projeto Pedagógico do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial vai além de um agrupamento de planos de ensino; visa direcionar a comunidade acadêmica as novas práticas da ciência da Gestão que ocorrem no ambiente de negócios, de acordo com os princípios éticos, com responsabilidade social aliado a essência dos direitos humanos, possibilitando a formação e qualificação de profissionais capacitados.

Projeto este que construído através de análise ambiental interna e externa com participação efetiva de seu Núcleo Docente Estruturante e especialistas da área, propiciou a Co criação por parte de um colegiado, portanto, este projeto é fruto de um processo de ação conjunta, não apenas da coordenação do curso, mas tornou-se objeto de missão da IES.

Neste sentido, o CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial tem por visão ser o curso da modalidade EAD das ciências sociais aplicadas que torna o estudante apto para propiciar ações estratégicas ligadas as diversas áreas de uma Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial material e digital, com as diversas áreas da organização pública e à luz da interpretação das tendências do mercado de trabalho.

2.2.7. Missão do Curso

Ao delinear os aspectos gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que o mesmo se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

- 1. Priorização da tratativa de déficit de linguagem, raciocínio lógico, ciências exatas e conhecimentos gerais da área sociológica e filosófica.** Assim, objetivos como “domínio das ferramentas de comunicação”, “Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional” e “visão e anseios de contribuir para as transformações da sociedade, com plena consciência dos Direitos humanos e a expectativa socioambiental” foram perspectivas estabelecidas como missões do curso.

2. **Consideração do cenário da heterogeneidade dos ingressantes no CST** em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial, prevendo a diversidade dos alunos de forma positiva e valorizativa. Para tanto foi estabelecido como uma das missões do curso, sendo que “a educação continuada” ou “a capacidade de autonomia” inserem-se nos objetivos do curso como forma de suplantar as diferenças de ambos os ingressantes, tudo a partir de ferramentas que no decorrer do PPC e da matriz curricular serão claramente delineados, em especial nas expectativas de disciplinas de cunho orientado.

3. **Ferramentas de Nivelamento:** considerando as diferenças marcantes entre as regiões brasileiras e as diversas comunidades, ela própria natureza da Educação a Distância, o curso receberá alunos advindos de várias regiões e municípios brasileiros. Assim, está dentre as missões do curso, “Dotar o aluno de competências para saber liderar, negociar, planejar e organizar trabalhos em equipe” e outros aspectos generalistas foram constituídas considerando a singularidade do contexto educacional em que se situam os polos do curso da modalidade EaD.

Dentro do novo contexto educacional que se apresenta no Brasil, a GRAN Faculdade busca atender as demandas do MEC como posicionar seu aluno com diferenciais através de suas próprias propostas.

A Gran Faculdade prevê no andamento de seus cursos uma série de ações motivadoras da pesquisa em confluência com o mercado. Dentre as práticas educacionais destacadas, a Gran Faculdade prevê sanar as deficiências provenientes advindas do ensino médio para possibilitar que seu corpo de estudantes tenha um aproveitamento amplo das disciplinas. A autonomia do estudante em estudar na modalidade EaD, letramento digital, assim como o incentivo à ressignificação frente aos novos modelos educacionais também foram vislumbrados neste PPC.

A concepção deste PPC busca adequar-se às realidades do novo *mindset* de mercado associando a praticas educacionais inovadoras, as tecnologias previstas e a diversidade do ser, buscando a democracia do ensino e a ampliação do acesso à educação ensino superior associada às

questões inerentes à atualidade como a vivência da diversidade no ambiente da IES, dos Direitos humanos, o acesso às novas tecnologias e os espaços para as mais diferentes vivências do contexto da educação, pesquisa e da construção da carreira do gestor público inovador e eficaz.

A Gran Faculdade tem consciência de que a educação é um processo social que atinge diretamente a comunidade na qual está inserida, abrindo horizontes de possibilidades aos seus estudantes e pretende, através dessa mentalidade, contribuir para o fortalecimento da sociedade e o acompanhamento de seus alunos.

Nesse sentido é missão do curso estimular os estudantes a serem formadores de opinião, líderes e motivadores de equipe, articuladores e tecnólogos em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial, inovadores e eficientes. Desenvolver profissionais que atuem com visão sistêmica/holística da organização para que na prática otimizem recursos, ampliem projetos e mantenham o foco em resultados. Qualificar profissionais para o mundo do trabalho.

2.2.8. Visão do Curso

Ser o curso da modalidade EAD de **Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** aplicadas que torna o estudante apto para propiciar ações estratégicas ligadas as diversas áreas de uma Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial, material e digital, com as diversas áreas da organização digital e à luz da interpretação das tendências do mercado de trabalho.

2.2.9. Finalidades do Curso

O **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** na modalidade à distância tem por finalidade preparar profissionais para um mundo de trabalho cada vez mais complexo, exigente, é preciso redefinir algumas características relacionadas ao perfil do profissional que atuará na área das ciências sociais aplicadas.

Ao delinear objetivos como “empreender na área”, “autonomia de aprendizado”, “formação continuada” e “capacidade de liderança”, o NDE demonstra já no início da construção do curso que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho.

No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é **“fornecer ferramentas para o desenvolvimento humano e profissional e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial”**.

Neste sentido, CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial contribui para a melhoria na formação dos estudantes de Curitiba e região metropolitana a partir da expansão do ensino superior na modalidade EAD e da elevação dos padrões de qualidade para os serviços da prática do ensino, pesquisa e extensão.

É preciso, pois, que este profissional, ciente da importância de uma visão interdisciplinar, esteja voltado a atividades estratégicas e de processos que vislumbrem o conhecimento da quantitativa e qualitativo do mercado de trabalho, das tendências sociais, da tecnologia, comportamento de massa, acontecimentos atuais, políticos, sociais e econômicos.

Entende-se, entretanto, que a realidade do mercado, geralmente, é muito competitiva, visto que só sobrevivem aquelas Instituições de Ensino que estejam verdadeiramente voltadas para o cliente maior - a sociedade - vivendo a sua relação com qualidade de serviços, comprometimento, proatividade, Responsabilidade e Ética e é assim que a GRAN Faculdade oportuniza aos alunos em termos concretos o curso ora apresentado.

Diante do cenário de crise concomitante ao surgimento de novas tecnologias, novos modelos de ensino e práticas de mercado, a GRAN Faculdade, está atento para formar um profissional capaz de se adaptar às rápidas mudanças de sua profissão assim como atender as mais variadas demandas.

O escopo metodológico, a matriz assim como as ações da Gran Faculdade prevê a formação de um aluno ativo e atento às necessidades e práticas emergentes da gestão da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

A Gran Faculdade tem ciência de que as práticas emergentes assim como as novas tecnologias não funcionam por si só, assim constrói-se através delas uma transversalidade em entre disciplinas e ações pedagógicas do curso para suprir uma lacuna mercadológica já com foco em uma demanda futura de mercado.

Tanto através do conjunto de unidades curriculares institucionais voltadas à **formação humana**: Ética e Responsabilidade; Saúde Mental e Comportamento, Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia; Sociedade, Política e Diversidade, e Libras (optativa), a IES busca uma formação transdisciplinar capaz de tornar o profissional um construtor autônomo de sua própria carreira, se adequar às práticas de mercado e promover ações de transformação do mesmo através de uma visão holística sem abandonar as contribuições que podem levar à comunidade na qual está situado, em uma perspectiva do regional para o global.

Faz parte dos objetivos CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial da Gran Faculdade a interseção entre os conteúdos tradicionais e a observância constante com as práticas inovadoras e emergentes de mercado também através da disciplina de novos paradigmas da gestão da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial que será atualizada sempre que o NDE assim acreditar ser necessário. As práticas emergentes são previstas através dos novos modelos e sua aplicabilidade o que também ocorre através das disciplinas de Atividades de Complementação Profissional.

Por fim, é necessário oportunizar ao estudante e futuro profissional uma formação generalista, atrelada e embasada na pesquisa, previsão e solução de problemas por meio de um estudo teórico e prático detalhados e englobados nas subáreas que englobam o curso.

2.3. PERFIL DO EGRESSO DO CURSO

2.3.1. Competências, Habilidades e Atitude Profissional

O perfil do egresso corresponde a um objetivo de formação geral que deve ser atendido pelo curso, independente de pleno ou com especificidades.

Trata-se da garantia da identidade do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), na **Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016** que aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia para os Cursos de Gestão e Negócios e Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, bem como a **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

O Curso Superior de Tecnologia em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial da GRAN Faculdade busca formar tecnólogos comprometidos com o desenvolvimento da pessoa humana, com a ética e com as melhores práticas para o gerenciamento da investigação e perícia, seja ela judicial ou extrajudicial.

2.3.2. Competências e Habilidades do Tecnólogo em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial

Os cursos Superiores de Tecnologia observam as determinações legais do MEC, presentes no Decreto nº. 5154/04, nos Pareceres CNE/CES 436/2001 e CNEP/CP 29/2002, na Resolução CNE/CP 03/2002 e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologias, além da Portaria 019, de 15/03/2023. Tendo em vistas estes documentos e suas diretrizes, o CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial da GRAN Faculdade visa desenvolver cada uma das competências e habilidades previstas nestes documentos ao longo de todo o curso.

O egresso do **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**, ao término do curso, deverá estar apto a executar uma série de atividades referentes aos processos desempenhados no âmbito da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

Assim, o profissional formado em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial poderá exercer atividades tais como:

- Atuar diferentes áreas a atuarem como especialistas, consultores e assessores em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial, perícia forense, e projetos de

Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial em organizações governamentais, privadas e jurídicas.

- Aprimorar os conhecimentos para a correta interpretação e aplicação do exercício profissional em perito jurídico na documentoscopia e na pesquisa para a utilização da legislação e da doutrina.
- Atuar como auditor em contratos de empresas privadas e órgãos públicos.
- Despertar a capacidade proativa dos profissionais e suas habilidades empreendedoras, propondo soluções inovadoras através da Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.
- Capacitar e habilitar para a tomada de decisões no sentido de prevenir, minimizar os conflitos ou inserir soluções para a sociedade;
- Conscientizar o profissional do seu papel de agente de transformador social, atendendo às necessidades locais, regionais e nacionais no âmbito de suas competências;
- Formar o profissional para o exercício de perito jurídico em documentoscopia, engajado no contexto histórico e comprometido com o mercado e estudo da realidade brasileira, amparados pelos processos inovadores e tecnológicos da educação 4.0;
- Interpretar e ampliar os métodos, técnicas e conceitos científicos de forma crítica e criativa, pautados na ética e na moral, primando pelo humanismo frente às diversidades sociais e econômicas;

A viabilização desse perfil de egresso exige o comprometimento com uma formação que atenda, simultaneamente, a várias premissas básicas.

Em primeiro lugar, é importante possibilitar uma base cultural ampla e crítica, que extrapole os próprios limites da profissão.

Daí a necessidade de integração e compartilhamento com as demais áreas, em especial com as da Escola de Direito, Gestão e Negócios, criminologia, Segurança da Informação, Defesa Cibernética e outras.

Em segundo lugar, a formação adquirida deve habilitar o estudante para o pleno exercício profissional, com competência e responsabilidade. Isso exige, adicionalmente, o desenvolvimento de autonomia analítica e abertura para adquirir novos conhecimentos, o que é fundamental para que o egresso prossiga em sua jornada profissional com competência e permanente atualização.

Por fim, enfatiza-se o perfil multidisciplinar do egresso, haja vista que as suas atividades profissionais se centram no planejamento estratégico, gestão, operação, sistemas e redes integradas.

Além disso, pretende-se que o egresso obtenha as seguintes características, ao final do curso: capacidade de compreensão sistêmica do cenário social, político, econômico, cultural e legal em que está inserido e sua relação com a prática profissional de serviços de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial; aptidão para tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente; eficiência e ética no exercício de suas funções, no gerenciamento das relações sociais e dos recursos humanos, administrativos e de serviços nas organizações; capacidade para atuar no desenvolvimento pleno e inovador do planejamento, controle e avaliação.

2.3.3. Aplicação das Competências e Habilidades

A formação do tecnólogo em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial deve considerar a sua área de atuação que foca na possibilidade de exercerem a função de peritos judiciais e extrajudiciais e/ou assistente técnico em todas as esferas do judiciário além disso, poderá atuar em institutos e centros de pesquisa; instituições de ensino; empresas privadas de perícia; auditor de contratos; instituições da área de inteligência e serviços de perícia extrajudicial.

O CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial prepara os egressos para que desenvolvam seus conhecimentos, habilidade e atitudes durante a sua vida acadêmica e possam concretizá-los ao longo de toda sua vida profissional com competências a saber:

- promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

- cultivar o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a capacidade empreendedora e a compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico;
- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para aumentar a eficiência do processo decisório nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, pautado sempre na aplicabilidade do conhecimento para a realidade empresarial, revelando-se assim um profissional adaptável;
- desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações públicas;
- incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica; e
- desenvolver a visão sistêmica, baseado na capacidade crítica de analisar a empresa e seus processos como um todo de forma integrada, contemplando as competências citadas acima de forma sinérgica.

2.3.4. Atitude Profissional

No decorrer **O CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**, o egresso deverá ter desenvolvido um conjunto de habilidades que quando colocadas em prática se traduzem na atitude profissional esperada do tecnólogo formado em consonância com as novas demandas e desafios gerados pelo progresso científico e tecnológico e pelas mudanças nas relações de trabalho, a saber:

- **Habilidades Pessoais:** capacidade para identificar e compreender as necessidades de distintas naturezas, imediatas e mediatas, do seu entorno social, raciocínio lógico, crítico e científico, postura ética pessoal e profissional, curiosidade, análise de risco, conscientização da permanente necessidade de atualização do saber.
- **Habilidades Interpessoais:** Usar de empatia para resolução conjunta de problemas, que favoreça a capacidade de comunicação, o trabalho colaborativo e a efetiva gestão de conflitos.
- **Conhecimentos Técnicos:** capacidade de atuar no exercício de atividades técnicas referentes às demandas da área, necessárias ao exercício de uma ocupação com identidade reconhecida no mundo do trabalho.

Nessa linha, o perfil profissional do egresso consta no PPC, está de acordo com as DCN's e expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articula com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

2.3.5. Campo de Atuação

Nessa toada, o egresso do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial poderá atuar nas seguintes áreas:

Quem se forma na área de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial encontra um mercado de trabalho com diversas possibilidades de atuação com alta empregabilidade.

O Tecnólogo em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial poderá atuar como:

- Peritos judiciais e extrajudiciais e/ou assistente técnico em todas as esferas do judiciário.
- Institutos e centros de pesquisa;
- Instituições de ensino;
- Empresas públicas e privadas de perícia;
- Auditor de contratos físicos e digitais;
- Instituições da área de inteligência e serviços de perícia extrajudicial.

- Consultor Jurídico especializado em Perícia Judicial e Extrajudiciais nas áreas Criminais, Cível, Empresarial, Tributária, Trabalhista, Previdenciária e digital.
- Perícia Forense;
- Projetos de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

Como visto são as atuações do tecnólogo em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial no mercado de trabalho pelo CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial do Gran Centro Universitário proporciona essa aproximação maior com o ambiente profissional, não apenas orientados para sua função específica, mas profissionais multifuncionais e com habilidade de interligar diferentes áreas; ao invés de profissionais meramente intuitivos.

Nessa linha, o perfil profissional do egresso consta no PPC, está de acordo com as DCN e expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articula com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

2.4. PERFIL DO PROFESSOR/TUTOR

O Corpo Docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional. Ele deve ser suficiente em número e deve reunir competência associada a todos os componentes da estrutura curricular. A dedicação e diversidade de saberes, devem ser adequados para garantir um bom nível de interação entre estudantes e docentes.

Os professores devem ter qualificações adequadas. Sua competência global poderá ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades de gestão em áreas compatíveis com as do ensino no programa. O perfil desejado para o docente contempla os seguintes aspectos:

- Domínio de conteúdo e capacidade de transmissão;
- Compromisso com o ensino de qualidade;
- Liderança;

- Disponibilidade para o diálogo;
- Competência para gerar um clima favorável ao debate e questionamento em sala de aula;
- Formação multidisciplinar, indispensável para o ensino abrangente que demonstre os variados vínculos entre as diferentes unidades curriculares;
- Capacidade de administrar conflitos;
- Acompanhamento das situações da realidade atual;
- Postura ética adequada no exercício do magistério;
- Observar às normas da IES.

O docente, para assumir as unidades curriculares no **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** da IES, na modalidade EaD, deverá possuir experiência na docência de ensino superior, com titulação compatível com a exigida pela legislação em vigor e possuir título de Especialização em Educação à Distância (ofertado pela instituição/formação *intracorporis*).

O docente deverá ser pró-ativo, ter iniciativa para implantar e implementar propostas acadêmicas, buscando contextualizar a realidade local e o mundo do trabalho e a modalidade à distância.

Dessa forma, para assumir tanto autoria quanto tutoria serão convidados os professores que atuam no curso presencial, levando em consideração que são profissionais com experiência e formação superior e titulação mínima, necessária, para atender ao perfil mencionado.

O professor **pode transitar pela autoria, tutoria ou ambos**, considerando ainda a competência e o interesse em participar desta modalidade de ensino. Ou seja, a Instituição não faz distinção entre professor-autor ou tutor quando da sua contratação e remuneração. Todos serão contratados de acordo com sua formação e carga horária disponível e compatível com a necessidade para a modalidade de EaD.

No caso de autoria, o professor assumirá a responsabilidade de preparar o material didático, textos, questões avaliativas, bem como gravar as videoaulas sendo devidamente remunerados pelo serviço, conforme contrato a ser assinado previamente com o departamento de Pessoas e Cultura.

A divisão de estudantes por professor deverá necessariamente levar em conta o curso, a área do conhecimento, a unidade curricular, a turma e os estudantes. Dessa forma, um professor tutor, com aderência à área de conhecimento pode tutorear mais de uma unidade curricular por turma.

Em consonância com o disposto na portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, o **Gran Centro Universitário** possui um conjunto de competências necessárias para o exercício das atividades de tutoria com base na definição de conhecimentos, habilidades e atitudes que vão ao encontro da proposta de atribuições para o desempenho do cargo.

a) Conhecimentos

- Formação na área de atuação do curso preferencialmente complementada por especialização e experiência profissional que o qualifiquem para contribuir com a formação profissional do egresso.
- Conhecimento das rotinas de trabalho e de como devem ser realizadas as atividades no processo de tutoria, para melhor organizar seu tempo, priorizando a mediação pedagógica e a interação com os alunos.
- Conhecimento e capacidade de operacionalização dos recursos e ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, de softwares e de ferramentas de buscas pela internet, a fim de utilizar os recursos em prol da aprendizagem, inclusive os que garantem a acessibilidade pedagógica, metodológica e instrumental.
- Conhecimento pleno da Unidade Curricular e sobre o projeto pedagógico do curso, a fim de planejar e desenvolver atividades que garantam o desenvolvimento das competências e o alcance dos objetivos, tendo em vista o perfil do egresso.
- Conhecimento sobre educação a distância e tecnologias de informação e comunicação, tendo capacidade para entender os fundamentos, estruturas e metodologias referentes a EaD, compartilhando a filosofia da mesma e utilizando as tecnologias em todo o seu potencial.

b) Habilidades

- Comunicação (oral/escrita), capacidade de se comunicar de forma clara com os discentes, utilizando recursos de tecnologia de informação, orientando e estimulando o aprendizado, bem como os hábitos do estudo autônomo e do aprofundamento dos conteúdos propostos, dentro dos parâmetros de mediação propostos pela Gran Centro Universitário.

- Organização e Planejamento para determinar o conjunto de procedimentos, ações necessárias para a consecução das atividades de forma organizada, com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos e conseguir melhores resultados de aprendizagem.
- Relacionamento interpessoal, ou seja, competência para administrar relacionamentos e criar redes, de encontrar pontos em comum e cultivar afinidades, para atuar na mediação de forma a despertar nos alunos o interesse pelos estudos e pelo curso e, desta forma, melhorar os indicadores de retenção.
- Capacidade de trabalho em equipe, para trocar informações, conhecimentos, com o intuito de agilizar o cumprimento de metas e o alcance de objetivos compartilhados pelo grupo de professores.

c) Atitudes:

- Proatividade e criatividade, antecipando-se a possíveis problemas que podem surgir, propondo soluções e ideias novas por iniciativa própria e para sugerir novas maneiras para realização das tarefas, para resolver problemas de maneira inovadora, para maximizar o uso dos recursos disponíveis.
- Automotivação, a fim perseguir os objetivos por conta própria, com energia e persistência;
- Empatia no lidar com alunos e pares, tratando as pessoas com respeito e ética e procurando perceber as necessidades do outro.
- Flexibilidade, sendo capaz de adaptar-se rapidamente a variações na realização ou surgimento de novas atividades, assim como para se dedicar a vários estudos ou ocupações.
- Comprometimento para cumprir prazos e estar sempre presente no ambiente, interagindo com alunos, enriquecendo as discussões e colocando o seu potencial acadêmico em prol do alcance dos objetivos e metas do curso, colaborando, dando suporte, com total dedicação.
- Liderança, a fim de conduzir com qualidade o processo de realização de tarefas e atividades pelos alunos.

2.5. DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do **Curso Superior de Tecnologia de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** da IES baseia-se nas diretrizes curriculares do MEC regulamentadas na **Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016** que aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia para os Cursos de Gestão e Negócios e **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica para o **CST em Tecnologia em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**, além da **Portaria 019, de 15/03/2023**, organizando-se de forma a contemplar um forte conteúdo de matérias essenciais, em composição com unidades curriculares que permitam desenvolver habilidades e posturas profissionais ao egresso, diferenciando-o no mercado de trabalho educacional.

Ao construir o currículo, levou-se em conta: a integração entre as unidades curriculares em estruturas flexíveis, a articulação permanente com o campo de atuação do profissional, a base filosófica com enfoque no desenvolvimento de competências, abordagem pedagógica centrada no estudante, ênfase na síntese e na transdisciplinaridade, preocupação com a valorização do ser humano e preservação do meio ambiente, formação humanística, integração social e política do profissional, desenvolvimento de habilidades de pesquisa, autoaprendizagem e trabalho em grupo, o uso de práticas como recurso pedagógico e a possibilidade de articulação direta com a pós-graduação, além de forte vinculação entre teoria e prática.

O currículo ficou dividido por unidades curriculares que se apresentam nos quadros que seguem, sendo composto, de acordo com a Resolução CNE nº 2 de 20/12/2019, pelo Grupo I por conhecimento de Base Comum; pelo Grupo II por Conhecimentos Específicos de formação pedagógica e pelo Grupo III com Práticas Pedagógicas encaminhadas por atividades realizadas ao longo do curso, além de Atividades Integradoras Extensionistas e Estágios.

2.5.1 Fundamentos

O **Curso Superior de Tecnologia em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** se apoia nos fundamentos ético-políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos como norteadores das

práticas e ações educativas a serem adotadas para o cumprimento de seus objetivos, estabelecendo os seguintes princípios:

- Metodologia coerente com a proposta de concepção interacionista, construtivista e histórico-crítica, criando condições para que o estudante busque novos caminhos para a construção de seu próprio conhecimento, através do ensino e da pesquisa, bem como das atividades de extensão e práticas complementares, privilegiando neste contexto as Metodologias Ativas de ensino e aprendizagem;
- Sistema avaliativo processual, contínuo, numa perspectiva progressista, tendo como objetivo principal observar a evolução dos estudantes durante os períodos letivos, por meio de análise do desempenho individual e em grupo, observando as respostas durante o processo e ao processo estabelecido;
- Videoaulas baseadas em produções teóricas, apresentação de modelos, compartilhamento de informações em debates dirigidos (fóruns e grupos de verbalização e de observação), atividades práticas experimentais, indicação de leituras complementares orientadas, elaboração de projetos, pesquisas e produtos sugeridos em aula e desenvolvidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, em laboratórios ou por recursos extraclasse como exercícios de percepção e expressão do conteúdo apresentado;
- Implantação de sistema de dedicação dos docentes e tutores para atendimento e acompanhamento aos estudantes, bem como ao desempenho das unidades curriculares e conteúdos fundamentais, através de regimes especiais de dedicação parcial e integral para coordenação das **Unidades Curriculares Práticas** (podendo ser Projetos Integradores – PIs; Atividades Práticas – APs; Atividades Extensionistas – AEs; Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; Estágios Supervisionados – ESs), que estão contempladas na matriz curricular.

Para tanto, em relação ao profissional que será formado, é fundamental que este esteja preparado a se apresentar como um cidadão digno, autônomo, crítico, participativo, solidário, cooperativo, responsável, competente, aberto às mudanças, parceiro das novas tecnologias e capaz de trabalhar em equipe.

É preciso conservar a visão de que o contexto social e o político estão em constante mudança e movimento. Portanto, para administrar mudanças é preciso ter consciência de que o que se cristaliza perde a função no tempo e no espaço, pois, na dialética da vida, só as coisas que mudam

permanecem. A melhoria da qualidade requer ousadia e permanente adaptação às mudanças do ambiente tecnológico, social e econômico.

Por isso, a IES se apresenta como espaço de apropriação da cultura produzida pela humanidade e terreno para as diversas formas de produção do conhecimento. Considerando que o saber é capaz de abrir perspectivas para a formação do cidadão, os conteúdos são ensinados de forma competente e consciente, buscando a superação das expectativas da comunidade interna e externa e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, através da produção e difusão do conhecimento e melhoria das condições educacionais da população por meio de constante avaliação institucional e da qualidade de ensino.

O curso defende a proposta de que o conhecimento é produto da interação entre o sujeito e o meio, numa concepção interacionista e construtivista que visa o desenvolvimento de instrumentos capazes de fomentar a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e alcançar a transdisciplinaridade, respeitando o princípio fundamental de que o saber produzido e o conhecimento são bens coletivos conforme o Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI da IES.

Decorrente dessa vertente epistemológica, o curso tem sua estrutura didático-pedagógica flexível para facultar ao profissional a ser formado, opções de produção de conhecimento, negando a simples reprodução e memorização. Deverá, ainda, criar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional, dar prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do estudante, respeitando as habilidades específicas e diferenças das áreas de interesse para produção profissional, propiciando a produção intelectual e avaliando-o em um processo contínuo com ênfase no crescimento qualitativo de natureza construtivista.

A dinâmica pedagógica da formação de tecnólogo em Gestão Pública deverá ser investigativa, criativa e construtiva; baseada na pesquisa procedente e criativa; na extensão comprometida com os problemas efetivos da comunidade e na orientação da busca permanente de novos conhecimentos.

Assim, a formação do cidadão-gestor público deverá pautar-se não só no processo formal técnico, mas numa visão engajada de um futuro profissional que influenciará na alocação de recursos financeiros, naturais, e na formulação de políticas públicas distributivas, humanitárias e éticas no âmbito jurídico e social.

2.5.2 Organização e desenvolvimento curricular

É sabido que em mundo globalizado não existe um único conteúdo capaz de formar um profissional, seja qual for à área escolhida por ele. De acordo com essa escolha, além de pensar na empregabilidade de seus discentes, o foco das instituições é incentivar a educação continuada pelo estímulo da ideia de que o desenvolvimento profissional e pessoal acontece ao longo da vida, continuamente, com a aquisição de conhecimentos e a capacidade de debater sobre o que se aprende. Essa é uma das relações que temos inclusive com a interação entre o do CST em Tecnologia em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial a e os cursos de pós-graduação incentivando o estudante a continuar sua formação.

Da mesma forma, a interdisciplinaridade é fator fundamental para uma formação que parta de um princípio holístico, pois não existem mais fronteiras rígidas entre as ciências. Nesse sentido, pensando em ampliar cada vez mais o horizonte educacional do discente, a matriz curricular do curso se organiza de maneira flexível e dinâmica, a fim de estimular o pensamento crítico, operatório, articulatório e integrador, por meio também de atividades práticas, desenvolvidas presencialmente ou em campo (visitas técnicas, saídas de campo, atividades extensionistas e /ou estágios, por exemplo) – que visem a maior aproximação com o mundo do trabalho.

2.5.3 Estrutura Curricular

O modelo de ensino e aprendizagem preparado para os cursos de graduação do **Gran Centro Universitário** compreende uma estrutura que permite diferentes oportunidades de interações. A modelagem institucional dos cursos *online* obedece às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e ao Caderno de Cursos Superiores de Tecnologia, no caso de CSTs, ambos estabelecidos pelo MEC, e considera as bases curriculares dispostas e os perfis dos respectivos egressos em sua construção. Para tanto, a modelagem institucional para as graduações *online* prevê os seguintes modelos didático-pedagógicos: **Unidades Curriculares Regulares (UCRs); Unidades Curriculares de Conhecimentos Transversais (UCCTs); Projetos Integradores (PIs); Atividades Práticas (APs);**

Atividades Extensionistas (AEs); Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Estágios Supervisionados (ESs); Atividades Complementares (ACs).

As cargas horárias das unidades curriculares e o emprego ou não das atividades práticas, dos projetos integradores ou de estágios supervisionados são definidos nas **matrizes dos cursos**. Todos os cursos permitem **entrada contínua** para garantir mais oportunidades de acesso e liberdade para que os acadêmicos escolham o melhor momento para iniciarem suas formações. Após o ingresso, cria-se, então, um **calendário exclusivo e individual** para o estudante, com a contagem dos prazos para os seus períodos de curso. Após o ingresso, cria-se, então, um **calendário exclusivo e individual** para o estudante, com a contagem dos prazos para os seus períodos de curso. A modelagem prevê cursos com **periodização semestral**, ou seja, com a constituição de um conjunto de **unidades curriculares e atividades práticas semestrais** a serem cursadas, definidas a partir de um desenho pedagógico pensado para que cada estudante trilhe sua jornada acadêmica de modo a experimentar os conhecimentos teóricos do curso, associados ao desenvolvimento das habilidades práticas esperadas para o exercício da sua profissão. É importante considerar que, a depender da matriz curricular e/ou do período do curso, **este desenho pode ter outras configurações** e contemplar diferentes quantidades de UCs ou, ainda, abrigar outras práticas, como é o caso dos **estágios supervisionados** ou dos **TCCs** (Trabalhos de Conclusão de Curso), geralmente alocados nos períodos mais avançados ou finais de cada um dos cursos.

O currículo do **Curso Superior de Tecnologia de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** foi concebido em conformidade com as normas de funcionamento dos cursos de graduação e, mais especificamente, na **Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016** que aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia para os Cursos de Gestão e Negócios e **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica para De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial. Assim, este curso atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para o CST em Tecnologia em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

Com **1.660 horas** e tempo de integralização de **dois anos (2,0)**, o curso atende à carga horária mínima estabelecida pelos marcos regulatórios pertinentes, além de contemplar os seguintes aspectos complementares com relação à estrutura curricular:

a) **Libras** oferecida como disciplina **optativa** (Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005);

b) As **Atividades Complementares** são obrigatórias na Resolução 01/2006 e, considerando e valorizando as atividades desenvolvidas extracurricularmente e que apoiam a formação e o conhecimento geral do estudante, elas são computadas ao longo do período letivo, em que o estudante precisará cumprir o total de **260 horas**;

c) As **Atividades Extensionistas** integram à matriz curricular, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. As atividades de extensão compõem, no mínimo, **10% (dez por cento)** do total da carga horária curricular, as quais deverão fazer (CNE, RES. Nº 7, 18 de dezembro de 2018).

d) O **Projeto Integrador** é também parte da matriz curricular, como um modelo de trabalho que estimula a interdisciplinaridade e a combinação entre a teoria e a prática, bem como oportuniza experiências ligadas às possíveis áreas de ênfases do curso.

e) O PPC do **Curso Superior de Tecnologia em de Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** está coerente com as propostas das resoluções acima, no que condiz ao perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida ao campo de atuação e as possibilidades de prosseguimento de estudos na Pós-Graduação;

f) Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado no componente curricular de Aspectos Socioantropológicos da Educação; Educação em Direitos Humanos; e na atual proposta de matriz curricular Educação das Relações Étnico-raciais, além de projetos de extensão específicos válidos para as Atividades Integradoras Extensionistas;

g) As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas no componente curricular de Ensino de Ciências (4º período), na nova proposta de matriz em Educação Ambiental, além de projetos de extensão específicos válidos para as Atividades Integradoras Extensionistas;

h) Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas no componente curricular Educação em Direitos Humanos; Ética e Cidadania, além de projetos de extensão específicos válidos para as Atividades Integradoras Extensionistas;

i) O Núcleo Docente Estruturante é formado por um grupo permanente de professores com liderança acadêmica e presença efetiva no seu desenvolvimento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico e da estrutura curricular do curso;

j) A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, por meio de elevadores, rampas de acesso e aberturas dimensionadas para comportar a manobra de dispositivos de apoio à mobilidade, além de preocupação constante no atendimento de diretrizes internacionais de acessibilidade digital para desenvolvimento de materiais educacionais digitais.

k) As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e na forma virtual, através do Portal Institucional.

2.5.4 Delineamento da Estrutura Curricular

O **Curso Superior de Tecnologia em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** na modalidade a distância do **Gran Centro Universitário** está, por essa orientação, organizado em **4 (quatro) módulos de 380 horas** em média, integralizando **1660 horas** de atividades formativas, distribuídas pelas unidades curriculares, conforme fluxograma apresentado neste projeto.

Não há nessa organização, pré-requisitos para conclusão das unidades curriculares. O presente currículo foi concebido de forma colegiada entre os membros do NDE, com base na ideia de que seja um instrumento que propicia aquisição do saber de forma articulada, por meio da definição das competências e habilidades. Isto possibilita ter uma estrutura curricular flexível, interdisciplinar e com acessibilidade pedagógica e atitudinal.

Também é objetivo da instituição incentivar a educação continuada pelo estímulo da ideia de que o desenvolvimento profissional e pessoal acontece ao longo da vida, continuamente, com a aquisição de conhecimentos e a capacidade de debater sobre o que se aprende.

Como já referendado, a interdisciplinaridade é fator fundamental para uma formação que parta de um princípio holístico, pois não existem mais fronteiras rígidas entre as ciências. Nesse sentido, pensando em ampliar, cada vez mais, o horizonte educacional do discente, a matriz curricular do curso organiza-se de maneira flexível e dinâmica, a fim de estimular o pensamento operatório, articulatório e integrador, por meio também de atividades fora da sala de aula que visem a uma aproximação maior com o mundo do trabalho, expressa nas unidades curriculares regulares, nas práticas e ainda nas Atividades Extensionistas.

Não há nessa organização, pré-requisitos para conclusão das Unidades Curriculares e estas, por sua vez, módulos, que preveem competências essenciais e complementares à formação profissional. **A cada módulo concluído, o aluno terá direito a uma certificação parcial.** Sua promoção dar-se-á a partir do cumprimento mínimo de **75% de frequência**, conforme legislação, e da obtenção de **60% de aproveitamento** das competências essenciais e complementares de cada módulo.

2.5.5 Da Hora-Aula

O **Curso Superior de Tecnologia em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** do Gran Centro Universitário organiza sua composição de horas-aula, a fim de cumprir a carga horária estipulada pelas DCNs – **1660 horas/relógio**.

2.6. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - EAD

A matriz curricular do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial está atualizada de acordo com o que preconizam: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica para De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial. Assim, este curso atende às

Diretrizes Curriculares Nacionais para o CST em Tecnologia em De Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

Quadro 1 – Matriz Curricular – CST EM INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL EAD

Período	Nome Módulo / Certificação Interm.	Nome da Disciplina	CH Obrig. Teórica	CH Obrig. Prática	CH Estágio	CH AE	CH AC	CH Total
1	Perícia Forense / Gestor de Evidências	Carreira e Futuro	60	-	-	-	-	60
		Teoria Geral do Direito Público	60	-	-	-	-	60
		Noções de Perícia	60	-	-	-	-	60
		Perícia Forense e Gestão de Evidências	60	-	-	-	-	60
		Projeto Integrador: Carreira e Futuro	-	40	-	-	-	40
		Atividade Extensionista 1	-	-	-	60	-	60
		Atividades Complementares	-	-	-	-	60	60
2	Gestão de Conflitos / Gestor de Conflitos	Teoria Geral da Prova no Processo Penal	60	-	-	-	-	60
		Criminalística, Segurança Pública e Privada	60	-	-	-	-	60
		Investigação Criminal: Métodos e Técnicas	60	-	-	-	-	60
		Gestão de Conflitos: Conciliação, mediação e arbitragem	60	-	-	-	-	60
		CTS 1 - Ética e Responsabilidade	20	-	-	-	-	20
		CTS 1 - Saúde Mental e Comportamento	20	-	-	-	-	20
		Projeto Integrador 2	-	40	-	-	-	40
		Atividade Extensionista 2	-	-	-	60	-	60
		Atividades complementares	-	-	-	-	20	20
3	Direito Civil, Tributário e Falimentar / Gestor em Perícia	Teoria geral da prova no processo civil	60	-	-	-	-	60
		Instituições de Direito Civil	60	-	-	-	-	60
		Noções de Direito Tributário	60	-	-	-	-	60
		Perícia em Recuperação Judicial e Falência	60	-	-	-	-	60
		CTS 2 - Sociedade, Política e Diversidade	20	-	-	-	-	20
		CTS 2 - Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia	20	-	-	-	-	20
		Projeto Integrador 3	-	40	-	-	-	40
		Atividade Extensionista 3	-	-	-	60	-	60
		Atividades Complementares	-	-	-	-	20	20
4	Direito do Trabalho, Previdenciário e Novas Tecnologias /	Noções de Direito do Trabalho	60	-	-	-	-	60
		Noções de Direito Previdenciário	60	-	-	-	-	60
		Perícia Trabalhista e Previdenciária	60	-	-	-	-	60
		Direito Digital	60	-	-	-	-	60

	Analista de Serviços Sociais e Digital	Atividades Complementares 4	-	-	-	-	160	160
		Libras (disciplina optativa)	60	-	-	-	-	-
			CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH AE	CH AC	CH Total
			1040	120	-	180	260	1660

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

2.6.1 Organização Curricular - Resumo

95

Quadro 2 – Resumo da CH Total da Matriz Curricular

RESUMO - CARGA HORÁRIA TOTAL	CH	% CH
Disciplinas Obrigatórias Teóricas	1040	65%
Disciplinas Obrigatórias Práticas	120	8%
Disciplinas Eletivas Teóricas	0	0%
Disciplinas Eletivas Práticas	0	0%
Estágios Obrigatórios	0	0%
Atividades Extensionistas (AE)	180	11%
Atividades Complementares (AC)	260	16%
CH Mínima do Curso	1600 h	
Libras (disciplina optativa)	60 h	
CH Total do Curso	1660 h	

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

Quadro 3 – Resumo da CH de Práticas, Estágios e Atividades Extensionistas

RESUMO - PRÁTICAS, ESTÁGIOS E ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	CH
Núcleo de Estudos - Práticas (inclusas práticas no decorrer do curso)	120 h
Núcleo de Estudos - Estágios Supervisionados	0 h
Total de Atividades Extensionistas	180 h

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

Quadro 4 – Resumo da CH de UC Obrigatórias e Ações Afirmativas

UNIDADES CURRICULARES	CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS	CH
Ética e Responsabilidade	Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, Africana e Indígena	20 h
Saúde Mental e Comportamento	Educação em Direitos Humanos	20 h
Sociedade, Política e Diversidade	Educação em Direitos Humanos	20 h

Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia	Educação Ambiental	20 h
Libras - optativa	Libras	60 h

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

As Certificações Intermediárias têm por finalidade evidenciar que o estudante apresenta qualificação e domínio dos saberes, certificando-o para atuar no mundo do trabalho, ao longo da sua formação.

Pela certificação intermediária o aluno tem a possibilidade de comprovar determinadas habilidades e competências que o torna apto a aplicá-las profissionalmente. Isso torna a imersão do aluno no mercado de trabalho ainda mais rápida, sem perder a garantia que o profissional está capacitado a desempenhar determinado tipo de atividade.

Por meio das Certificações Intermediárias o aluno poderá atuar em determinadas áreas mesmo antes de se formar, visto que obterá habilitação parcial ainda em processo de formação.

Um dos diferenciais **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** são as Certificações Intermediárias. São 04 (quatro) possíveis certificações ao longo do curso, sendo 01 (uma) por semestre.

A obtenção de cada certificação está ligada à aprovação das disciplinas regulares nucleares das certificações de cada período do curso.

2.6.2 Ênfases do Curso

A matriz curricular do **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** pode ser integralizada também sob a forma de diferentes ênfases, que são definidas por direcionamentos ou núcleos específicos de unidades curriculares regulares e/ou práticas, que irão possibilitar que o estudante trilhe jornadas alternativas de construção de conhecimentos, para além do núcleo de disciplinas comuns do curso.

Desta forma, a ênfase se caracteriza como uma subárea de concentração e aprofundamento de estudos dentro das unidades curriculares gerais do curso, sem diferenças significativas, mas que possibilitam rotas alternativas ao aprendizado.

A Ênfase ofertada a partir **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** é caracterizada por possuir um núcleo específico de projetos integradores que se somam-se significativamente à disciplinas

regulares estruturais de determinadas competências a partir das habilidades específicas almeçadas pelo aluno.

O aluno do **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** poderá a partir do 1º ano do curso integralizar diferentes Ênfases, que são definidas por núcleos específicos de projetos integradores à depender da escolha do aluno, que devem ser cursados, além do núcleo de disciplinas comuns regulares do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

A oferta das ênfases busca atender premissas basilares das DCNs do curso: uma formação por competência de modo a possibilitar ao aluno acrescer informações suplementares específicas.

O quadro a seguir apresenta as possíveis ênfases e opções diferenciadas de percursos previstos para o **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**:

Quadro 6 – Relação das Ênfases

Nº	NOME DA ÊNFASE	OBJETIVO
1	ÊNFASE EM INVESTIGAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO	A ênfase em investigação e identificação leva o aluno ao conhecimento relacionado às técnicas de investigação para identificação das evidências que colaborem com procedimentos judiciais e extrajudiciais.
2	ÊNFASE EM PERÍCIA DIGITAL	A ênfase em perícia digital leva o aluno ao conhecimento relacionado à aplicação do direito digital na gestão de perícias e investigação judicial nas múltiplas áreas do direito.

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

2.7. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO

A flexibilização dos currículos, que busca eliminar a rigidez estrutural das matrizes curriculares mediante a redução parcial de pré-requisitos, entre outras ações, permite oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória acadêmica autônoma.

Como oportunidade diferenciada de integralização e enriquecimento do currículo dos cursos da IES, destaca-se a possibilidade de os alunos realizarem atividades complementares, ações de extensão, iniciação científica, atividades de ensino, estágios extracurriculares obrigatórios ou facultativos.

Como já exposto, a matriz curricular do **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** pode ser integralizada também sob a forma de **diferentes ênfases**, que irão possibilitar que o estudante trilhe jornadas alternativas de construção de conhecimentos, para além do núcleo de disciplinas comuns do curso.

Tais ênfases se caracterizam como oportunidades diferenciadas e flexíveis de integralização dos estudos, como áreas de concentração e aprofundamento dentro das unidades curriculares gerais do curso, que possibilitam rotas alternativas ao aprendizado.

As **atividades complementares** são incrementadas durante todos os cursos de graduação, criando mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, em atividades extraclasse e que compõem o currículo de todos os cursos oferecidos pela IES, com carga horária estabelecida pelas diretrizes, conseqüentemente, no Projeto Pedagógico do Curso. É por meio das atividades complementares que o estudante poderá diversificar sua trajetória acadêmica, preservando sua identidade e sua vocação. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno no processo didático-pedagógico, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas aptidões.

A instituição, objetivando cursos mais dinâmicos, com ênfase especial no estímulo da capacidade criativa e da corresponsabilidade do aluno no processo de sua formação, definiu, em regulamento próprio, a fim de que cada NDE de curso possa adequar a proposta pedagógica.

As atividades complementares são desenvolvidas ao longo de todo o curso em desdobramentos que correspondam a disciplinas especiais, eventos diversos, cursos de línguas, informática, programas de pesquisa e extensão, representação discente, mediante acompanhamento do órgão responsável pelo curso e pelas atividades complementares e anotações da Secretaria Geral da IES para registro no histórico escolar do aluno.

A carga horária máxima destinada a cada atividade será adequada a cada Curso de Graduação oferecido pelo **Gran Centro Universitário**, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação.

As unidades curriculares pendentes, ou seja, **disciplinas pendentes** (DISPENS) são ministradas e orientadas aos sábados, sob supervisão de professor da área e com práticas acadêmicas específicas. Os alunos devem se inscrever e se matricular mediante datas determinadas em calendário acadêmico.

O **Gran Centro Universitário** entende que as **ações de extensão** compreendem iniciativas de educação continuada, prestação de serviços, ação social e comunitária e fortalecimento da profissionalização, proporcionando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os **estágios**, de caráter obrigatório ou facultativo, de acordo com cada curso, são orientados por objetivos de formação, devendo se referir a estudos e práticas supervisionadas em atividades externas à unidade de oferecimento do Curso, com regulamentos específicos. A IES apoia esta iniciativa do aluno por meio de divulgação de vagas no site da própria Instituição.

Além disso, a **iniciação científica e pedagógica** é um instrumento que permite colocar o aluno em contato com a atividade científica e engajá-lo desde cedo na pesquisa e atuar como diferencial na formação acadêmica.

Enfim, as ações propostas pelo **NIPE (Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão)** também oportunizam a realização de atividades que visam o desenvolvimento de outras áreas, como: liderança, espiritualidade, esporte, cultura, empreendedorismo, entre outras.

2.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20/12/1996, as Atividades Complementares podem ocupar até 20% da carga horária total prevista pelo Ministério da Educação (MEC), traduzindo-se em mecanismos de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante por meio de: monitorias, estágios, iniciação científica, extensão, participação em eventos científicos e culturais ou em programas e cursos oferecidos por organizações, empresas e instituições.

Para o caso específico do **CST de CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**, as horas de **Atividades Complementares** estão presentes no seu histórico acadêmico, integrando seu currículo, perfazendo o cômputo da carga horária mínima do curso de **260 horas**.

Estas atividades são componentes curriculares obrigatórios, sob o caráter de atividade extraclasse, que constarão no histórico escolar do acadêmico, e que devem ser realizadas concomitantemente com os programas das disciplinas do curso de graduação, sendo distribuídas e regulamentadas de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). O aluno que não obtiver o total da carga horária exigida pelo curso será considerado reprovado, tendo sua situação acadêmica irregular, o que não lhe permitirá colar grau e receber o diploma de conclusão de curso de graduação. Recomenda-se, portanto, que as horas sejam integralizadas semestralmente de acordo com o previsto no PPC.

A expectativa é que essas atividades não apenas somem à grade curricular, mas que interajam com as demais atividades, tornando-se essenciais para que o aluno desenvolva competências, como tomar

decisões e responder por elas, bem como desenvolva habilidades empreendedoras. Seu objetivo é, portanto, diversificar e enriquecer a formação do acadêmico, através da participação em diferentes atividades científicas, artístico-culturais, sociocomunitárias e laborais, dependendo exclusivamente da iniciativa e dinamicidade de cada graduando, que deverá buscar as atividades que mais lhe interessam para delas participar.

A comprovação da realização das Atividades Complementares em qualquer das modalidades será deferida mediante conclusão das referidas atividades, à qual está vinculada. Todas as Atividades Complementares serão convalidadas durante o semestre vigente, não possuindo, portanto, caráter cumulativo.

Tabela 8 – Atividades Complementares

MODALIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	EXIGÊNCIAS PARA VALIDAÇÃO	VALORAÇÃO P/ SEMESTRE
Voluntariado	Atividades de caráter social, não remuneradas, desenvolvidas junto a organizações regularmente instituídas.	O discente deverá apresentar: - Termo de voluntariado; -Relatório com descrição das atividades exercidas, assinado por representante da organização.	Administração: 8h Filosofia: 10h Pedagogia: 10h Serviço Social: 15h *valores máximos por curso.
Cursos de Extensão Universitária	Atividades de cunho acadêmico, com, no mínimo, 3h, desenvolvidas interna ou externamente à IES, voltadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento científico do discente (Nivelamento, Semana Acadêmica, Cinema em Debate, Disciplinas Isoladas)	Em cursos de extensão universitária, caso o discente seja palestrante, deverá apresentar o plano do curso. Nesse caso, perceberá a carga horária em dobro da carga horária do curso.	Todos os cursos: Mínimo - 3h Máximo - a carga total
Atividades culturais	Espectáculos teatrais; visitas a museus, centros de memória, pinacotecas, cinema (desde que tenha associação com área de formação).	Apresentação de relatório. Comprovante de participação (ex.: certificado)	Todos os cursos: Máximo - 2h por modalidade de atividade
Visitas técnicas	Atividades que envolvem visitas junto a organizações, autorizadas mediante Carta de Apresentação de responsável da IES, monitoradas, cujo objetivo é conhecer ou aprofundar os conhecimentos sobre sua área de estudo.	Apresentação de: - Carta de Apresentação; - Relatório; - Comprovante de participação.	Todos os cursos: Máximo - 10h

Oficinas, Minicursos Cursos livres Palestras de curta duração (internas ou externas à IES)	Atividades de ensino relacionadas à área do respectivo curso, em que o discente pode participar como ouvinte ou palestrante.	Apresentação de: - Comprovante de participação; - Se palestrante, o discente deverá apresentar o plano da oficina, minicurso e/ou cursos livres; - Se ouvinte, o discente deverá apresentar relatório.	Todos os cursos: Máximo - 8h
Monitoria voluntária	Atividades em que o discente, selecionado mediante banca composta por docentes do quadro da IES, acompanha e auxilia os demais alunos em disciplinas em que há o maior índice de reprovação.	Apresentação de: - Relatório devidamente assinado por professor responsável.	Todos os cursos: Carga horária máxima.
Estágio Extracurricular	Atividades realizadas em organizações, dentro de sua área de formação, mediante convênio entre a IES a unidade contratante.	Apresentação de: - Relatório de atividades devidamente assinado por responsável pela contratante.	Todos os cursos: Máximo – 10h
Representante de turma	Atividades de representação e mediação dos interesses da turma com as demais instâncias da IES: Coordenação, Direção; articulação de grupos de estudo; concentração de informações acadêmicas e sua divulgação à turma; divulgação e incentivo de projetos; incentivo à participação de trabalhos, à publicação de artigos; participação de reuniões acadêmicas quando de sua convocação; participação na organização da Semana Acadêmica, bem como de outras atividades promovidas pela IES.	Apresentação de: - Termo de nomeação, devidamente expedido pela Coordenação de Curso.	Todos os cursos: Máximo – 10h
Grupos de Estudos Independentes	Atividades voltadas à pesquisa, submetidas à apreciação e autorização das instâncias superiores: Coordenação e Direção-Geral, sob a tutela do Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão – NIPE.	Apresentação de: - Termo de nomeação, devidamente assinado pelo órgão competente; - Relatório de atividades.	Todos os cursos: Carga horária total

Participação e/ou apresentação de trabalhos em congressos, seminários, semanas acadêmicas em outras IES, colóquios, feiras e outros eventos.	Atividades voltadas para o aprimoramento da formação do discente, uma vez que orientadas para sua inserção no cotidiano acadêmico-científico.	Apresentação de: - Certificado de participação.	Todos os cursos: De acordo com o número de horas do certificado, não excedendo o limite da carga horária total.
Publicação de trabalhos em periódicos	Publicação de resumos em anais ou de artigos completos em revistas indexadas.	Apresentação de: - Cópia da primeira página do artigo ou do resumo publicados ou do sumário.	Todos os cursos: Resumos – metade da carga horária total Artigos completos – carga horária total
Semana Acadêmica da IES	Atividades científico-culturais desenvolvidas ao longo de uma semana de cada segundo semestre letivo.	Apresentação de: - Certificado de participação	Todos os cursos: De acordo com o número de horas do certificado, não excedendo o limite da carga horária total.

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

As atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

2.9. EMENTAS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial

A proposta pedagógica do **CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial** foi desenvolvida tendo como referência o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN's para o CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial.

O rol de unidades curriculares, bem como seus ementários e bibliografias básica e complementar estão disponíveis no **Anexo 1 deste PPC**.

2.10. METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR – PROJETO INTEGRADOR

O presente currículo apresenta uma metodologia centrada em competências e implica em uma acessibilidade atitudinal e pedagógica caracterizado pela adoção de alternativas metodológicas dinâmicas e ativas, centradas no estudante como protagonista do seu próprio aprendizado. As fontes de informação são muitas e variadas, fazendo com que o docente assuma um papel de mediador, dirigindo o processo de ensino-aprendizagem. A adoção desse tipo de currículo reposiciona os conhecimentos como recursos que exigem que o professor assuma a tarefa de regulação do processo de formação, exigindo uma prática pessoal dos conhecimentos na ação, participando ativamente nas atividades de pesquisa ou de aplicação de ações pedagógicas.

Considerando também que as práticas e métodos são válidos em função da mediação pedagógica que o estudante necessita, é de que há necessidade de adaptá-los às competências do perfil profissional desejado, as atividades de ensino-aprendizagem devem atender à capacidade do estudante em aprender determinadas habilidades, relacionando-as com a atividade prática das instituições de ensino, incluindo a organização de dados e ações, o planejamento prévio do trabalho, exercícios de aplicação, práticas de laboratório, intercâmbio de informações, programas auto instrucionais e leitura de manuais.

Essas são atividades que envolvem o estudante em intenso processo de síntese e aplicação de conhecimentos, ancorados na reflexão – ação – reflexão como resolução de problemas; pesquisa e experiências em laboratório; projetos livres e dirigidos; debates e visitas técnicas orientadas; workshops e oficinas, a fim de permitir o trabalho em projetos experimentais simulados e em projetos de casos reais.

Há necessidade também das atividades que desenvolvam competências atitudinais e habilidades interpessoais, que devem ser implementadas com trabalhos em equipes, debates e fóruns de discussão. Tais práticas estimulam o corpo docente a criar novas formas de aprendizagem, que implicam permanente pesquisa e troca de informações entre os atores desse processo.

Como é sabido, a organização curricular das áreas para aprendizagem dos conteúdos e metodologias envolve questões relativas à organização do tempo, a atividades que propiciem a interdisciplinaridade e a transversalidade, além de uma formação consistente para a atuação no mundo do trabalho. A experiência e titulação dos docentes, fundada numa atuação articulada, interdisciplinar e não fragmentada, com certeza permitirá que a ação desenvolvida atenda os princípios de uma educação de qualidade.

Muitas vezes, haverá a aplicação prática de determinada teoria, técnica ou ferramenta mesmo antes de sua discussão em determinada unidade curricular, o que incitam a curiosidade e o interesse por conhecê-la melhor; outras vezes, o estudante levará ao professor de determinada unidade curricular problemas surgidos durante a realização de um projeto ou mesmo da sua prática, ou ainda o próprio tema da Unidade Curricular incitou uma situação problema para ser pesquisada.

Os educadores sabem que a aprendizagem é mais eficaz e menos perene quando for significativa para o estudante. Aprender um conceito sem visualizar claramente qual o significado dessa aprendizagem, seja para o curso, para a profissão, para a vida ou para a ciência, é desgastante, pouco produtivo e volátil.

Quando a aprendizagem é significativa, há maior interesse, atenção e participação, o que facilita para o estudante estruturar e associar a informação, através de um processo cognitivo, à sua rede de conhecimentos já adquiridos. Isso, além de melhorar a retenção da informação, facilita sua posterior recuperação e também a integração com conhecimentos pré-existentes, dotando de significado próprio os conteúdos que assimila.

Para propiciar essa aprendizagem significativa os docentes/tutores serão orientados a sempre mostrar aos estudantes como sua unidade curricular se insere no projeto pedagógico, como se relaciona e articula com as demais e como poderá ser aplicada na solução de problemas, em outras unidades curriculares ou na sua profissão.

Para essa unidade curricular foram selecionados professores/tutores com vivência na área profissional respectiva, em condições de compreender e transmitir claramente o significado de sua unidade curricular para o curso e para a profissão, e que interage com os demais docentes para adaptar a sua forma de apresentação às necessidades do curso e da área.

Os **Projetos Integradores** serão, pois, uma forma de promover aprendizagem significativa de conteúdo, relacionando-os à prática e possibilitando assim que a cada certificação a Instituição e o mercado tenha certeza de que o profissional a ser contratado possui efetivamente as competências, habilidades e atitudes planejadas e trabalhadas.

A cada final de ano letivo, membros da comunidade educacional serão convidados para contribuírem com suas observações acerca do nível profissional dos discentes.

O que se busca é integrar, baseando-se na demanda profissional, comunidade acadêmica e instituições educativas, a fim de aprimorar ou ajustar as bases educativas que formarão esse futuro profissional, fazendo com que ele esteja, de fato, preparado para enfrentar as mais diversas demandas.

Nesse sentido, a organização da matriz curricular permite aproximar uma determinada competência, habilidade ou base tecnológica de outras, possibilitando efetivamente um trabalho interdisciplinar, transversal, não fragmentado e mais significativo para o estudante.

Nas unidades curriculares, privilegiou-se uma forma bastante eficiente de motivar e envolver o estudante, fazendo com que ele aprenda fazendo. Em lugar de se ensinar uma série de conteúdos para eventual utilização futura (quando provavelmente tais conteúdos já estarão parcialmente esquecidos), apresenta-se um desafio, que para ser vencido necessita do apoio de técnicas, ferramentas e teorias que o estudante buscará nas demais unidades curriculares e professores do curso.

Com base na ideia integrativa eis os **Projetos Integradores do CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**:

a) **1º período - Carreira e Futuro**

Objetivos pedagógicos:

- Estudar e compartilhar suas práticas profissionais, dialogando com seus pares, de forma presencial ou a distância, inclusive com uso de recursos tecnológicos.

Tabela 9 – Plano de Ensino do Projeto Integrador

PLANO DE ENSINO GRAN – GRADUAÇÃO
Curso(s): CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
Disciplina: Projeto Integrador - Carreira e Futuro
CH: 40
EMENTA
A prática pedagógica está além da prática didática, pois envolve: as situações que envolvem a formação docente, os espaços-tempos escolares, a organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente, as perspectivas e expectativas profissionais, incluindo os processos de formação e os impactos sociais e culturais da comunidade escolar. É na construção do fazer docente, que a prática pedagógica se configura. O planejamento do ensino, por mais eficiente que seja não poderá controlar a imensidão de aprendizagens possíveis que cercam um aluno e a orientação da prática pedagógica deve possibilitar que futuros professores, possam vivenciar, experienciar, prever questões cotidianas que farão parte de sua práxis.
OBJETIVO GERAL

Estudar e compartilhar suas práticas profissionais, dialogando com seus pares, de forma presencial ou a distância, inclusive com uso de recursos tecnológicos.

COMPETÊNCIAS

Assumir a responsabilidade do seu autodesenvolvimento e do aprimoramento da sua prática profissional.

Engajar-se, de modo individual e coletivo, com os colegas de formação na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar seu campo de atuação.

Mobilizar-se para ampliar e aprimorar seus conhecimentos, suas práticas profissionais e seu repertório cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TÍT. UNIDADE 1: TRILHANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Tít. G-U1A1: O que é a EaD

Tít. G-U1A2: Percurso histórico (carta, rádio, apostila, AVA's)

Tít. G-U1A3: Conexão entre espaços físicos e virtuais.

Tít. G-U1A4: O foco do ensino: "todos para todos", e não de "um para todos".

Tít. G-U1A5: Aprendizagem como construção coletiva.

TÍT. UNIDADE 2: ALUNO APRENDENTE

Tít. G-U2A1: Foco do processo de ensino

Tít. G-U2A2: É o aluno que aprende

Tít. G-U2A3: Construção da autonomia

Tít. G-U2A4: Aprendizagem contínua

Tít. G-U2A5: Gestão do próprio tempo

TÍT. UNIDADE 3: (RE) CONHECENDO OS ESTILOS DE APRENDIZAGEM

Tít. G-U3A1: Visual

Tít. G-U3A2: Auditiva

Tít. G-U3A3: Cinestésica

Tít. G-U3A4: Leitura/escrita

Tít. G-U3A5: Carreira, futuro e os estilos de aprendizagem.

TÍT. UNIDADE 4: O PROJETO/PRÁTICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Tít. G-U4A1: O que é o projeto/prática

Tít. G-U4A2: Aprender e reaprender – mão na massa

Tít. G-U4A3: Registros da sua formação

Tít. G-U4A4: Pensando no Projeto

Tít. G-U4A5: Trilhando uma Carreira Profissional

REFERÊNCIAS

Básica:

1. BEHAR, P. A. Modelos pedagógicos em educação a distância [recurso eletrônico] /Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.
2. BERGMANN, JONATHAN. SAMS, AARON. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem.** Editora LTC. Livro. (104 p.). 2018. ISBN 978-85-216-3086-9 **a tecnologias.** Editora Intersaberes. Livro. (356 p.). ISBN 9788522700677.
3. MACHADO, DINAMARA P.; MORAES, MARCIO G. S. **Educação a distância: Fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem.** Editora Érica. (112 p.). 2015. ISBN 978-85-365-2221-0

Complementar:

1. GABRIEL, MARTHA. **Inteligência artificial: do zero ao metaverso.** Editora Atlas. Livro. (139p). 2022. ISBN 978-65-5977-332-9
2. ORGANIZADORES MEIRA, LUCIANO; BLIKSTEIN, PAULO. **Ludicidade, jogos digitais e gamificação na aprendizagem: estratégias para transformar as escolas no Brasil.** Editora Penso. Livro. (181 p.). 2022. ISBN 978-85-8429-174-8.
3. MARÇULA, MARCELO; FILHO, PIO A. B. **Informática: conceitos e aplicações.** Editora Érica. Livro. (408 p.). 2019. ISBN 978-85-365-3198-4
4. WHITE, AGGIE. **Planejamento de carreira e networking.** Editora Senac. Livro. (103 p.). 2012. ISBN 978-85-221-1419-1
SIEBEL, THOMAS M. **Transformação Digital: como sobreviver e prosperar em uma Era de extinção em massa.** Editora Alta Books. Livro. (251 p.). 2021. ISBN: 978-8-550-81687-6

Indicação de links:

1. Meta. Metaverso. Disponível em: <https://about.meta.com/br/meta/> Acesso em: 16 out. 2022
2. Carreira no futuro: https://exame.com/carreira/carreira-proposito-e-futuro-do-trabalho-conheca-os-principais-nomes-do-assunto-no-brasil_red-02/amp/

MÉTODO DE ENSINO

De forma geral os procedimentos a serem utilizados centram-se na atividade reflexiva e interativa em que a problematização e a reflexão serão constantemente usadas no desenvolvimento do conteúdo curricular com foco no protagonismo do estudante.

Esta Unidade Curricular é distribuída em 4 Unidades de Aprendizagem, com 5 aulas cada, que equivalem a 20 aulas. É recomendado que o estudante se organize para estudar 1 aula por dia útil, garantindo a adaptabilidade deles ao longo do seu percurso de aprendizagem. O estudo do material didático e posterior registro de síntese são também importantes ferramentas para a aprendizagem do conteúdo.

MÉTODO AVALIATIVO

AU (avaliação única);

Conceito de 0 a 10,0 com nota mínima para aprovação maior ou igual a 6,0; ou

Por conceito “concluído” ou “não concluído” com aprovação para tarefas “concluídas”;

A atribuição do conceito é feita pela tutoria, mediante critérios definidos pelo professor da disciplina e/ou conteudista;

Unidades curriculares práticas, por terem avaliações únicas e prazos definidos em janelas de entregas, não possuem Exame Final.

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

2.11. ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

O **Gran Centro Universitário** é uma instituição de educação superior que abre portas para a construção de saberes diversos e para a formação de pessoas comprometidas socialmente. Uma das estratégias utilizadas para a formação de um profissional cidadão é a efetiva conexão entre as Instituições de Educação Superior e a comunidade, proporcionada pela Extensão Universitária.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 207, determinou que as universidades deveriam obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No esteio da Carta Magna, outras mudanças foram propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020, movimentando o cenário do ensino superior no Brasil. Esses marcos regulatórios culminaram na publicação da Resolução nº 7 de 18.12.2018 sobre a Extensão Universitária, que assegura um mínimo de dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação dedicados a programas e projetos de extensão universitária, de preferência, voltados para áreas de importância social. Esta resolução é resultado de um estudo realizado pelo Conselho Nacional de

Educação com contribuições de fóruns de extensão em universidades públicas, comunitárias e privadas de todo o país.

A extensão deve ser entendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, sob o princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, e que promove uma interação transformadora entre a instituição de ensino superior e outros setores da sociedade. Este compromisso é parte indispensável do pensar e do fazer acadêmico, que reafirmam a missão social desta IES com a promoção de valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento responsável.

A Extensão Universitária tem como objetivos norteadores da ação extensionista pautar seus programas, projetos e ações nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, os ODSs. Esses objetivos incluem temas prioritários para que a sociedade se desenvolva com uma abordagem mais sustentável, menos desigual e mais inclusiva até 2030. É com essa visão que o Gran Centro Universitário irá se consolidar, seguindo os passos para se tornar signatário do Pacto Global da ONU, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Como instituição formadora de novos profissionais, nossos valores e propósito estão alinhados, de modo prioritário, aos ODS's 4, 5, 10 e 16, a saber: Educação de Qualidade, Igualdade de Gênero, Redução das Desigualdades e Paz, Justiça e Instituições eficazes.

Figura 9 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: Pacto Global Rede Brasil (<https://www.pactoglobal.org.br/ods>)

2.11.1. Informações Gerais

- a) A Carga horária da extensão, seguirá a legislação vigente, que corresponde a 10% da carga horária da matriz curricular de cada respectivo curso, podendo em alguns cursos ter carga horária maior que 10%, desde que não sobrecarregue o processo formativo do aluno.
- b) Estará presente nas matrizes dos cursos com a nomenclatura de Atividade Extensionista (AE).
- c) As Atividades Extensionistas contam com um tutor para acompanhar, mobilizar e motivar o aluno na realização de suas atividades. Esse tutor será capacitado semestralmente para esse acompanhamento das Atividades Extensionistas, pois será um acompanhamento diferenciado frente a tutoria a ser desenvolvida nas demais disciplinas.
- d) O curso conta com o apoio de um professor do NDE para auxiliar na gestão do processo de extensão, seguindo as diretrizes institucionais para a operacionalização e acompanhamento das atividades extensionistas ao longo da matriz curricular do curso.
- e) As Atividades Extensionistas estão distribuídas nas matrizes curriculares com seu início no primeiro semestre.
- f) A carga horária da extensão em cada semestre seguirá um padrão linear de distribuição para não sobrecarregar o aluno, ao longo do seu processo formativo, de acordo com o que prevê a respectiva matriz curricular do curso.
- g) A avaliação da extensão será feita por conceito e não por nota, em avaliação única (AU). Será atribuído com conceito de Concluído (Aprovado) ou Não Concluído (Reprovado). A atribuição do conceito é feita pela tutoria, mediante critérios definidos pelo professor da disciplina e/ou conteudista. Por se tratar de unidades curriculares práticas, bem como por terem avaliações únicas e prazos definidos em janelas de entregas, as Atividades Extensionistas não possuem Exame Final.

2.11.2. Metodologia do Projeto de Extensão

A extensão tem uma metodologia de desenvolvimento dividida em duas fases, sendo a primeira dedicada à sensibilização e a segunda à realização das ações extensionistas.

2.11.2.1 Fase da Sensibilização

- a) Ocorrerá sempre no primeiro semestre do curso.
- b) Terá como objetivo apresentar ao aluno as características da extensão tanto do ponto de vista legal, quanto também com as orientações para que ele possa desenvolver suas atividades extensionistas, que estarão presentes em seu processo formativo.
- c) Outro objetivo da sensibilização, como o próprio nome já afirma, é sensibilizar o aluno para a importância do desenvolvimento da extensão para sua formação não apenas acadêmica, mas para sua formação para a vida, como cidadão, que poderá utilizar de seus conhecimentos técnicos e científicos em prol da comunidade ao seu redor.
- d) A sensibilização terá uma “aula” gravada, institucional, momento em que serão apresentados os pilares legais da extensão, como o aluno poderá desenvolver o projeto (registros, tipos de atividades, entre outros) e uma fala motivacional e de sensibilização para a importância da realização da sua atividade extensionista como um grande diferencial em sua formação profissional e pessoal. Essa aula ficará à disposição para os alunos dentro do AVA, como quesito obrigatório para a realização da extensão. Essa aula será igual para todos os cursos e será gravada mediante roteiro estabelecido, abordando todos os itens obrigatórios.
- e) O aluno terá a sua disposição (definir por meio de que local, possivelmente o AVA), um Manual da Extensão (pdf) para consultar e ter acesso às informações operacionais da extensão.
- f) Após o aluno assistir à aula da extensão serão disponibilizados os recursos para registro de sua jornada na extensão.
- g) A sensibilização contará com encontros síncronos por área, a serem realizados pelo coordenador do curso e pelo professor NDE responsável pela extensão. Terá como objetivo tirar as dúvidas dos alunos, motivar os alunos a realizar suas atividades de extensão e acompanhar o desenvolvimento dos registros.
- h) Os encontros síncronos, a aula gravada, o material de apoio e os registros se tornam evidências da realização da Atividade Extensionista 1 (Sensibilização).
- i) Após a realização das primeiras atividades de extensão, será incorporado ao momento de sensibilização os depoimentos dos alunos e suas experiências na realização de suas atividades extensionistas.

2.11.2.2 Fases de Realização das Ações Extensionistas

- a) A realização das ações extensionistas terão início no segundo semestre do curso em que o aluno esteja matriculado.
- b) Será pré-requisito para a realização das ações extensionistas a participação na fase 1 (sensibilização).
- c) Nesse momento o aluno passará a ter, semestralmente em sua matriz acadêmica, os Projetos de Extensão com ações extensionistas efetivas a serem realizadas.
- d) A atividade extensionista será acompanhada pelo professor tutor seguindo a metodologia de acompanhamento das atividades extensionistas.
- e) Todo Projeto de Extensão realizado deverá ser registrado no AVA, pelos modelos estabelecidos para o respectivo projeto e disponibilizado ambiente.
- f) Os cursos e áreas possuem autonomia para atividades de extensão, desde que sigam as premissas institucionais.
- g) As atividades extensionistas estarão sempre vinculadas a uma ODS.
- h) Os projetos de extensão poderão ser focados para uma única área de formação acadêmica ou abranger diversos cursos, de modo interdisciplinar.
- i) As atividades de extensão poderão seguir três vertentes: projetos ligados às Unidades Curriculares Regulares (UCRs), às Unidades Curriculares de Conteúdos Transversais (UCCTs), aos Projetos Integradores (PIs), às Atividades Práticas (APs) ou ainda aos Projetos Institucionais.

2.11.3. Modelos de Atividades Extensionistas

As Atividades Extensionistas possuem critérios, faseamento e tipos de registros organizados de modo condizente com seus objetivos propostos. O detalhamento de cada percurso é detalhado no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e/ou em manual orientativo específico, caso se faça necessário.

2.13. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O modelo de ensino e aprendizagem preparado para os cursos de graduação de Licenciaturas, Bacharelados ou CSTs (Cursos Superiores de Tecnologia) do **Gran Centro Universitário** compreende uma estrutura que permite diferentes oportunidades de interações. A modelagem institucional dos cursos *online*

obedece às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e ao Caderno de Cursos Superiores de Tecnologia, no caso de CSTs, ambos estabelecidos pelo MEC, e considera as bases curriculares dispostas e os perfis dos respectivos egressos em sua construção. Para tanto, a modelagem institucional para as graduações *online* prevê os seguintes modelos didático-pedagógicos:

- **Unidades Curriculares Regulares (UCRs);**
- **Unidades Curriculares de Conhecimentos Transversais (UCCTs);**
- **Projetos Integradores (PIs);**
- **Atividades Práticas (APs);**
- **Atividades Extensionistas (AEs);**
- **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);**
- **Estágios Supervisionados (ESs);**
- **Atividades Complementares (ACs).**

As cargas horárias das unidades curriculares e o emprego ou não das atividades práticas, dos projetos integradores ou de estágios supervisionados são definidos nas **matrizes dos cursos**. Todos os cursos permitem **entrada contínua** para garantir mais oportunidades de acesso e liberdade para que os acadêmicos escolham o melhor momento para iniciarem suas formações. Após o ingresso, cria-se, então, um **calendário exclusivo e individual** para o estudante, com a contagem dos prazos para os seus períodos de curso. A modelagem prevê cursos com **periodização semestral**, ou seja, com a constituição de um conjunto de **unidades curriculares** e **atividades práticas semestrais** a serem cursadas, definidas a partir de um desenho pedagógico pensado para que cada estudante trilhe sua jornada acadêmica de modo a experienciar os conhecimentos teóricos do curso, associados ao desenvolvimento das habilidades práticas esperadas para o exercício da sua profissão.

Assim, de modo geral, cada semestre dos cursos de graduação é composto de acordo com o fluxo a seguir:

Figura 10 – Fluxo Semestral de Unidades Curriculares Regulares e Práticas



Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

É importante considerar que, a depender da matriz curricular e/ou do período do curso, **este desenho pode ter outras configurações** e contemplar diferentes quantidades de UCs ou, ainda, abrigar outras práticas, como é o caso dos **estágios supervisionados** ou dos **TCCs** (Trabalhos de Conclusão de Curso), geralmente alocados nos períodos mais avançados ou finais de cada um dos cursos.

Um dos caminhos para garantir que o processo de ensino esteja relacionado com a aprendizagem do outro é reconhecer o papel fundante da avaliação. No **Gran Centro Universitário**, a avaliação pode acontecer em três momentos, representados pela tríade avaliativa: avaliação inicial (diagnóstica), avaliação formativa (do processo) e avaliação somativa (do resultado).

Neste momento, a escolha dos instrumentos avaliativos é a questão central do **Gran Centro Universitário**, levando-se em conta que pessoas aprendem de formas distintas e em tempos e espaços próprios, de acordo com seus estilos de aprendizagem. Neste sentido, Zaballa (1998) reconhece que o processo de ensino e aprendizagem perpassa os conteúdos previstos nos planos de ensino e aprendizagem, as atividades definidas e aplicadas pelos professores, as experiências individuais e coletivas e a própria intencionalidade pedagógica do processo, prevista e definida pelo PPC de cada curso.

Com o objetivo de traçar a intencionalidade pedagógica institucional, foi construído repertório teórico de embasamento do processo avaliativo. Para tanto, destaca-se que Luckesi (2003, p. 29) compreende a avaliação conectada ao acolhimento do outro e do todo:

O ato de avaliar, devido estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a disposição de acolher. Isso significa a possibilidade de tornar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais. Acolhê-la é o ponto de partida para se fazer qualquer

coisa que possa ser feita com ela. Avaliar um educando implica, antes de tudo, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer.

Assim, o desenho avaliativo pretendido pelos cursos do Gran Centro Universitário começa compreendendo a avaliação a partir do acolhimento de cada educando, permitindo a escolha de um quantitativo de instrumentos avaliativos relacionados aos objetivos de aprendizagem. *Check* de aprendizagem, *quiz*, fórum, provas, portfólios, trabalhos em grupos, pesquisas e relatórios são alguns dos instrumentos escolhidos que permitem que o aluno possa expressar/representar o percurso de construção do seu conhecimento.

115

No grupo das avaliações diagnósticas e formativas, que tem por objetivo compreender o nível de conhecimento dos alunos sobre determinado assunto, sem um caráter classificatório, são utilizados: *check* da aprendizagem, *quiz*, fórum, relatórios, portfólios, trabalhos em grupos e pesquisas (para as disciplinas de prática pedagógica e projetos integradores). Entre as avaliações somativas, que buscam verificar o domínio sobre determinado saber estão as provas.

Para Santos (2017, p. 106), as provas “podem ser de caráter objetivo ou dissertativo, sendo que uma mesma prova pode contar questões dos dois tipos.” Sobre elas, ainda é importante sinalizar que é comum que verifiquem apenas o acerto que confere um valor numérico às questões, informando se o aluno está apto ou não, aprovado ou reprovado em um determinado contexto. Esse tipo de avaliação não está centrado no conhecimento que o aluno construiu, mas apenas na quantificação pretendida; por isso, no **Gran Centro Universitário**, a prova não é o único instrumento escolhido para avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de 1996, ao definir as etapas do ensino escolar, apresenta propostas avaliativas mais delineadas para a educação básica. O ensino superior, como tem autonomia universitária, pode escolher os instrumentos avaliativos, mas deve informá-los em seus planos de cursos. Neste sentido, pensando-se o processo de avaliação enquanto recurso de desenvolvimento constante, tomando as palavras de Haydt (1997), considera-se que:

A avaliação deve ser um instrumento para estimular o interesse e motivar o aluno para maior esforço e aproveitamento, e não uma arma de tortura ou punição. Nesse sentido, a avaliação desempenha uma função energizante, à medida que serve de incentivo ao estudo. Mas complementando essa função, a avaliação desempenha, também, outra: a de feedback ou retroalimentação, pois permite que o aluno conheça seus erros e acertos. (HAYDT, 1997, p. 27).

A maioria das pessoas apresenta como lembrança escolar positiva as atividades avaliativas realizadas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, pois elas estavam inseridas em atividades mais lúdicas e eram claramente mais bem contextualizadas. Com o caminhar do percurso escolar, os objetivos educacionais precisam ser apresentados aos jovens e aos adultos estudantes para que eles percebam as relações entre os saberes ensinados e o que deve ser apreendido.

Para Libâneo (1994, p. 195),

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

O autor descreve a avaliação como ponto de partida para uma série de ações docentes. Inicialmente, ela apoia na verificação de como o saber ensinado foi apreendido. Uma vez que os alunos demonstram, em suas respostas, dúvidas, inseguranças e erros, esse sinal deve orientar o trabalho docente para uma nova abordagem do conteúdo, utilizando novas metodologias, outros recursos e exemplos. O erro não pode ser visto como algo individual e apenas do aluno: ele é, também, um termômetro do fazer docente e do percurso de ensino e aprendizagem. Neste sentido, está previsto que o NDE de cada curso faça avaliações sistemáticas sobre o processo avaliativo, garantindo um redirecionamento da rota pedagógica.

Luckesi (1997, p. 175) completa essa ideia ao defender que:

A avaliação da aprendizagem nesse contexto é um ato amoroso, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim como na medida em que o inclui entre os bem-sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino aprendizagem (o sucesso não vem de graça).

O autor relaciona o sucesso escolar, o aprendizado em si, a uma rede mais ampla do que apenas os instrumentos avaliativos formais: coordenação, NDE, professores-responsáveis, professores-tutores, planos de ensino, alunos. Todos estão envolvidos no processo de ensino e na garantia da aprendizagem. Nessa perspectiva, a avaliação não pode ser vista em caráter meramente quantitativo.

Hoffmann (1993, p.56), em seus estudos, integra a discussão sobre uma avaliação amorosa apontando caminhos para que de fato ela esteja em favor da aprendizagem dos alunos. A intenção pedagógica institucional, destacada pelos documentos norteadores locais, destaca a amorosidade proposta pela autora ao definir itinerário avaliativo com base nas seguintes premissas.

- Oportunizar aos alunos muitos momentos de expressar suas ideias;

- Oportunizar discussões entre os alunos partir de situações desencadeadoras;
- Realizar várias tarefas individuais, menores e sucessivas, investigando teoricamente, procurando entender razões para as respostas apresentadas pelos estudantes;
- Ao invés do certo/errado e da atribuição de pontos, fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções;
- Transformar os registros das avaliações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção de conhecimento.

A proposta de Hoffmann (1993) se articula com Luckesi (1997) e Libâneo (1994) ao abordar o papel da rede formativa no processo avaliativo, além de considerar o aspecto amoroso e acolhedor de olhar para o outro durante o percurso. Assim, não está sendo proposta uma “receita de bolo”, mas apontados caminhos possíveis para a formação de profissionais de nível superior.

117

2.13.1. Avaliação Digital – AVD

A avaliação digital é compreendida por aqueles recursos e atividades realizados virtualmente pelo aluno ao longo das disciplinas e/ou unidades curriculares, manifestadas através dos seguintes agrupamentos.

a) *Check* de aprendizagem

Os *checks* de aprendizagem fazem parte da avaliação diagnóstica e formativa e têm por objetivo mapear a percepção do estudante a respeito do seu próprio processo de ensino e de aprendizagem, bem como o domínio dos mecanismos utilizados para aprender. Cada *check* é formado por um formulário de pesquisa a respeito dos recursos didáticos da aula e também por uma autoavaliação relacionada ao protagonismo do acadêmico.

As disciplinas ou unidades curriculares regulares (UCRs) possuem quatro (4) unidades de aprendizagem (UAs) e cada UA é composta por cinco (5) aulas. Os *checks* são disponibilizados de modo online pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) no início da UCR e a sua realização deve acontecer ao final de cada aula, dentro do prazo total de vigência da disciplina. Dessa forma, as disciplinas de 60 horas contemplam 20 aulas cada e, conseqüentemente, 20 *checks* de aprendizagem.

Os estudantes possuirão uma (1) tentativa para a realização de cada atividade, avaliadas automaticamente no AVA e com disponibilização automática da nota alcançada. O **valor unitário** de cada

check de aprendizagem é **um décimo de um ponto (0,1)** e, conseqüentemente, **o valor total de pontos avaliativos conferidos aos 20 *checks* é de dois pontos (2,0) para cada disciplina.**

b) Quiz

As **unidades curriculares regulares (UCRs) são compostas por quatro (4) unidades de aprendizagem (UAs)**. Após o término de cada UA, ou seja, na última aula da unidade (5ª aula), será disponibilizado um *quiz* como forma de avaliação da referida etapa, perfazendo uma etapa de avaliação formativa. Dessa forma, as disciplinas de 60 horas contemplam **4 *quizzes***. Essas atividades são disponibilizadas de modo *online* pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), no início da UCR, e a realização deve acontecer ao final de cada UA, dentro do prazo total de vigência da disciplina.

Cada *quiz* compreende cinco (5) questões de múltipla escolha relacionadas aos conhecimentos de cada unidade de aprendizagem. Os acadêmicos possuirão uma (1) tentativa para a realização do *quiz*, que é avaliado automaticamente no AVA, com disponibilização da nota já ao final da tentativa. O **valor unitário** de cada *quiz* de aprendizagem é de **meio ponto (0,5)** e, conseqüentemente, **o valor total de pontos avaliativos conferidos aos *quizzes* é de dois pontos (4 x 0,5).**

c) Relato de Aprendizagem

Cada unidade curricular regular (UCR) ou disciplina também abriga um relato de aprendizagem. O **relato** é a oportunidade para que o estudante **descreva o seu processo de aprendizagem**, em forma de texto livre e de modo *online* pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), conforme a indicação proposta, e representa uma importante etapa de avaliação formativa, num processo de autorreflexão e retroalimentação. Esta atividade é disponibilizada no início da UC e deve ser realizada até o prazo final de vigência dela.

O relato compreende a elaboração de um texto relacionado aos conhecimentos da unidade curricular, como um caderno de anotações particulares do estudante, e que **irá compor, a cada relato de unidade curricular regular (UCR), um diário de bordo da jornada acadêmica do aluno**. O diário de bordo é um documento que reúne os descritivos realizados pelo acadêmico ao término de cada UCR, com a finalidade de armazenar as suas percepções a respeito do que foi apreendido e que considera, portanto, como um diário, todas as suas experiências vivenciadas no curso. Essa construção, além de contemplar o processo autoavaliativo, permite um olhar integral para a UCR, fomentando a retroalimentação na medida

em que proporciona a oportunidade de incentivo aos ajustes de percurso que se irradiam para as unidades posteriores.

A participação permite a liberdade textual, com o emprego de linguagem coloquial e livre de plágio, conteúdo ofensivo e/ou desrespeito ético. O relato é obrigatoriamente parte da composição da avaliação da UC e vale dois pontos (2,0) do total da unidade.

d) Fórum

O **fórum** é um **espaço de interação coletiva** e moderada pela tutoria que relaciona os conhecimentos desenvolvidos em cada unidade curricular regular (UCR). O objetivo do fórum é **retratar a realidade do discente** e **promover discussões** entre os acadêmicos que a cursam de modo *online* pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). Essa atividade é disponibilizada no início da UCR e a realização deve acontecer durante o prazo total de vigência da disciplina e de acordo com as propostas oferecidas pelos docentes, mediados pela tutoria.

A participação permite a liberdade textual, com o emprego de linguagem coloquial e livre de plágio, conteúdo ofensivo e/ou desrespeito ético. O fórum é obrigatoriamente parte da composição da avaliação da UCR e vale dois pontos (2,0) do total da unidade.

e) Prova objetiva

A unidade curricular regular (UCR) ou disciplina se encerra com a realização de uma **prova objetiva**. A prova é um recurso de avaliação do processo de ensino e aprendizagem que contempla todos os conhecimentos trabalhados durante a unidade curricular, em todas as suas UAs. Essa atividade é disponibilizada de modo *online* pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), no início da UCR e deve ser realizada até o prazo final de vigência dela.

A prova compreende dez (10) questões objetivas relacionadas aos conhecimentos da unidade curricular completa. Os acadêmicos possuirão uma (1) tentativa para a realização da prova, que é avaliada automaticamente no AVA e com disponibilização imediata da nota alcançada já após a finalização da tentativa. **A prova representa dois pontos (2,0) do valor total da avaliação de cada UA.**

2.13.2. Síntese da Avaliação Digital (AVD) e Média para Aprovação

O processo avaliativo para as Unidades Curriculares Regulares (UCRs), realizado em função das suas respectivas competências e habilidades, utiliza, em síntese, a seguinte composição:

Tabela 10 – Síntese da Composição das Avaliações das Unidades Curriculares Regulares - UCRs

UNIDADES CURRICULARES REGULARES	COMPOSIÇÃO
Unidades Curriculares Regulares - UCRs (60 horas)	<ul style="list-style-type: none"> • Checks da aprendizagem – Valor (20 checks): 2,0; • Quizzes – Valor (4 quizzes): 2,0; • Relatos da aprendizagem – Valor: 2,0; • Fórum – Valor: 2,0; • Prova Objetiva – Valor: 2,0; <p>Valor total (somativa): 10,0; Média para aprovação: maior ou igual a 6,0 (seis).</p>
Unidades Curriculares de Conhecimentos Transversais – UCCTs (20 horas)	<ul style="list-style-type: none"> • Checks da aprendizagem – Valor (10 checks): 5,0; • Quizzes – Valor (5 quizzes com 5 questões cada e 0,2 pontos por questão): 5,0; <p>Valor total (somativa): 10,0; Média para aprovação: maior ou igual a 6,0 (seis).</p>

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Para aprovação em cada UCR, o resultado mínimo alcançado pelo acadêmico deverá ser nota maior ou igual a 6,0 (seis).

A depender das características particulares das UCRs, os pesos dos processos avaliativos podem sofrer alterações que serão indicadas aos estudantes pelo AVA e/ou documentos complementares da unidade curricular.

As **unidades curriculares de conhecimentos transversais (UCCTs)** possuem a composição avaliativa também descrita no quadro síntese aqui apresentado, bem como com as diferenças de pesos e detalhamento de processo visto a diferença de carga horária.

2.13.3. Exame Final

No caso de não obtenção de conceito mínimo para aprovação nas unidades curriculares regulares (UCRs) no processo de **Avaliação Digital (AVD)**, com média igual ou superior a seis pontos (6,0), o acadêmico deverá realizar a prova de Exame Final.

Portanto, a **Avaliação Presencial (AVP)** assumirá a função de Exame Final para a unidade curricular respectiva, de acordo com os critérios e prazos definidos em tal etapa, visto que ela possui caráter substitutivo. Para aprovação no Exame Final, o aluno fará a avaliação presencial para a respectiva unidade curricular (UC), cujo resultado mínimo para aprovação será nota maior ou igual a seis (6,0).

Casos especiais deverão ser tratados e acompanhados pelo núcleo de apoio psicopedagógico.

2.13.4. Avaliação Digital - Segunda Chamada

Sendo o acadêmico impedido de realizar alguma das atividades previstas no processo de **Avaliação Digital (AVD)**, nas respectivas janelas de prazos, e conseqüentemente tendo média inferior a 6,0, será necessário que ele realize a **Avaliação Presencial (AVP)**, que assumirá a função de 2ª chamada para a unidade curricular respectiva, de acordo com os critérios e prazos definidos em tal etapa, visto que ela possui caráter substitutivo.

Casos especiais deverão ser tratados e acompanhados pelo núcleo de apoio psicopedagógico.

2.13.5. Avaliação Presencial - AVP

Ao término de cada período letivo, são realizadas as **Avaliações Presenciais (AVP)**, sendo **uma prova para cada UCR (unidade curricular regular) cursada durante o semestre**, de forma **presencial e obrigatória no polo de apoio ao estudante**. As avaliações presenciais também participam do processo avaliativo do ensino e aprendizagem dos acadêmicos e contemplam todos os conhecimentos trabalhados durante as unidades curriculares cursadas no período. Esta atividade ocorre no polo de apoio presencial, disponibilizada de modo *online* pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), no período de encerramento

do semestre, ou seja, após os 160 dias de curso, nos últimos dias previstos para o **fechamento do semestre e realização das atividades avaliativas presenciais**. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de aproximação presencial do acadêmico com a instituição e os seus recursos de apoio nesta modalidade.

No período de 20 dias dedicados ao **fechamento do semestre e realização das atividades avaliativas presenciais**, ocorrem as aplicações das avaliações presenciais. Deste modo, o calendário prevê os dez (10) primeiros dias para a realização da **primeira chamada** das provas presenciais no polo. Caso haja impedimento legal por parte do aluno (previsto em Regimento Geral do Gran Centro Universitário) para a realização da avaliação no prazo estipulado, o acadêmico deverá solicitar, ainda neste período de dez (10) dias, a avaliação em caráter de **segunda chamada**. A segunda chamada será aplicada nos cinco (5) dias subsequentes à realização da primeira chamada. Desta forma, os cinco (5) dias finais serão dedicados aos procedimentos internos para o encerramento do semestre letivo do acadêmico e, se for o caso, abertura do próximo ciclo.

Cada **avaliação presencial** compreende dez (10) questões de múltipla escolha relacionadas aos conhecimentos da unidade curricular completa. Os acadêmicos possuirão uma (1) tentativa para a realização da prova, que é avaliada automaticamente no AVA e com disponibilização imediata da nota alcançada após o seu término. **O valor total de pontos conferidos à avaliação presencial é de dez pontos (10,0). A avaliação presencial tem caráter substitutivo em relação ao processo de Avaliação Digital – AVD.** Desta forma, para finalizar a atribuição de conceito avaliativo ao acadêmico em cada UCR (unidade curricular regular) **irá prevalecer o maior valor proveniente da nota final da avaliação regular ou da nota final da avaliação presencial**. Para aprovação, o resultado mínimo será a nota maior ou igual a seis (6,0).

Mesmo com a obrigatoriedade da realização presencial desta avaliação, em polo de apoio ao estudante, em caso de **impossibilidade de comparecimento ao local físico**, o estudante poderá **solicitar uma prova online**, assumindo um Termo de Compromisso que preenche as condições para a realização desta avaliação.

2.13.6. Avaliação Presencial - Segunda chamada

No período de 20 dias dedicados ao **fechamento do semestre e realização das atividades avaliativas presenciais** ocorrem as aplicações das avaliações presenciais. Deste modo, o calendário prevê os dez (10) primeiros dias para a realização da **primeira chamada** das provas presenciais no polo. Caso haja impedimento legal por parte do aluno (previsto em Regimento Geral do Gran Centro Universitário) para a realização da

avaliação no prazo estipulado, o acadêmico deverá solicitar, ainda neste período de dez (10) dias, a avaliação em caráter de **segunda chamada**. A segunda chamada será aplicada nos cinco (5) dias subsequentes à realização da primeira chamada. Desta forma, os cinco (5) dias finais serão dedicados aos procedimentos internos para o encerramento do semestre letivo do acadêmico e, se for o caso, abertura do próximo ciclo.

2.13.7. Sistema de Avaliação das Unidades Curriculares Práticas

Os processos avaliativos para as Unidades Curriculares Práticas, a seguir relacionadas, utiliza, em síntese, a seguinte composição:

Tabela 11 – Síntese das Composições das Avaliações das Unidades Curriculares Práticas

UNIDADES CURRICULARES PRÁTICAS	COMPOSIÇÃO
Projetos Integradores – PIs	<ul style="list-style-type: none"> • AU (avaliação única); • Conceito de 0 a 10,0 com nota mínima para aprovação maior ou igual a 6,0; ou • Por conceito “concluído” ou “não concluído” com aprovação para tarefas “concluídas”; • A atribuição do conceito é feita pela tutoria, mediante critérios definidos pelo professor da disciplina e/ou conteudista; • Unidades curriculares práticas, por terem avaliações únicas e prazos definidos em janelas de entregas, não possuem Exame Final.
Atividades Práticas – APs	
Atividades Extensionistas – AEs	
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	
Estágios Supervisionados – ESs	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Para aprovação em cada UC, o resultado mínimo alcançado pelo acadêmico deverá ser nota maior ou igual a seis (6,0). As Unidades Curriculares Práticas, por terem avaliações únicas e prazos definidos em janelas de entregas, **não possuem Exame Final**.

2.14.8. Disciplinas Pendentes - DISPENS

São consideradas disciplinas pendentes, ou DISPENS, as unidades curriculares que já foram iniciadas (não concluídas) ou cursadas (sem aprovação) pelos acadêmicos dos cursos de graduação do Gran Centro Universitário.

Nestes casos, o acadêmico deverá solicitar nova inscrição à respectiva unidade curricular pendente e cumprir o seu processo pedagógico e avaliativo regular.

A quantidade de DISPENSs por semestre, custos e períodos para solicitações ou inscrições, serão informados via calendário acadêmico, manual do aluno e/ou edital específico no site do Gran Centro Universitário.

2.13.9. Aproveitamento Extraordinário

Processos para validação de conhecimentos extraordinários e/ou excepcionais, suas condições, etapas avaliativas, solicitação e protocolo para tais atendimentos são definidos em Regimento Geral do Gran Centro Universitário, editais específicos e/ou manual do aluno.

2.13.10. Princípios Éticos e de Respeito à Diversidade no processo de avaliação

Deve-se considerar que **todas as interações realizadas no AVA** (Ambiente Virtual de Aprendizagem), sejam elas de cunho avaliativo, de orientação ou quaisquer outras, **devem estar alinhadas aos propósitos das respectivas unidades curriculares** e ainda **aos princípios éticos e de respeito às múltiplas diversidades**. Conteúdos ofensivos e/ou manifestações de intolerâncias serão excluídos e os seus agentes serão direcionados ao atendimento psicopedagógico e ao cumprimento das medidas disciplinares previstas no Regimento Geral do Gran Centro Universitário.

2.14. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA - CPA

Com finalidade de garantir a excelência nas atividades acadêmicas desenvolvidas, lembrando que qualquer processo de avaliação deve ser utilizado como um instrumento de controle que permita a adoção de medidas para identificar a sua fortaleza, ou problemas, quando necessário, e/ou reforçadoras de atitudes positivas, o Gran Centro Universitário mantém processo de avaliação contínua, cujos procedimentos são realizados pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, nos termos definidos pela Lei 10.861, de 14/04/2004, e está composta por representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

Assim, pode-se dizer que a CPA é parte integrante da avaliação institucional no SINAES; estabelece o elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema de educação superior do país; é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP” (Art. 11 da Lei nº 10.861/2004); é órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição. Todas as ações da Comissão Própria de Avaliação – CPA – são descritas em regimento próprio.

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

2.14.1. Articulação da Autoavaliação do Curso com a Institucional

A autoavaliação do curso busca a coerência com os princípios da Avaliação Institucional do Gran Centro Universitário: ser abrangente, contínua, pertinente e democrática. Ao ter um compromisso com uma gestão democrática e ampla, a instituição atende aos pressupostos e concepções, entre as quais se destacam: avaliar para melhorar, para descobrir caminhos que conduzam à permanente melhoria e (re) construção pretendidas pelo Projeto Pedagógico do Curso e da própria Instituição.

A autoavaliação do Curso é parte da avaliação institucional, é uma das vertentes fundamentais para a visão globalizante que se pretende ter da IES, após todas as etapas serem complementadas. Desta forma, verifica-se a articulação entre as avaliações: os resultados das avaliações das condições de oferta dos cursos envolveram além de questões pedagógicas, as questões de infraestrutura, a gestão administrativa, do corpo docente e funcionários técnico-administrativo.

A melhoria dos conceitos envolve a participação de todos no processo. A Instituição divide a responsabilidade da qualidade de ensino com a comunidade acadêmica, oferecendo liberdade e condição de ação. Os resultados obtidos são primeiramente apresentados aos coordenadores e diretores que são considerados órgãos executivos e diretivos respectivamente, após a ciência deles, os resultados da análise são divulgados para a comunidade interna e externa por meio da intranet e boletins informativos.

Através dos resultados das avaliações nos diversos níveis a Direção da instituição, articula também o trabalho de seu coordenador e colegiado de curso, planejando ações pedagógicas que visam melhorar o

processo educativo, a produção científica de seu corpo docente e conseqüentemente a iniciação científica de seus discentes, reflexo este, do desenvolvimento da produção científica de seus professores.

A partir dos resultados das avaliações realizadas são implementadas políticas de intervenção na realidade acadêmica, entre elas destacam-se:

- Ações realizadas no aspecto administrativo;
- Ações desenvolvidas quanto aos docentes sob o aspecto pedagógico;
- Ações desenvolvidas referentes ao atendimento aos discentes;
- Ação na Construção da Matriz Curricular;
- Ações acadêmico-administrativas em função da autoavaliação;
- Divulgação à comunidade dos serviços desenvolvidos pela Instituição.

Além do exposto anteriormente, através de reuniões com representantes de turma, reuniões com NDE e colegiado de curso, bem como a integração das coordenações do Gran Centro Universitário, durante reuniões de coordenadores, permitem um amplo acompanhamento do Curso em todos os níveis de atuação do coordenador. Considerando as ações acadêmico-administrativas tomadas em decorrência das avaliações internas e externas, entendemos que estão implantadas de maneira bastante satisfatória nas tomadas de decisão com relação a implementação de melhorias de todos os aspectos do **CST de CST em Investigação e Perícia Judicial e Extrajudicial**.

2.14.2. Avaliação do PPC

Acompanhar as mudanças e tendências no mercado profissional faz-se fundamental para a promoção de ajustes ao currículo, servindo ainda como um instrumento dinâmico para a melhoria da intervenção e modificação da realidade profissional e social.

Indica ainda, possibilidades de capacitação e educação continuada a serem ofertadas aos egressos. A avaliação e acompanhamento da implementação do Projeto Pedagógico do Curso é desenvolvida junto a coordenação de curso, professores que compõem o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), além da participação representativa discente nos órgãos colegiados previstos.

O objetivo geral é avaliar e melhorar continuamente o Projeto Pedagógico no que tange ao tripé de ensino, pesquisa e extensão, através do engajamento dos diferentes atores relacionados à vida acadêmica da IES e especificamente do curso.

A avaliação dos Projetos de Cursos é observada:

- Na execução do projeto: formação e experiência profissional do corpo docente e a adequação do docente a cada atividade/ação prevista; infraestrutura; laboratórios; recursos tecnológicos; acervo e serviços da biblioteca dentre outros indicadores;
- Na atualização do Curso: adequação das ementas e dos planos de disciplina;
- Na gestão do Curso: movimentação de estudantes (captação, retenção, migração e evasão).

É relevante ainda para o processo de avaliação do curso, as seguintes formas de aquisição de dados:

(a) As autoavaliações conduzidas pela CPA do Gran Centro Universitário; (b) Os resultados das avaliações do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e o impacto deste resultado para o CPC (Conceito Preliminar de Curso); (c) Resultados de avaliações in loco realizadas por comissões designadas pelo INEP/MEC.

A Avaliação dos Projetos de Curso acontece em várias instâncias no âmbito institucional:

- No NDE - Núcleo Docente Estruturante, ao qual compete a observação mais contínua da manutenção do processo de qualidade e adequação do curso;
- No Colegiado de Curso, ao qual compete, conforme Regimento, discutir e deliberar assuntos que impactam o PPC (prevê representatividade discente);
- Na CPA, a qual compete a avaliação institucional nas 10 dimensões orientadas pelo SINAES (prevê representatividade discente);
- No Conselho Superior (COSUP) da IES.

2.15 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A IES é sensível à necessidade de atenção aos discentes. Esta prevê em seus documentos oficiais políticas concretas para atendimento aos discentes.

2.15.1 Formas de Acesso ao Curso

A forma de acesso ao curso ocorrerá semestralmente de processo seletivo. A Instituição disponibilizará o manual do candidato onde estarão contidas todas as informações necessárias para o candidato, tanto a formação acadêmica do corpo docente vinculado ao curso, bem como, a infraestrutura existente (física e acadêmica da IES). O acesso ao aluno é possível através de diversas formas:

128

- Candidatos com os cursos de ensino médio, ou equivalente, concluído, e que tenham sido classificados no **processo seletivo** da Instituição ou por ela reconhecidos como o ENEM;
- **Portadores de diplomas de ensino superior** devidamente registrado desde que haja vagas abertas, após o encerramento das matrículas dos selecionados;
- Alunos vinculados em outras Instituições através do **processo de transferência** desde que haja sobra de vagas;
- **Transferências** de alunos através de **análise do histórico e ementas** cursadas em outra IES.

2.15.2 Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão - NIPE

O **Gran Centro Universitário** preocupado em assegurar à comunidade acadêmica um ambiente saudável para o ensino pedagógico, bem como assegurar condições para que não ocorra evasão/afastamento escolar, além de estimular a pesquisa e complementação da formação docente por meio de projetos socioculturais, criou, em janeiro de 2008, o Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão (NIPE), cujos principais objetivos são:

- O apoio a alunos e professores da IES;
- A difusão da cultura entre os membros da comunidade acadêmica e comunidade externa;
- A melhora na qualidade do ensino ofertado nos cursos da IES;
- O acompanhamento dos egressos;
- A divulgação da pesquisa no âmbito acadêmico.
- Para tanto, o NIPE oferece a todos os alunos da IES vários serviços de apoio ao aluno.

O NIPE como sua identidade diz é 'o ponto central' no qual concentram-se os projetos de inovação, pesquisa e extensão **Gran Centro Universitário**.

- A **inovação** é uma necessidade nas instituições educacionais na busca de mudanças e melhorias tecnológicas do sistema educativo. Nesses processos de inovação a participação dos docentes é essencial no sentido das múltiplas aproximações que o trabalho docente cria na relação escolar cotidiana.
- A **pesquisa** no ambiente universitário manifesta-se como possibilidade da experiência do conhecimento tanto no aprimoramento das habilidades técnicas quanto da formação humana de quem participa. A pesquisa é chave no processo de humanização e na formação de valores éticos que permitam a construção da democracia e da justiça social.
- A **extensão** é espaço de solidariedade e fraternidade humana oferecido pela instituição universitária à realidade social. Constitui o eixo norteador da 'práxis' institucional para o cumprimento da missão social, concretizado na participação da comunidade e na difusão do conhecimento científico, cultural e tecnológico gerado na instituição.

O NIPE congrega uma série de atividades e projetos acadêmicos. Todas as atividades estão diretamente ligadas aos cursos de graduação e pós-graduação como "complemento educacional", especificamente do processo de ensino e aprendizagem formal. As atividades são agrupadas em seis eixos:

- I. Apoio Pedagógico ao Discente e Atendimento Extra Classe;
- II. Acompanhamento ao Ingressante e Egresso;
- III. Formação Continuada dos Docentes e Não Docentes;
- IV. Iniciação e Pesquisa Científica e Acadêmica;
- V. Extensão, Voluntariado e Projetos Comunitários.

Destaca-se nesta articulação a parceria com outros setores, que participam do NIPE em relação aos seus objetivos. Entre eles: Apoio Psicopedagógico, Assistência Social, Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comitê da Qualidade.

Enfim, vários núcleos foram se desenvolvendo para atender a missão do Educar, entre estes estão:

- Ciclo de Palestras
- Cinema em Debate
- Cursos de Extensão
- Curso de Português para Haitianos (parceria com Fundação Honorina Valente)
- Formação Continuada dos Docentes na área de Pesquisa Acadêmica e Científica
- Grupo de Teatro Corpo e Mente em Cena
- Grupo da Terceira Idade

- Programa Acadêmico de Iniciação Científica – PAIC
- Programa de Monitoria
- Programa de Nivelamento
- Projeto Acadêmico Destaque (e-book)
- Revista Escritos
- Voluntariado

2.15.3 Programa de Nivelamento

O nivelamento é uma estratégia central que surge da necessidade de se trabalhar com um universo heterogêneo, decorrente dos pressupostos institucionais de democratização do ensino superior. Consciente das lacunas em relação a conhecimentos básicos sobre língua portuguesa e matemática que muitos alunos trazem do Ensino Médio, e, na tentativa de amenizá-las, o Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão (NIPE), do **Gran Centro Universitário** instituiu o **Programa de Nivelamento** para seus alunos ingressantes e também para aqueles que, mesmo em curso há mais de um semestre, ainda sentem dificuldades nessas áreas, a fim de melhorar seu aproveitamento no transcorrer de sua vida acadêmica.

Para esse fim, ações pontuais devem ser conjugadas com ações estruturais, tanto em nível curricular, como a implementação de disciplinas, ou conjunto de disciplinas básicas, de fundamentação, como por meio da implementação de programas institucionais de apoio extraclasse, programas transdisciplinares de ação niveladora, nas linguagens e nas habilidades básicas.

As políticas de nivelamento são uma tônica nos cursos de graduação do **Gran Centro Universitário**, dada a diferenciação do corpo discente, resultado da política de expansão do acesso ao ensino superior. A IES incorporou nos projetos pedagógicos as disciplinas de nivelamento em **Produção de Texto e Matemática Básica**, no âmbito de uma política de desenvolvimento de competências básicas para o mundo do trabalho.

Esta tendência, no caso da língua portuguesa, mantém-se ainda nos projetos atuais. A abordagem do ensino da linguagem, entretanto, vem sofrendo inovações. Inicialmente as ementas privilegiavam o ensino da gramática e da ortografia. Atualmente as ênfases recaem sobre a **produção textual**. O nivelamento em **matemática** ocorre também por meio da introdução, no primeiro período, de disciplinas de pré-cálculo, abordando tópicos de álgebra, dos mais básicos aos mais utilizados principalmente nos cursos das Escolas de Gestão, TI e Engenharias.

O desenvolvimento de atividades de nivelamento acontece ainda de forma pontual, atendendo a demandas em temas específicos, após a análise do desempenho das turmas em disciplinas, em suas respectivas áreas. Desta forma, **Oratória, Noções de Direito, Políticas Sociais, Transtorno de Espectro Autista e Textos Fundamentais da Literatura Universal** também compõem o repertório de ações niveladoras.

2.15.4 Programa de Monitoria

A monitoria é uma prática acadêmica com benefícios concedidos aos alunos que apresentarem média igual ou superior a 8,5 e frequência igual ou superior a 85%. Devem atender aos critérios:

- Após avaliação por banca examinadora estejam aptos a exercer atividades acadêmicas orientadas por professores por meio de ações multiplicadoras;
- Estejam devidamente matriculados em pelo menos de 3 disciplinas de 80;
- O percentual auferido será de até 50% do valor principal contratado, de acordo com o número de horas disponibilizado pela instituição;
- O aluno perde o benefício no momento em que for verificado o não cumprimento dos critérios estabelecidos.

2.15.5 Arte e Cultura

O Projeto **Cinema em Debate** tem como objetivo ampliar o cenário cultural dos alunos e comunidade externa, convidada a participar também, proporcionando o debate sobre temas pertinentes, como educação, gênero, mercado de trabalho, relações interpessoais, biodiversidade, ética, política, entre outros, por meio da exibição de filmes temáticos, escolhidos pelo corpo de professores que compõem esse projeto e um debate após cada sessão.

Já o **Grupo de Teatro** é organizado por profissional com titulação de mestre na área de teatro, esse projeto visa à disponibilização de um espaço físico e temporal em que alunos e demais interessados, gratuitamente, possam discutir sobre arte, especificamente a linguagem do teatro.

2.15.6 Apoio Pedagógico e Psicopedagógico

O processo de aprendizagem é exaustivo, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto psicológico. A quantidade crescente de informação exige uma metodologia que não seja monótona. Nesse caso, os estudantes recém-ingressantes, assim como os demais já matriculados, muitas vezes apresentam dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico.

Para tanto, o **Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico - NAPP** propõe-se a estar atento a estas questões e a atuar nesta área, procurando examinar e orientar os alunos em seus eventuais problemas no exercício de aprendizagem. Tem ainda por finalidade prover suporte educacional em áreas nas quais são frequentes os problemas de desempenho acadêmico dos estudantes. Sob uma perspectiva mais preventiva, os alunos que apresentam excessivo número de faltas, ou persistente aproveitamento deficiente são convidados a fazer uso do Apoio ao Discente, sendo colocada à sua disposição a possibilidade de terem acompanhamento profissional para revisão da metodologia de estudo ou para a investigação de outras dificuldades que eventualmente possam estar presentes.

Com essa mesma ótica preventiva são entrevistados todos os alunos que solicitaram trancamento ou cancelamento de matrícula. Também, são realizadas orientações profissionais e para o desenvolvimento de postura ético-humanística na tarefa educacional. O NAPP tem por objetivos: promover apoio e formação continuada de professores; proporcionar adaptação curricular quando necessário; atendimento e encaminhamento das necessidades educativas especiais relacionadas aos processos de aprendizagem.

Os problemas de desempenho acadêmico nos cursos superiores são, hoje, enfrentados de maneira tradicional nas instituições de ensino. Como alternativa, muitas instituições inserem nas matrizes curriculares de seus cursos disciplinas introdutórias, com conteúdo que procuram nivelar turmas de estudantes com níveis diferenciados de desempenho, comprometendo seus projetos pedagógicos e a duração dos cursos.

Os problemas de desempenho ao longo dos cursos são acompanhados por este apoio. Quando existem disciplinas com altos níveis de reprovação e retenção, são comuns as aulas extras, monitorias, e em manutenção e/ou revisão da didática, promovendo práticas alternativas que atendam os acadêmicos com diferentes competências para a aprendizagem.

Igualmente, a questão da inclusão do estudante no nível superior ganha hoje destaque, devido ao processo de expansão da oferta de vagas. No caso do **Gran Centro Universitário** as consequências do crescimento são relevantes, em virtude das características da atual inserção da instituição, com grande

parcela de seu corpo discente proveniente de camadas médias menos elitizadas, com a presença de estudantes adultos e trabalhadores, que frequentam cursos de graduação noturnos de preço reduzido.

2.15.7 Orientações Acadêmicas

As orientações tanto acadêmicas como pedagógicas aos alunos são de responsabilidade do corpo de coordenadores de curso. Esta é uma opção estratégica e educacional que fortemente caracteriza a instituição, que investe na manutenção de uma extensa equipe de coordenadores junto ao cotidiano dos alunos, com o objetivo de apoiar o aluno nas suas relações educacional, pedagógica e administrativa com seu curso e mesmo com a instituição.

Essa orientação deve garantir que a qualidade de aprendizado do aluno seja avaliada e constantemente problematizada, procurando formas de atualização e melhoria. Ela também garante uma orientação inicial para candidatos externos e futuros alunos, apresentando as propostas e características gerais do curso e da carreira. Também deverão ser os coordenadores que atuarão como elo entre as esferas administrativas, os professores, demais grupos de alunos e esferas de direção, orientando e facilitando o percurso e a relação do aluno junto aos mais variados setores da instituição. Também serão os coordenadores os responsáveis em orientar os alunos no que se refere aos seus direitos, deveres, atitudes e posturas, em relação ao curso, à comunidade acadêmica, à instituição bem como à formação profissional em andamento.

Também no campo da orientação curricular e dos procedimentos acadêmicos, o coordenador de curso deverá exercer um papel de tutor, supervisionando e aconselhando a progressão do aluno no curso, orientando o aluno no planejamento de suas atividades, inclusive nos procedimentos de matrícula e escolha de componentes curriculares.

2.15.8 Programas de Apoio Financeiro

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas, além de ofertar bolsas de PROUNI e FIES, é compromisso da Mantenedora, de acordo com seu compromisso social, uma organização filantrópica, conceder bolsas de

estudo, de acordo com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 (Dispõe sobre o CEBAS) e Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017 (Dispõe sobre o CEBAS para entidades com atuação na área da educação). Cada caso é analisado por uma comissão, composta por um(a) assistente social, um(a) representante do setor financeiro, um(a) representante da secretaria acadêmica, um(a) assessor pedagógico(a) e o representante da Reitoria, que analisa o desempenho acadêmico e situação econômico-financeira do aluno.

Além disso, os convênios comerciais são incentivos concedidos aos alunos que tenham vínculo empregatício em empresas conveniadas com da **Gran Centro Universitário** e que seguem aos critérios:

- Que estejam devidamente matriculados a partir do 1º período em pelo menos 3 (três) disciplinas de 80 horas;
- O percentual de desconto é de 10% do valor principal contratado;
- Para solicitar o benefício o aluno deverá apresentar no ato da matrícula uma declaração de vínculo empregatício com a empresa conveniada.

A premiação por melhor desempenho, chamada “**Prêmio de Sucesso Acadêmico**” pode ser concedida aos alunos que se destacarem dentre os membros de sua turma/curso. Apenas pode ser concedida aos ingressantes no curso mediante processo seletivo, excluindo-se matriculados advindos de transferência externa ou interna e aproveitamento de estudos, matrícula trancada e que cursaram disciplinas na modalidade de DISPEN. Devem ainda: ter cumprido todos os créditos do curso no próprio curso; ter concluído integralmente todos os períodos sem interrupção da matrícula. O aluno premiado receberá uma bolsa 100% (cem por cento) em um curso de Pós-graduação.

2.15.9 Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva - NAEI

O Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva do **Gran Centro Universitário** foi implantado para atendimento adequado às diretrizes da Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O NAEI é responsável pela formulação e implementação da política de acessibilidade e viabilização de ações da IES, presente no PDI, tendo como objetivo a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicações, digitais e pedagógicas. Tem seu atendimento voltado, em especial, a pessoas com deficiência auditiva, visual, física, altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autista.

O NAEI é constituído por ao menos um representante de cada diretoria ou coordenação executiva, nomeado por meio de portaria interna. Os membros do NAEI serão escolhidos e nomeados pela Reitoria.

O NAEI é coordenado por um dos membros, por indicação da Reitoria.

A perda do vínculo com a IES e ou de qualquer dos cargos mencionados no caput deste artigo implicará, automaticamente, a perda do respectivo mandato.

A composição do NAEI seguirá as seguintes diretrizes:

I - Os mandatos dos membros da NAEI serão por prazo indeterminado.

II - Os cargos serão exercidos sem remuneração.

São atribuições do NAEI:

- I. propor ações afirmativas para superação de barreiras que inviabilizam a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, das comunicações, digitais e pedagógicas no âmbito do **Gran Centro Universitário**;
- II. desenvolver projetos e atividades com o objetivo de assegurar o direito à acessibilidade arquitetônica, atitudinal, das comunicações, digitais e pedagógicas no âmbito do **Gran Centro Universitário**;
- III. promover e estimular ações que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do **Gran Centro Universitário**;
- IV. oferecer, desde que solicitado, assistência ao deficiente no ambiente acadêmico desde o momento da inscrição no processo seletivo;
- V. atender a comunidade acadêmica e visitantes no que tange a acessibilidade arquitetônica nas instalações do **Gran Centro Universitário**;
- VI. manter cadastro e acompanhamento das pessoas com deficiência assistidas, elaborando relatórios anuais;
- VII. realizar atividades próprias e em parceria com órgãos públicos e privados que tratam das deficiências e da temática inclusiva, visando à conscientização da comunidade acadêmica e da comunidade em geral sobre a necessidade de inclusão;
- VIII. estudar a legislação pertinente à acessibilidade, aplicável à instituição de ensino superior;
- IX. registrar e divulgar as ações e políticas desenvolvidas pelo NAEI;

- X. deliberar sobre a ampliação/restrrição das formas de atendimento à pessoa com deficiência, encaminhando propostas à Reitoria;
- XI. avaliar e encaminhar parecer à Reitoria sobre a necessidade de implementação de espaços ou recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado – Decreto 7611/2011);
- XII. XIII – propiciar às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas e aos materiais de informação.

2.15.10 Política e Acompanhamento de Egressos

Considerando os vários indicadores de qualidade de uma Instituição de Ensino Superior destacam-se os resultados de investigações empíricas sobre o acompanhamento da vida profissional e educacional de seus ex-alunos.

A IES, por meio do Programa de Acompanhamento, tem como objetivo estreitar seu relacionamento com seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, através de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis.

Este programa expressa o compromisso do **Gran Centro Universitário** com o seu egresso numa relação de mão dupla, mantendo-os informados sobre notícias da sua área de formação, informações científico-técnicas, eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), atividades de formação continuada, oportunidades, pós-graduação, perguntas a seu professor, além do contato com colegas de sua turma.

De acordo com a política institucional, o programa tem como objetivos:

- Criar o banco de dados - Projeto Sistema de Informação;
- Promover a manutenção do intercâmbio entre a IES e os egressos dos seus cursos;
- Avaliar o nível de satisfação dos egressos com a formação acadêmica adquirida;
- Avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos à demanda do mercado;
- Levantar e analisar trajetórias profissionais;
- Levantar e avaliar situações profissionais;
- Acompanhar os alunos dos cursos de graduação da IES que já estão em contato com o mercado de trabalho;

- Saber da inserção, ou não, em programas de educação continuada (pós-graduação, cursos de curta duração etc).

Desta forma, o **Gran Centro Universitário** consegue manter contato contínuo com os seus egressos, que por sua vez, representa o feedback do desempenho acadêmico institucional por sua atuação no mercado.

Sobre o acompanhamento de egressos, foram instituídos relatórios semestrais com as seguintes dimensões avaliadas:

- Dados do egresso;
- Dados profissionais;
- Continuidade dos estudos;
- Percepções sobre a formação acadêmica;
- Impacto da formação na carreira profissional;
- Encontro de egressos.

2.17 POLÍTICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)

2.17.1 Políticas Institucionais para a Modalidade EaD

O advento da sociedade da informação e do conhecimento incentiva o aparecimento das novas tecnologias que provocam a necessidade de pesquisas para identificar formas mais criativas do processo ensino-aprendizagem. É preciso garantir a adequação dessas ferramentas em uma sociedade que está em crescente transformação, fundamentada em referenciais teóricos e modelos técnicos que realmente contribuam para uma caminhada mais segura em direção ao futuro.

O saber passa a ser construído com base na troca e em relações mais igualitárias. O professor precisa estimular a postura crítica e investigativa do estudante, bem como conviver com a ambivalência, da concordância ou discordância, que passam a ser expressas pelos alunos na construção coletiva do conhecimento.

É necessário rever métodos, conteúdos e metodologias de Educação a Distância frente aos desafios das inovações tecnológicas. A educação passa agora a acontecer também num território até então

desconhecido: o espaço virtual de aprendizagem. Os educadores precisam lidar com as novas exigências sociais, com novos objetivos educacionais e novos grupos de estudantes. As redes sociais foram amplamente incorporadas aos Ambientes Virtuais Multimídia Interativos disponibilizando formas de compartilhamento de conteúdo não somente entre alunos e professores de um mesmo grupo, mas também com as demais comunidades interligadas a determinadas áreas de conhecimento. As novas tecnologias de informação e comunicação provocam a formação de uma nova esfera pública cujos limites são definidos a partir das línguas, culturas e centros de interesses e não mais por cortes geográficos.

Esse contexto educacional requer o planejamento de formatos inovadores de aprendizagem, causando mudanças estruturais que valorizam a aprendizagem independente, auto-organizada e em grupo. É tempo, portanto, de reflexão sobre as possibilidades da educação frente ao surgimento destas novas mídias que resultam numa aprendizagem coletiva com mudanças significativas nas interações e conexões possíveis entre professores e alunos no ato educativo. Este é o desafio da Educação a Distância na instituição, que adota as seguintes políticas, tendo como foco garantir os critérios estabelecidos nos indicadores de qualidade do MEC para essa modalidade de ensino:

- a) **Aprendizagem com foco na problematização** – O estudante deve desenvolver uma postura questionadora no contexto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, com base na pesquisa e reflexão sobre a realidade.
- b) **Autonomia na construção do conhecimento** – o aluno passa a ter domínio do conteúdo e mais possibilidades de atuar sobre ele modificando o seu papel de espectador passivo para sujeito atuante e transformador. As práticas avaliativas são influenciadas por esse princípio e refletem essa independência do aluno no processo ensino- aprendizagem.
- c) **Diversidade** – O modelo de EaD adotado contempla diferentes naturezas de conhecimento e abordagens teóricas e metodológicas, além de questões multiculturais, decorrentes das diversas etnias e culturas que passam a fazer parte do contexto educacional na modalidade a distância.
- d) **Articulação entre Teoria e a prática** – O aluno desenvolve sua capacidade de agir de forma integrada, refletindo sobre a sua ação.
- e) **Aprendizagem colaborativa** – A proposta pedagógica deve possibilitar a criação de um ambiente de trabalho cooperativo, de responsabilidade individual e coletiva, entre todos os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem.
- f) **Dialogicidade** – Os projetos de EaD devem garantir o diálogo e a interação permanente entre os atores envolvidos no processo ensino aprendizagem, por meio da Integração das diferentes tecnologias adotadas nos programas a distância.

- g) **Articulação do ensino, pesquisa e extensão** - O currículo deve propiciar ao aluno a oportunidade de participar de uma educação reflexiva que se constitui em momentos articulados de ação-reflexão-ação.
- h) **Integração com o Projeto de Avaliação institucional** - Adotar práticas avaliativas integradas ao processo de Avaliação Institucional de modo a assegurar a qualidade da Educação a Distância na IES.
- i) **Estímulo às pesquisas** relacionadas à EAD e ao **uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação** na Educação.
- j) **Expansão da oportunidade de acesso e permanência** de jovens e adultos à educação superior, por meio da oferta de cursos na modalidade a distância.

2.17.2 Equipe Multidisciplinar EaD - NEaD

Uma equipe multidisciplinar é formada por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, onde há uma somatória das contribuições individuais de cada membro presente. Inúmeros são os benefícios, dentre eles pode se destacar: maior criatividade, disseminação do conhecimento, diferentes pontos de vista de um mesmo problema e aumento da motivação dos membros da equipe.

Todos os envolvidos na equipe devem trabalhar com sinceridade, competência e responsabilidade; trabalhar com o intuito de atingir resultados positivos através de suas contribuições individuais e coletivas para a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a educação a distância.

A equipe Multidisciplinar da Educação a Distância do **Gran Centro Universitário** é constituída por um núcleo denominado Núcleo de Educação a Distância (NEaD), conforme mencionado anteriormente. O NEaD é o órgão da IES responsável pela coordenação administrativa e didático-pedagógica dos cursos e atividades de educação a distância na Instituição em todos os segmentos de ofertas que o EaD se faça presente. Esse órgão é subordinado à Pró-Reitoria Acadêmica e tem como objetivos desenvolver ações que reflitam a abrangência de sua área de trabalho.

O **NEaD** é constituído por:

- a) um Coordenador de NEaD;
- b) Assessoria de Recursos Tecnológicos;
- c) Controle de Processos do EAD;
- d) Designer Instrucional;

- e) Representantes docentes em EaD;
- f) Web designer;
- g) Tutor de área;
- h) Monitor de área;

Ao **Coordenador do NEaD** compete:

- Convocar e presidir as reuniões;
- Fazer cumprir as decisões;
- Representar o NEaD em todas as instâncias ou delegar a representação NEaD;
- Fazer cumprir as diretrizes da EaD na IES e nos polos;
- Prestar consultoria para processos de EaD em outros polos quando solicitado;
- Apreciar, elaborar e difundir modalidades de EaD
- Manter contato com a comunidade interna e externa à IES no sentido de divulgar as ações do NEaD e estabelecer parcerias e/ou outras formas de cooperação para a viabilização de projetos em EaD.
- Programar capacitações para professores, tutores envolvidos no curso;
- Encaminhar aos órgãos competentes projetos em EaD, relatórios técnicos e financeiros, semestralmente e ou quando solicitados.

São **atribuições do NEaD**:

- Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;

- Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD.
- Disseminar a tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EaD.
- Acompanhar o rendimento das disciplinas ofertadas na modalidade a distância através do desenvolvimento formal de um plano de ação implementado e compartilhado com a equipe multidisciplinar e coordenador de curso a partir de dados numéricos obtidos do aproveitamento das avaliações.

O NEaD utilizará de toda a estrutura da IES, seus outros núcleos, coordenações, NDE, secretarias, pessoal e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades por ele coordenadas. O plano de ação da equipe multidisciplinar será apresentado à comissão de avaliação.

A equipe multidisciplinar, estabelecida em consonância com os PPCs, é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância e possui plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

2.17.3 Atividades de Tutoria

As atividades de tutoria organizadas para o atendimento dos cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD), atendem às demandas didático-pedagógicas da respectiva estrutura curricular, sendo fundamental no processo de interatividade, mantendo um elo entre a Instituição com todos os elementos e processos participantes do modelo institucional EaD e o aluno participante do processo de ensino-aprendizagem. As atividades de tutoria no EaD ocorrem no modo bimodal, ou seja, tanto na forma presencial quanto na forma a distância. As atividades de tutoria são compostas por funções distintas e complementares. Tais atividades estão sob gestão do **NEaD (Núcleo de Educação a Distância)**.

A tutoria é um componente primordial na organização e desenvolvimento da Educação a Distância – EAD, porque tem como objetivo principal o acompanhamento, a orientação e a avaliação de todo o processo de ensino-aprendizagem, especialmente nos momentos de atividade e de estudo não presencial. O tutor é um dos responsáveis pela mediação do processo ensino-aprendizagem, por isso, deve acompanhar e orientar continuamente o aluno.

A tutoria proporcionará o apoio pedagógico às atividades de todos os alunos do curso e sua contínua capacitação é imprescindível para o sucesso do curso. Com esta finalidade, inclui como **atividades**:

- Planejamento da tutoria presencial e à distância;
- Acompanhamento das Atividades;
- Planejamento de atividades para recuperação da aprendizagem;
- Elaboração dos materiais de apoio à atuação dos alunos;
- Planejamento e treinamento contínuo dos tutores;
- Acompanhamento do trabalho dos tutores.

As atividades de tutoria buscam atender às demandas didático pedagógicas da estrutura curricular compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes de forma presencial ou a distância e tem como competência o acompanhamento pedagógico dos alunos, interagindo e auxiliando-os com os materiais didáticos e todo o processo pertinente ao modelo institucional, com a finalidade no processo de ensino-aprendizagem de transformar informação em conhecimento.

Implica-se nas atividades de tutoria para modalidade de EaD, exigirem competências pessoais, tecnológicas, sociais e profissionais organizadas em **quatro áreas**:

- a) Competências pedagógicas (domínio dos métodos de ensino-aprendizagem) e técnicas (domínio do conteúdo);
- b) Competências socioafetivas (capacidades de criação de um ambiente interpessoal favorável à aprendizagem);
- c) Competências gerenciais (capacidades de organização e coordenação das atividades e procedimentos relativos ao Curso);
- d) Competências tecnológicas (domínio das tecnologias digitais de informação e de comunicação requeridas para a condução das atividades)

O tutor a distância atuará a partir da Instituição mediando o processo pedagógico do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com alunos geograficamente distantes. A **tutoria a distância** na EaD tem suas atribuições:

- a) Orientar os alunos em seus estudos relativos à disciplina específica, esclarecendo dúvidas específica e em geral, auxiliar nas atividades de avaliação;

- b) Promover espaços de construção coletiva de conhecimento, com as atividades presenciais, de fóruns de discussão, vídeo aulas, web-conferências, salas de conversação (chat) e correios eletrônicos;
- c) Acompanhar a frequência e a participação dos alunos nas diversas atividades, bem como selecionar material complementar e de sustentação teórica aos conteúdos;
- d) Conduzir os processos avaliativos de ensino-aprendizagem, além de participar dos trabalhos de planejamento e redirecionamento do PPC junto aos docentes.

A **tutoria presencial** tem suas atribuições:

- a) Atender os alunos no polo, especialmente no desenvolvimento das atividades acadêmicas, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdo específico, notadamente quanto ao uso das tecnologias de comunicação e informação disponíveis;
- b) Auxiliar nos momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e apresentação de trabalhos, atividades coletivas ou individuais, dentre outras;
- c) Manter-se em comunicação permanente com os tutores a distância e com a equipe pedagógica do Curso;
- d) Orientar e capacitar o aluno na utilização dos recursos do AVA.

O tutor é responsável por auxiliar o aluno a sanar suas dúvidas, bem como fornecer orientações a distância. Os contatos são realizados periodicamente pelo chat do AVA pelo e-mail específico da tutoria e pelo telefone quando necessário. A cada unidade curricular ministrada, ocorre a capacitação com o professor da mesma, onde o tutor recebe informações pertinentes ao conteúdo da disciplina, o material didático impresso, aulas gravadas pelos professores e os gabaritos das atividades exigidas. São orientados quanto aos objetivos da disciplina e das atividades que serão realizadas, e respectivas avaliações dos alunos. Dessa maneira, cabe ao **tutor realizar as seguintes atividades:**

- a) Participar das videoconferências, bem como de outras atividades;
- b) Apontar falhas no sistema de tutoria;
- c) Participar de atividades de formação e promover estudos sobre educação a distância, com o intuito de manter-se constantemente atualizado;
- d) Sugerir melhorias no sistema AVA, seja por observação de falhas ou mediante críticas feitas pelos alunos;
- e) Informar o aluno sobre os diversos aspectos que compõem o sistema AVA, possibilitando a integração e a identificação do aluno com o mesmo;
- f) Motivar e estimular o aluno, em torno dos objetivos traçados, fomentando um sentimento de autorresponsabilidade, proporcionando a permanência do aluno no Curso/disciplina;

- g) Familiarizar o aluno com a metodologia, as ferramentas e os materiais dispostos para o estudo no AVA;
- h) Controlar a participação dos alunos, mediante monitoramento no AVA;
- i) Conhecer e operacionalizar o AVA;
- j) Tirar dúvidas quanto a informações relacionadas ao Curso ou disciplina em questão;
- k) Detectar com antecedências as possíveis dificuldades e problemas de aprendizagem que poderão surgir, possibilitando a busca de soluções;
- l) Conhecer os alunos, entendendo as diferenças individuais como condicionantes do ritmo de aprendizagem;
- m) Auxiliar os alunos na realização das atividades, responder a dúvidas seja através de correio eletrônico, chat ou telefone;
- n) Incentivar o uso de bibliotecas, a busca de material de apoio, estimulando a pesquisa, e outras formas de trabalho intelectual;
- o) Fazer avaliação das atividades realizadas pelos alunos e fornecer feedback das mesmas;
- p) Conhecer os fundamentos, estruturas, possibilidades e metodologia da educação a distância;
- q) Estar com as atividades burocráticas em dia, (correção de provas, atividades de aprendizagem, entre outras);
- r) Oferecer vias de contato entre aluno e Instituição, animando e orientando o aluno nas possíveis dificuldades;
- s) Manter contatos com professores e demais envolvidos com o processo do AVA;
- t) Informar aos alunos, os objetivos e os conteúdos do Curso ou da disciplina, destacando a relevância dos mesmos;
- u) Conhecer e avaliar os materiais de estudo, possibilitando a sugestão de melhoria dos mesmos;
- v) Reforçar os materiais de estudo, enviando aos alunos, links complementares solicitados ao professor.
- w) Comunicar-se pessoalmente com o aluno, a fim de criar uma relação compreensiva entre ambos, evitando atitudes autoritárias, como também as atitudes extremamente permissivas;
- x) Estimular a interação entre os alunos, favorecendo a comunicação entre eles, sugerindo a organização de círculos de estudo.

O acompanhamento das atividades de tutoria para ações corretivas e/ou evolutivas propostas pela equipe pedagógica, é analisada pelo NEaD através dos resultados e índices obtidos através de questionários de avaliação periódicos dispostos nas disciplinas ofertadas na modalidade de ensino a distância.

Na **Tutoria Presencial**, atuante nos polos: o aluno será atendido individualmente ou em grupos, para discutir e avaliar seu processo de aprendizagem, apresentar os resultados de suas leituras, atividades e trabalhos propostos nos materiais didáticos e, também, para tirar dúvidas.

Na **Tutoria a Distância (online)**: o aluno entra em contato com seu tutor através dos meios de comunicação estabelecidos e nos horários definidos pela Coordenação. Os **meios disponibilizados** pela Coordenação Geral do Curso são:

- E-mail;
- Telefone;
- Internet (AVA) – chat, mural, fóruns de discussão, leituras complementares e outros recursos disponíveis na ferramenta – condicionados ao acesso do discente ao recurso, sendo disponibilizados também em laboratórios nos polos.

O **Tutor online (não presencial)** tem a missão de ser um facilitador da disciplina. Ele realiza diversas atividades no ambiente, sendo que suas **funções** estão classificadas nos seguintes grupos:

- Atos pedagógicos (dar feedbacks, explicar teorias, apresentar opiniões e conselhos, elaborar questões, fazer resumo dos comentários conectando-os quando necessário e direcionar o aluno para referências externas, etc.);
- Atos de gerenciamento (coordenar as tarefas da disciplina, coordenar discussões e coordenar a dinâmica da disciplina);
- Atos de suporte social (gerar empatia entre os alunos, conectar os alunos através de suas características semelhantes, etc.);
- Atos de suporte técnico (orientar os alunos quanto a problemas técnicos e de outras causas que possam vir a ocorrer, mesmo não sendo o responsável por resolvê-los).
- Contato com o professor da disciplina para sanar problemas relacionados a ela e ao aprendizado.

O tutor deve manter um cadastro atualizado com o controle das atividades desenvolvidas individualmente pelo discente na área de conhecimento de sua responsabilidade, registrando, inclusive, os encontros presenciais com o professor. Mediará e controlará (sob a supervisão do professor, Coordenador do Curso) todas as atividades discentes previstas no material didático e nas unidades didáticas das disciplinas.

Os atendimentos individuais poderão ser realizados por meio de contatos: presenciais, telefone ou internet, visando à melhoria do processo de aprendizagem dos alunos. Os atendimentos coletivos acontecerão por meio de encontros periódicos, seminários e outros meios previstos na operacionalização do curso.

As atividades de tutoria, portanto, atendem às demandas didático-pedagógicas das estruturas curriculares dos cursos, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, e são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

2.17.4 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

Em consonância com o disposto na portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, o **Gran Centro Universitário** possui um conjunto de competências necessárias para o exercício das atividades de tutoria com base na definição de conhecimentos, habilidades e atitudes que vão ao encontro da proposta de atribuições para o desempenho do cargo.

São **conhecimentos**:

- Formação na área de atuação do curso preferencialmente complementada por especialização e experiência profissional que o qualifiquem para contribuir com a formação profissional do egresso.
- Conhecimento das rotinas de trabalho e de como devem ser realizadas as atividades no processo de tutoria, para melhor organizar seu tempo, priorizando a mediação pedagógica e a interação com os alunos;
- Conhecimento e capacidade de operacionalização dos recursos e ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, de softwares e de ferramentas de buscas pela internet, a fim de utilizar os recursos em prol da aprendizagem, inclusive os que garantem a acessibilidade pedagógica, metodológica e instrumental;
- Conhecimento pleno da Unidade Curricular e sobre o projeto pedagógico do curso, a fim de planejar e desenvolver atividades que garantam o desenvolvimento das competências e o alcance dos objetivos, tendo em vista o perfil do egresso;
- Conhecimento sobre educação a distância e tecnologias de informação e comunicação, tendo capacidade para entender os fundamentos, estruturas e metodologias referentes a EaD, compartilhando a filosofia da mesma e utilizando as tecnologias em todo o seu potencial.

São **habilidades**:

- Comunicação (oral/escrita), capacidade de se comunicar de forma clara com os discentes, utilizando recursos de tecnologia de informação, orientando e estimulando o aprendizado, bem como os hábitos do estudo autônomo e do aprofundamento dos conteúdos propostos, dentro dos parâmetros de mediação propostos pela IES;
- Organização e Planejamento para determinar o conjunto de procedimentos, ações necessárias para a consecução das atividades de forma organizada, com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos e conseguir melhores resultados de aprendizagem;
- Relacionamento interpessoal, ou seja, competência para administrar relacionamentos e criar redes, de encontrar pontos em comum e cultivar afinidades, para atuar na mediação de forma a despertar nos alunos o interesse pelos estudos e pelo curso e, desta forma, melhorar os indicadores de retenção;
- Capacidade de trabalho em equipe, para trocar informações, conhecimentos, com o intuito de agilizar o cumprimento de metas e o alcance de objetivos compartilhados pelo grupo de professores.

Enfim, são **atitudes**:

- Proatividade e criatividade, antecipando-se a possíveis problemas que podem surgir, propondo soluções e ideias novas por iniciativa própria e para sugerir novas maneiras para realização das tarefas, para resolver problemas de maneira inovadora, para maximizar o uso dos recursos disponíveis
- Automotivação, a fim de perseguir os objetivos por conta própria, com energia e persistência;
- Empatia no lidar com alunos e pares, tratando as pessoas com respeito e ética e procurando perceber as necessidades do outro;
- Flexibilidade, sendo capaz de adaptar-se rapidamente a variações na realização ou surgimento de novas atividades, assim como para se dedicar a vários estudos ou ocupações;
- Comprometimento para cumprir prazos e estar sempre presente no ambiente, interagindo com alunos, enriquecendo as discussões e colocando o seu potencial acadêmico em prol do alcance dos objetivos e metas do curso, colaborando, dando suporte, com total dedicação;
- Liderança, a fim de conduzir com qualidade o processo de realização de tarefas e atividades pelos alunos.

De modo a definir características comuns para a tutoria na modalidade de ensino a distância da IES, elaboramos alguns indicativos para conduzir o trabalho do tutor quanto às características das mensagens e quanto aos modelos de relatórios que devem ser emitidos ao professor da disciplina e à equipe que

acompanha o curso. A tabela a seguir ilustra os tipos de mensagens enviadas aos alunos pelo ambiente de aprendizagem – AVA.

Tabela 12 – Tipos de Mensagens disponíveis no AVA

Ferramenta	Função da mensagem	Direcionamento
Correio eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> ● motivar os alunos; ● esclarecer sobre as atividades; ● informar prazos e datas. 	de caráter individual e coletivo
Fórum	<ul style="list-style-type: none"> ● nortear a discussão (propondo o debate); ● contribuir com a temática abordada; ● buscar o foco da discussão. 	de caráter coletivo
Diário	<ul style="list-style-type: none"> ● motivar o aluno, mostrando que seus registros pessoais estão sendo acompanhados. 	de caráter individual
Envio de Arquivos	<ul style="list-style-type: none"> ● detalhar aspectos positivos e negativos do trabalho enviado, visando ao aperfeiçoamento da atividade; ● promover a sistematização do aluno. 	de caráter individual
Bate-papo / chat	<ul style="list-style-type: none"> ● motivar os alunos; ● realizar uma aproximação afetiva; ● esclarecer dúvidas sobre atividades; ● introduzir a temática abordada no Curso; ● servir como um porto seguro ao aluno, ponto de encontro. 	de caráter coletivo

Fonte: AVA Gran Centro Universitário (2022)

Outra responsabilidade atrelada à função do tutor é o preenchimento e o envio de relatórios de acompanhamento, que devem conter informações relevantes da prática tutorial. A tabela a seguir ilustra os tipos de relatórios de acordo com o sujeito destinatário.

Tabela 13 – Tipos de Relatórios a serem preenchidos pelo Tutor

Sujeito destinatário	Relatório	Objetivos
Para o professor	<ul style="list-style-type: none"> ● de acesso ● de realização das atividades no prazo solicitado. 	<ul style="list-style-type: none"> ● informar dados do acesso e a realização das atividades; ● encaminhar orientações sobre o acesso; ● esclarecer sobre o andamento das atividades da disciplina (operacionais ou de conteúdo).

Para o aluno	<ul style="list-style-type: none"> • das atividades realizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • orientar quanto às atividades já concluídas e quais ainda se encontram com pendência; • reforçar o prazo para cumprimento das atividades; • esclarecer sobre o funcionamento da disciplina, das atividades, dos prazos a cumprir.
Para a equipe técnica, secretaria e coordenação do Curso	<ul style="list-style-type: none"> • de acesso dos alunos e professores; • de realização das atividades no prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> • avisar sobre o não funcionamento de mídias, arquivos etc; • avisar quanto aos problemas de acesso enfrentados pelos alunos; • encaminhar e esclarecer diferentes situações técnicas que possam surgir.

Fonte: AVA Gran Centro Universitário (2022)

Semestralmente o NEaD (Núcleo de Educação a Distância) realiza uma avaliação visando diagnosticar as principais fragilidades e possíveis oportunidades de melhoria na capacitação dos tutores com intenção de buscar práticas inovadoras para permanência dos discentes. A busca pela adoção de gamificação pode ser considerada uma abordagem interessante, como alternativa às práticas tradicionais e aplicável ao ensino, pois vivemos em uma realidade em que os alunos são nativos digitais e possuem uma nova maneira de aprender.

Ressalta-se, por fim, que a prática da tutoria desenvolvida pela equipe de tutores da IES está vinculada à concepção didático-pedagógica adotada. Tal posição de trabalho significa que a ação coletiva e o entrosamento entre os tutores vinculados ao Projeto do Curso ou disciplina em execução são fundamentais para o sucesso da proposta, que reavaliada constantemente pelos índices de acompanhamento, é apoiada pela adoção das melhores práticas pedagógicas com soluções e implementações criativas e inovadoras buscando sempre a melhor e mais próxima interação e desenvolvimento de conhecimento do aluno.

Nesse contexto, os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria são adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão alinhadas aos PPCs, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso, são realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

2.17.5 Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), é o sistema que propicia as salas de aula dos alunos nos cursos a distância (EAD). É o ambiente virtual que disponibiliza os conteúdos das aulas (*webaulas*) e das ferramentas de avaliação e interação do processo ensino. O AVA é conhecido também por sua sigla em inglês LMS – *Learning Management System* ou Sistema de Gestão da Aprendizagem (SGA), são *softwares* desenvolvidos sobre uma metodologia pedagógica para auxiliar a promoção de ensino e aprendizagem virtual ou semipresencial.

O AVA pode ser acessado pelo **Portal do Gran Centro Universitário** e oferece conteúdo em conformidade e em constante evolução, aplicadas normas de acessibilidade, e os padrões de usabilidade são atendidos. O design de navegação (através dos materiais de ensino-aprendizagem) permite que os alunos conheçam seu progresso e posição em relação ao conteúdo geral. O conteúdo de ensino-aprendizagem e materiais publicados, incluindo recursos adicionais, são imprimíveis, proporcionando ao aluno a flexibilidade de tempo e espaço, podendo desenvolver seus estudos em qualquer lugar, de acordo com sua disponibilidade.

O acompanhamento pedagógico implementado por professores, tutores especialistas utiliza-se das estratégias síncronas e assíncronas tais: fóruns, questionários, chat, correios eletrônicos e web-conferências.

As disciplinas são divididas em **unidades curriculares de aprendizagem** e o conteúdo é formado por:

- Mapas de Aprendizagem;
- Videoaulas;
- Slides de Aulas;
- E-books;
- Fóruns – Desafios Colaborativos;
- Checks de aprendizagem;
- Atividades avaliativas / contextualizadas;
- Games: Objetos de Aprendizagem Interativos;
- Artigos de Referência;
- Materiais Complementares.

No AVA, os alunos podem copiar os conteúdos diretamente para seus computadores pessoais e imprimi-los, se necessário.

O aluno tem acesso aos seguintes canais de comunicação: chat, fórum, correio eletrônico e web-conferência. Estes **canais** são especificados em sequência:

- chat: os chats ficam abertos durante o período de atividade proposta pelo tutor. O tutor acompanha o chat para que todas as perguntas postadas sejam prontamente respondidas. Caso o questionamento realizado pelo aluno não possa ser respondido naquele momento, ele receberá um retorno da tutoria acadêmica;
- fórum: para cada núcleo de estudo um fórum específico é criado pelo professor, o qual visa integrar a mídia da videoaula, a referência do mapa mental, as atividades avaliativas e as discussões de aprofundamento orientadas por materiais complementares. O fórum possibilita ao aluno criar e gerar conceitos pertinentes ao tema abordado e compartilhar entre a turma, disseminando o conhecimento aplicado;
- correio eletrônico: o aluno tem um canal específico para enviar correio eletrônico, assim como tutoria, professor (mediado) e coordenadoria de EaD;
- webconferência: são realizados pelos professores com o objetivo de compartilhar conhecimentos adquiridos durante a jornada de Curso e agregar conceitos ao conhecimento formado.

Este ambiente disponibilizado como AVA oferece um conjunto de tecnologias de informação e comunicação, que permite desenvolver as atividades no tempo, espaço e ritmo de cada participante. Por meio das interações possibilitadas por esta ferramenta que se torna possível a troca de experiências, o estabelecimento de parcerias e a cooperação. O uso do **AVA** oferece as seguintes **vantagens**:

- a interação entre o computador e o aluno;
- a possibilidade de se dar atenção individual ao aluno;
- a possibilidade de o aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo;
- a apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem;
- a possibilidade de ser usada para avaliar o aluno.

A abordagem autoinstrucional pedagógica no EaD fundamenta-se na ideia de que a transmissão de informação é a base da educação, já a abordagem colaborativa, o aluno aprende aquilo que lhe é ensinado a partir de um foco de transmissão, entrando em contato com o professor para sanar eventuais dúvidas. O modelo colaborativo segue o princípio de que a interação e o diálogo entre alunos e professores é essencial para o processo educativo, ou seja, o aprendizado ocorre por meio da construção coletiva com base no questionamento, na problematização, na discussão, na apresentação de dúvidas e na troca de informações.

O AVA agrega várias tecnologias encontradas na web para prover a comunicação, a disponibilização de materiais e a administração do curso ou disciplina. Sendo organizados em quatro grupos de funcionalidades: **Coordenação**, de **Comunicação**, de **Produção/Cooperação dos Alunos** e de **Administração**.

- **Ferramentas de Coordenação:** servem de suporte para a organização de um curso ou disciplina e utilizadas pelo professor para disponibilizar informações aos alunos, tanto informações das metodologias do curso ou disciplina (procedimento, duração, objetivos, expectativa, avaliação) e estrutura do ambiente (descrição dos recursos, dinâmica do curso, agenda, etc), quanto informações pedagógicas: material de apoio (guias, tutoriais), material de leitura (textos de referência, links interessantes, bibliografia e etc) e recurso de perguntas frequentes (reúne as perguntas mais comuns dos alunos e as respostas correspondentes do professor).
- **Ferramentas de Comunicação:** que englobam fóruns de discussão, bate-papo, correio eletrônico e conferência entre os participantes do ambiente têm o objetivo de facilitar o processo de ensino-aprendizagem e estimular a colaboração e interação entre os participantes (tutores, discentes e docentes) e o aprendizado contínuo.
- **Ferramentas de Produção dos Alunos ou de Cooperação:** oferece o espaço de publicação e organização do trabalho dos alunos ou grupos, através do portfólio, diário, mural e perfil (de alunos e/ou grupos).
- **Ferramentas de Administração:** oferecem recursos de gerenciamento, do curso ou disciplina (cronograma, ferramentas disponibilizadas, inscrições, etc), de alunos (relatórios de acesso, frequência no ambiente, utilização de ferramentas, etc) e de apoio à tutoria (inserir material didático, atualizar agenda, habilitar ferramentas do ambiente, etc). Através delas é possível fornecer ao professor e tutor, informações sobre a participação e progresso dos alunos no decorrer do curso, apoiando-os e motivando-os durante o processo de construção e compartilhamento do conhecimento.

Entre as ferramentas de comunicação destacam-se: o correio eletrônico, listas de discussões, *newsgroup*, chat e teleconferência. Nas ferramentas de disponibilização de materiais, podendo ser inseridas por alunos ou professores estão: editor de texto coletivo, biblioteca digital, fórum e outros.

À parte, as ferramentas tecnológicas, as práticas, posturas pedagógicas e também comunicacionais inspiram ambientes instrucionistas (centrados no conteúdo), interativos e cooperativos. A interação é mínima e a participação on-line do aluno é praticamente individual. É considerado o tipo mais comum onde a informação é transmitida como em uma aula tradicional presencial.

Os ambientes interativos estão centrados na interação on-line, onde a participação é essencial no curso ou disciplina. Por fim, em ambientes cooperativos, seus objetivos são o trabalho colaborativo e a participação on-line.

O ambiente de aprendizagem foi pensado e estruturado com incorporação de uma sólida comunidade de aprendizagem, uma vez que dispõe de recursos interativos que facilitam a colaboração, estimulam a investigação e também a interação entre os alunos, professores e tutores. Estes recursos interativos suportados no AVA são parte de um conjunto de ferramentas adequadas a **metodologia** implementada, sendo:

- as videoaulas e seus conteúdos complementares, bem como os vídeos de domínio público, agregam informações que geram conhecimentos ao aluno nas unidades publicadas;
- curadoria de componentes curriculares, proposta pelos professores;
- as aulas são orientadas em mapas mentais que facilitam o sequenciamento e contextualização do conteúdo, provendo ao aluno uma memória de referência que facilita a reconstrução do conteúdo quando for aplicá-lo;
- os fóruns temáticos que apresentam propostas de discussões e possibilidade de amplitude de conhecimento através da interação e contribuições da comunidade acadêmica;
- as webconferências que apresentam os temas como são tratados na comunidade atual e as novas pesquisas ou referências para a sociedade do conhecimento.

Vale ressaltar que o AVA mantém Integração com o sistema acadêmico no que diz respeito às matrículas e informações acadêmicas do aluno, acessíveis pelo Portal do Aluno. Como proposta de melhoria contínua do AVA é realizado semestralmente avaliações por parte de docentes e discentes que identificam as potencialidades e fragilidades a serem trabalhadas (devidamente documentadas).

Assim, o Ambiente Virtual de Aprendizagem apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

2.17.5.1. Recursos de acessibilidade no AVA

A instituição garante a acessibilidade comunicacional. A IES disponibiliza seu material didático a partir de diferentes mídias de suporte aos alunos com necessidades especiais, quando necessário e solicitado, tanto no que diz respeito ao Ambiente Virtual de Aprendizagem com aulas traduzidas em **Libras** e compatibilidade aos diversos leitores de tela, quanto ao suporte físico com computadores adaptados com **Braille** e com programas de leitores de tela, bem como suporte pedagógico.

Pelo AVA, também são disponibilizados os recursos de **legendas** e **audioaulas** para as videoaulas. Há também o recurso **“apagar a luz”**, com modificação de contraste de tela para auxiliar pessoas com visão reduzida.

Os materiais de texto, disponibilizados em PDF e E-PUB, permitem as **leituras acessíveis** disponibilizados pelos respectivos leitores. Além disso, há a função de modificação para **13 idiomas**, a **zoom de seleção** e os **audiobooks**, que oferecem a transcrição em áudio dos materiais impressos.

2.17.6. Materiais Digitais AVA

2.17.6.1. Produção de material didático

Os materiais disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA possibilitam integrar recursos em outras mídias, ampliando a capacidade de autonomia do estudante frente ao seu processo de aprendizagem na modalidade EAD. A utilização do computador como recurso de aprendizagem permite a criação de materiais didáticos e a ampliação de conhecimento de forma interativa e também, complementar. Esses recursos permitem a produção de materiais digitais capazes de oportunizar a autonomia do estudante no processo de aprendizagem. A produção desses materiais digitais é feita a partir de recursos de informática de forma isolada ou em rede.

As videoaulas são gravadas pelos professores-autores, podendo ser da própria Instituição ou professores convidados, tendo em vista a riqueza de experiências e olhares diferenciados dos conhecimentos, fatos e assuntos tratados nas aulas, valorizando dessa forma a amplitude do conhecimento na área.

Com estúdios e equipe de produção própria, a IES conta com uma equipe multidisciplinar para fazer a gestão do processo produtivo. O processo começa com a seleção do conteúdo após análise da ementa, para que a produção possa ser definida e iniciada. Neste momento, apropria-se também das métricas a serem adotadas em sua produção e dos prazos de entrega para validação, ajustes (caso sejam necessários) e posterior homologação.

A equipe de produção também realiza a validação com a equipe técnica, da qual faz parte um professor validador, acompanhado da coordenação de curso. Todo esse processo avaliativo e de correção é executado por profissionais capacitados e sob a supervisão da equipe do Núcleo de Educação a Distância – NEAD.

Os textos, disponibilizados por mapas mentais, e-books e materiais complementares, da mesma forma são escritos pelos professores-autores, baseados no material didático disponibilizado aos estudantes, nos quais se expressam e são sistematizadas por meio da escrita, de maneira dialógica. Acompanham os textos, os slides, também produzidos pelos professores-autores e utilizados para gravação das aulas. Os textos dialógicos são acompanhados por indicações de Artigos Científicos, indicação de livros/capítulos de livros, dicas de filmes e outros materiais que complementam o assunto. A logística de distribuição dos vídeos e materiais didáticos se dá única e exclusivamente pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Os materiais digitais são disponibilizados no AVA em formato PDF e o aluno tem a opção de baixar em seu aparelho de tecnologia de informação ou comunicação (PC, notebook, smartphone, tablet, entre outros) ou ainda realizar a impressão.

Os encontros presenciais estarão vinculados aos momentos de aulas revisionais, avaliação ou ainda a momentos também considerados como de estudos, tendo em vista que o estudante apresenta suas reflexões e resultados dos estudos.

As atividades a distância são acompanhadas pelo professor-tutor havendo interação tutor/estudante sempre que necessário para maior apoio/suporte frente ao processo ensino-aprendizagem por meio de canais síncronos ou assíncronos disponíveis.

Ressalta-se que, conforme o plano de atualização da instituição, todo o material didático passa por avaliação constante do NEaD para manter-se atual e adequado a melhor formação do aluno, primando sempre pela qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem a partir da oferta de objetos de aprendizagem de qualidade.

Nessa linha, o Ambiente Virtual de Aprendizagem apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

2.17.6.2. Materiais didáticos disponibilizados no AVA

156

Os principais materiais didáticos são disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) nos seguintes formatos:

- **Videoaulas:** gravadas pelos professores-autores, podendo ser da própria Instituição ou professores convidados, tendo em vista a riqueza de experiências e olhares diferenciados dos conhecimentos, fatos e assuntos tratados nas aulas, valorizando dessa forma a amplitude do conhecimento na área.

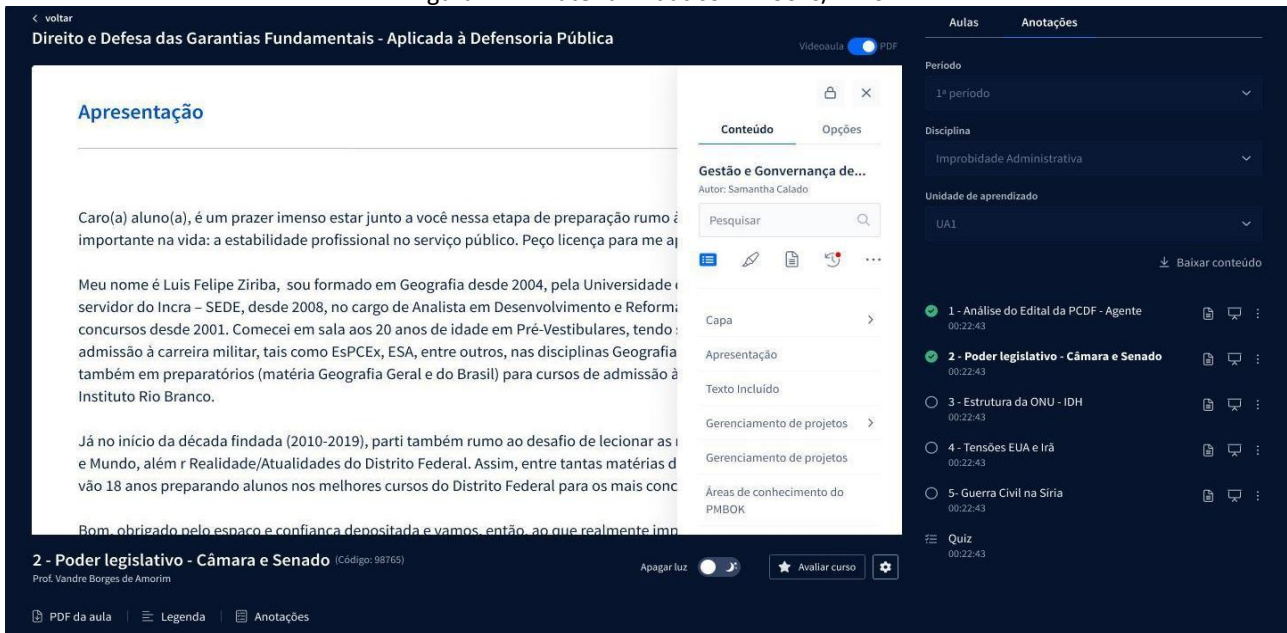
Figura 11 – Material Didático: Videoaulas



Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

- **E-books / PDFs:** os textos, da mesma forma, são escritos pelos professores-autores e são baseados no material didático disponibilizado em cada disciplina. Os textos são acompanhados por indicações de Artigos Científicos, de livros/capítulos de livros, dicas de filmes e outros materiais que complementam o assunto.

Figura 12 – Material Didático: E-Books/PDFs



Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Figura 13 – Material Didático: E-Books/PDFs



Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

- **Slides:** também produzidos pelos professores-autores, são utilizados para a gravação das aulas. Estes materiais funcionam como material de apoio e podem ajudar a construir a experiência e o conhecimento dos alunos.

Figura 14 – Material Didático: Slides

Atração de Talentos | UNIDADE 1

Aula 1 | Conceito de Recrutamento e Seleção

Categorias da diversidade

Diversidade Cultural	Diversidade Étnico Racial Inclusão de características de diversidade no contexto de trabalho	Neurodiversidade Transformos, déficits e síndromes que não impedem o trabalho Ex: diferenças neurológicas
Diversidade Tecnológica Alfabetização Digital: sem compreensão Letramento Digital: conhecimento intenso / domínio	Diversidade de Gênero Inclusão de raças e gêneros nos processos	Neurodiversos Ricas diferenças e habilidades Déficit de atenção, hiperatividades
	PCDs Diferenças físicas, visuais intelectual ou auditiva	Preconceito e discriminação

APOIO | NÃO CAPTURAR NA GRAVAÇÃO

1. Conceito de Recrutamento e Seleção

Você já ouviu falar do R&S e certamente já participou de processos seletivos. O Recrutamento e Seleção faz parte de nossas vida, seja pessoal ou profissional, Fazemos escolhas e tomamos decisões. No campo profissional muitas vezes o R&S é considerado como um processo único mas não é. O Recrutamento é a captação de candidatos e começa pelo currículo e breve entrevista.

Introdução

Importância
Atração de Talentos

→

Busca Atual: Sentimento de Pertencimento e Acolhimento
Processos de Gestão de Pessoas (atentos aos mecanismos de atração e fidelização)

Assertividade

→

Respeito a diversidade e as expectativas do candidato
Tendo muita transparência em todo o processo e oferecendo feedback sobre a evolução do processo.
Conhecer

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

- **Questões:** também produzidos pelos professores-autores, são utilizados no processo avaliativo do ensino e aprendizagem. As questões são apresentadas nos seguintes modelos: resposta única (direta), afirmação incompleta, lacuna, análise de respostas múltiplas associação e alternativas (verdadeiro/falso).

Figura 15 – Material Didático: Questões

Assinale a opção correta, relativa ao modelo dos quatro Cs (competência, comprometimento, congruência, custo), proposto em um estudo desenvolvido na universidade de Harvard.

- A O comprometimento se refere aos meios de engajar e tornar o funcionário mais responsável pelo processo; nesse caso, o gestor de pessoas pode utilizar diversos artifícios de engajamento, sendo o principal deles o aumento na remuneração, pois, para elevar o comprometimento, as políticas remuneratórias devem ser privilegiadas em detrimento de pesquisa de clima, absentismo etc.
- B Na perspectiva desse modelo, os objetivos da organização devem estar acima dos objetivos pessoais dos colaboradores, não sendo necessário alinhar esses valores.
- C Segundo esse modelo, é preciso perguntar se as competências atuais são suficientes para o futuro e para os direcionamentos que a organização deseja seguir.
- D Como a educação corporativa representa um custo elevado e tem pouca mensuração de resultados, as organizações tendem a não associá-la ao planejamento estratégico.
- E Nos dias atuais, com as mudanças contínuas e cada vez mais velozes, o planejamento estratégico de pessoas se torna menos usual, em razão da sua rigidez e falta de flexibilidade.

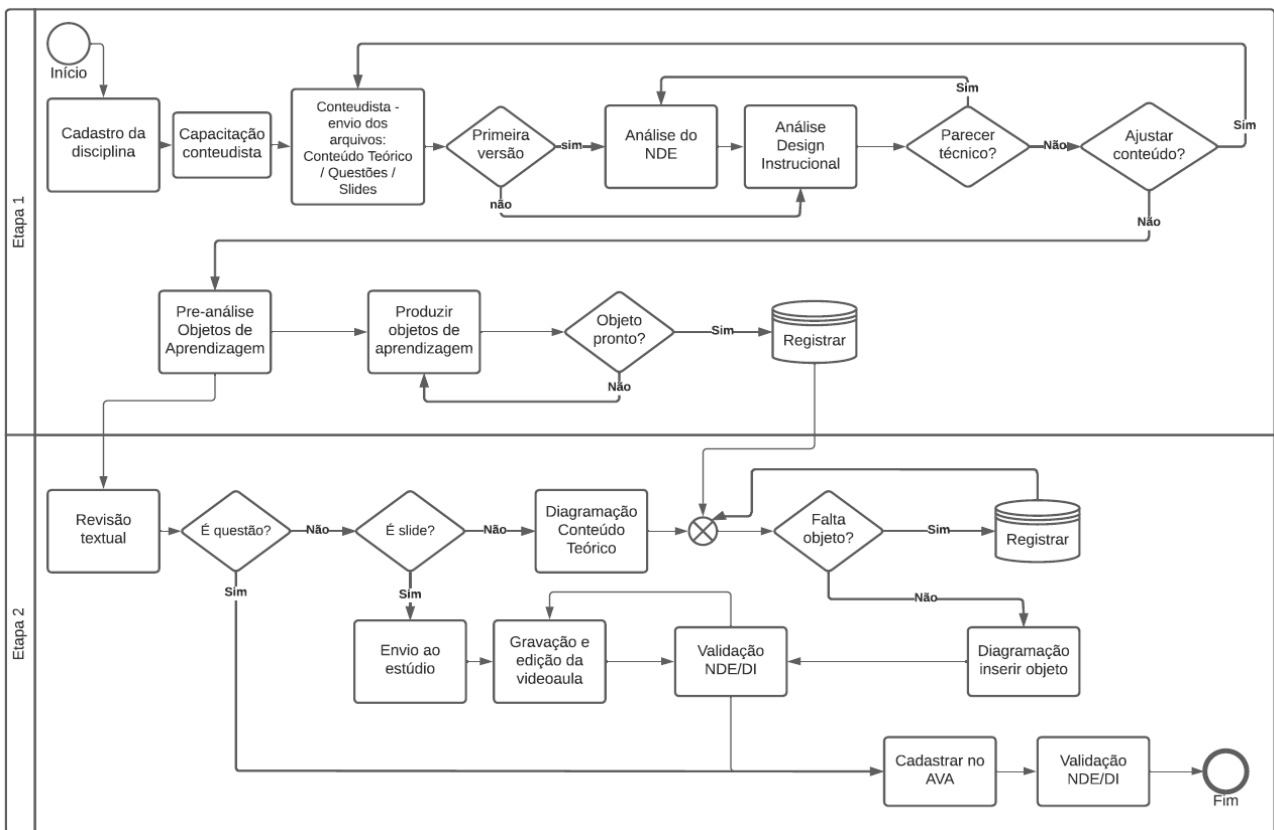
Responder

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

2.17.6.3. Fluxo e ciclo de produção de material didático

Os materiais didáticos obedecem a fluxos de produção. A figura a seguir indica o ciclo de produção de disciplinas.

Figura 16 – Material Didático: Fluxo/Ciclo de Produção



Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

2.17.6. Acesso às Aulas Virtuais

De posse da senha e do login, o estudante deverá acessar a página do curso, pelo site do **Gran Centro Universitário**. O estudante terá à sua disposição, para cada disciplina, todo material necessário para suas aulas, acompanhamento e encaminhamentos das atividades acadêmicas de estudo e avaliativas. Encontram-se ainda as orientações gerais para acesso, informações sobre Calendário Acadêmico com datas das aulas presenciais e avaliações.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

2.18. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICs

Os professores e funcionários da instituição contam com acesso à Internet por meio de seu login e uma senha que lhe garante acesso aos recursos da rede e à Internet. Para os estudantes, existe uma infraestrutura que permite seu acesso por meio do Portal Educacional, na página da Instituição, que faz a mediação e a interação entre a base de dados e o estudante. Por meio de seu registro junto à instituição e uma senha pessoal, o estudante pode acessar tanto o material didático disponibilizado pelos professores, como aulas no sistema AVA, além de verificar no Portal do Estudante os serviços secretariais acadêmicos da instituição, como faltas, notas, entre outros.

O panorama educacional gerado pela entrada das tecnologias da comunicação e informação (TICs) vem ocasionando diferentes experiências e ampliações metodológicas para esta esfera. Estas tecnologias estão transformando, de forma significativa, a maneira de agir e refletir na educação.

A incorporação destes novos recursos tecnológicos, para além da “simples” utilização na prática educativa, deve considerar a proposta metodológica que a sustenta. É importante analisar que, como afirma Almeida e Valente (2005, p. 8), o emprego das tecnologias da informação e comunicação “impõe mudanças nos métodos de trabalho dos professores, gerando modificações no funcionamento das instituições e no sistema educativo”.

A IES, atenta aos avanços tecnológicos, vem implementado a cada ano o seu sistema TICs implantando por meio de sistema ToTvs, programa este especialmente desenvolvido para dinamizar, organizar e simplificar o ambiente institucional, oferecendo ligação direta com o seu sistema educacional/administrativo, proporcionando fácil acesso aos dados para todos os usuários (direção, professores, secretárias, coordenadores e auxiliares), tudo gerenciado pela sua própria equipe, e com suporte sempre presente. As ferramentas utilizadas dentro do sistema são:

- Comunicação Institucional;

- Notas e Faltas (Diário Eletrônico);
- Processo de Ingresso (Processo Seletivo);
- Avaliação Institucional;
- Acompanhamento do Desempenho Acadêmico e Disciplinar;
- Gestão de Atividades Complementares;
- Prospecção de novos estudantes.

Em consonância com sua Proposta Pedagógica Institucional, a IES garante para o curso o acesso e uso de seus laboratórios como uma das formas de possibilitar a interação entre teoria e prática. Para tal, permite a utilização dos laboratórios de informática, laboratório de *hardware* e de redes, em horário integral e mantém permanentemente à disposição um técnico para dar suporte aos usuários e garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos.

Para acompanhar esse processo, impõe-se às instituições educacionais a disponibilização aos seus estudantes de recursos sempre atualizados de informática, que serão importantes auxiliares para o ensino-aprendizagem. A informatização igualmente é de extrema importância para a organização, o acompanhamento e o controle dos serviços administrativos e acadêmicos de uma instituição de ensino.

Nesta abordagem pedagógica o computador transforma-se numa ferramenta controlada pelo estudante que o ensina a fazer. O estudante tem a liberdade para explorar, errar e aprender com o erro (VALENTE, 2005).

Para a efetivação da proposta desta IES, o papel dos recursos informáticos ganha em relevância, pois deverão ser dominados pelos estudantes também como instrumental pedagógico, como uma ferramenta de trabalho, da qual o profissional professor não pode prescindir.

Com essa visão, a Instituição disponibiliza um Laboratório de Informática para os estudantes e implanta gradativamente sistemas informatizados que deem suporte aos serviços administrativos e acadêmicos.

A seguir constam as ações tomadas para a implantação e funcionamento da política de informatização:

- Criação de uma cultura de informática, disponibilizando constante apoio e orientação aos usuários;
- Manter uma política de uso de laboratórios, de forma a atender com eficácia tanto às atividades curriculares, como às outras demandas da comunidade acadêmica;
- Formular sistemas informatizados de acompanhamento e controle acadêmico discente e docente;

- Implantação de sistema informatizado na Biblioteca e na Secretaria Financeira;
- Interligar em rede todas as áreas da Instituição, agilizando a troca de informações;
- Capacitar docentes e técnico-administrativos para uso dos sistemas;
- Modernizar constantemente o parque computacional, por meio de novas aquisições ou de "upgrade" constante do *hardware*;
- Manter o acervo de *softwares* atualizado.

2.18.1. Principais TICs

As ferramentas disponibilizadas compreendem vários *softwares* licenciados, em suas versões gratuitas para estudantes. Entre esses *softwares* destacam-se:

- Visual Studio;
- MS Project;
- Visio e licenças para sistemas operacionais.
- Empresa Brasileira de Sistemas – EBS – software Cordilheira;
- Simulador Empresarial – Jogos de Empresa;
- Biblioteca Virtual – Editorias Pearson e Saraiva;
- Banco Nacional de Empregos – BNE;
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Redes Sociais Digitais da Instituição: Facebook, Instagram, LinkedIn, Canal Youtube;
- Portal do Aluno – Sistema RM TOTVS – Sistema de Gestão;
- Portal do Professor – Sistema RM TOTVS – Sistema de Gestão;
- Recursos Áudio Visuais;
- Laboratórios de Informática;
- Rede WI-FI na biblioteca;
- Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- Código de Defesa do Consumidor - CDC
- Constituição Federal do Brasil – CFB;
- Manual de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos;

2.18.2. TICs e Pesquisas Acadêmicas

- Bibliotecas de teses e dissertações;
- Universidade de São Paulo (USP);
- Universidade Estadual Paulista (Unesp);
- Universidade Estadual de Campinas.

2.18.3. Principais Portais

- **Domínio Público** - O portal Domínio Público se constitui em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, constituindo o patrimônio cultural brasileiro e universal.
- **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia** - O IBICT é um órgão público federal pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Ele é referência em projetos voltados ao movimento do acesso livre ao conhecimento, como a incubadora do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, os Sistemas de Arquivos Digitais (D-SPACE e DiCi) e o Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre.
- **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba** - Para ordenar o crescimento da cidade com a distribuição adequada das atividades urbanas, foi criado o Ippuc. Esse órgão cria soluções integradas, visando melhores condições sociais e econômicas da população, além de captar recursos e atrair investimentos para viabilizar a implantação de planos, programas, projetos e obras do município.
- **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social** - O Iparades é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Sua função é estudar a realidade econômica e social do Paraná para subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.
- **Portal da Legislação** - Base de Dados do Senado Federal contendo toda a Legislação Republicana Brasileira, inclusive com o texto integral original conforme publicação nos veículos oficiais para quase todas as normas.

- **Portal Periódicos Capes** - Base de dados com publicações em texto completo e referencial de diversas áreas do conhecimento.
- **Programa de Comutação Bibliográfica** - Através do Comut é possível a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Uma vez cadastrado, o usuário pode pedir cópias de documentos, periódicos, teses, anais de congressos e relatórios técnicos.
- **Scientific Electronic Library Online (SciELO)** - Coleção de publicações de acesso gratuito, cobrindo as áreas de Ciências Biológicas, Engenharia da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes.
- **Sistema de Informação do Congresso Nacional (Sincon)** - Bases textuais gratuitas disponíveis para pesquisa na área de direito, legislação e jurisprudência.

2.19. REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Os estudantes regularmente matriculados têm representação garantida na Comissão Própria de Avaliação (CPA), que compõem um instrumento de avaliação da estrutura organizacional da Instituição, de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação, facultando a essa Comissão total liberdade para seus trabalhos.

Essa representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica, composta pelos corpos técnico-administrativo, docente e discente, no que tangem aos assuntos de interesse didático-pedagógico e ao aprimoramento da IES, vedadas as atividades de natureza político-partidária. O representante do corpo discente será escolhido pelos seus pares, por meio de indicação da maioria dos estudantes da turma.

2.20. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A proposta didático-pedagógica do Gran Centro Universitário, considerando sua proposta de aperfeiçoamento continuado, não poderia deixar de contemplar um plano de acompanhamento dos egressos. A IES entende que é também pela avaliação dos egressos que se pode ter a exata dimensão dos

resultados práticos de seus cursos, constando o seu grau de intervenção socioprofissional. A partir dessa avaliação, o curso poderá analisar a necessidade de alteração e/ou atualização dos conteúdos programáticos das unidades curriculares.

O Plano de Acompanhamento de Egressos é feito por meio de um cadastro informatizado dos estudantes, com atualização periódica e acompanhamento das atividades profissionais e/ou acadêmicas do egresso. Esse plano, a ser discutido pela instituição, prevê consultas periódicas aos egressos, a fim de investigar a aplicabilidade concreta dos conhecimentos adquiridos no curso. Com esse “*feedback*”, a coordenação poderá reordenar sua proposta didático-pedagógica aos novos desafios enfrentados pelos egressos.

Para tanto, o Gran Centro Universitário pretende ter como porte de sua avaliação institucional a verificação da distribuição ocupacional dos seus egressos, de maneira a poder ajustar o seu projeto didático-pedagógico às necessidades do mercado, da sociedade, de forma mais ampla. Assim, a IES pretende acompanhar a trajetória de seus ex-estudantes por meio da realização de seminários com ex-estudantes a cada dois anos; pelo oferecimento de descontos a ex-estudantes para cursos de pós-graduação (acadêmicos ou profissionais); pelo controle dos resultados de concursos públicos em todas as esferas da federação; pelo contato por e-mail com troca de informações sobre a situação social e profissional.

Nesse sentido, os egressos serão pesquisados para a observação do percentual de ex-estudantes aprovados em concursos públicos e nível de satisfação, importância social e política na cidadania/região; a relação entre formação técnica e crítica, as consequências profissionais e sociais; o envolvimento dos profissionais com as atividades de extensão da IES ou de outra instituição de ensino superior, ONGs, etc; o grau de continuidade na formação, através da realização de Cursos de Atualização, Especialização (acadêmicos), Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

2.21. ATENDIMENTO E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PCDs) E COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

No âmbito educacional da IES, a acessibilidade não se traduz somente na eliminação de barreiras arquitetônicas, mas na promoção plena de condições para o acesso e permanência na educação superior, bem como, o atendimento pleno das necessidades educacionais especiais.

A inclusão na educação constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a política de igualdade, em ambiente educacional favorável. Implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas. Além disso, requer sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade dos estudantes e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. As diferenças são vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas como fatores de enriquecimento.

Para pôr em prática políticas de inclusão, faz-se necessário o desenvolvimento de ações educacionais que removam barreiras (atitudinais, educacionais e arquitetônicas), para que a aprendizagem pretendida seja alcançada.

Entretanto, para sair do campo das intenções e chegar à prática inclusiva existe uma série de ações que precisam ser desenvolvidas ou continuadas. Ressaltamos a necessidade de uma formação inicial e continuada para os professores e todos os envolvidos no processo, realizada através do Programa de Aperfeiçoamento Docente (PAD), que dedica um módulo de formação voltado à temática da Inclusão, acessibilidade e Tecnologias Assistivas.

A constituição de uma política para estudantes com deficiências especiais representa para a IES, o cumprimento dos próprios princípios e valores presentes em sua identidade estratégica e de seu compromisso social.

O apoio acadêmico às pessoas de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida é constituído por um conjunto de ações que abrangem diferentes naturezas de atendimento. No Gran Centro Universitário, eles têm uma atenção personalizada através de projetos que visam não apenas cumprir as exigências legais, mas sobretudo, permitir que tenham uma vida universitária plena.

Os responsáveis pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico (NAPP), desde o momento da matrícula fazem as entrevistas e identificam

as necessidades dos estudantes para tomar providências como, por exemplo: carteiras especiais ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais entre outras providências.

Em atendimento ao Decreto 5.296/2004 que estabelece os requisitos de acessibilidade na IES toma como referência a Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas que trata da Acessibilidade de Pessoas com Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Visando priorizar a viabilização deste decreto, a Instituição realiza:

- criação de vagas de estacionamento de uso exclusivo das pessoas com deficiência física, devidamente sinalizadas e indicadas segundo norma ABNT 9050; assim, o estacionamento de veículos conta com áreas reservadas para este grupo de estudantes ou visitantes e o pessoal responsável pela vigilância e segurança está treinado para oferecer assistência; havendo necessidade, os vigilantes ajudam estes a retirarem cadeira de rodas ou muletas dos veículos, acomodando-os e, sendo solicitado, conduzindo-os até o local desejado. Este atendimento é feito continuamente;
- adequação da altura de equipamentos destinados a estudantes e funcionários portadores de necessidades especiais, como telefones públicos, balcão de atendimento, estantes de livros, bebedouros e interruptores de luz;
- utilização de programação visual adequada, indicando de maneira clara os pontos adequados ao uso das pessoas com necessidades especiais;
- rampas de inclinação suave e com corrimãos de altura adequada às pessoas de necessidades especiais; as calçadas possuem rampas de acesso nos padrões estabelecidos, permitindo que estudantes ou visitantes com necessidades especiais se locomovem;
- garantia de espaçamentos adequados (mínimo de 1,50m) em corredores e ambientes de uso coletivo;
- manutenção dos corredores e acessos, livres de obstáculos (cestos de lixo, painéis de propaganda e bancadas) que possam impedir ou prejudicar a circulação de pessoas;
- portas com larguras superiores a 80cm; portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- existência de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de elevadores com dimensões adequadas às pessoas com necessidades especiais;
- contratação ou qualificação de docentes e funcionários para o atendimento as pessoas de deficiência físico-motora, em iguais condições de tratamento dispensado aos estudantes não deficientes;
- computador adaptado para consulta ao acervo: na sala de consulta e pesquisa de acervo da biblioteca, com bancada adaptada para altura de 90cm, permitindo sua utilização tanto para cadeirantes quanto para crianças e adolescentes; a adaptação é sinalizada por placa padrão acima do computador;
- Piso tátil e placas de identificação dos espaços em Braille.
- Sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais

- Para os estudantes com deficiência auditiva, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o estudante conclua o curso proporcionar:
- intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este, não tenha expressado o real conhecimento do estudante;
- flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às unidades curriculares do curso em que o estudante estiver matriculado;
- acesso aos professores de literatura e materiais de informações sobre a especificidade linguística do deficiente auditiva;

A Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS, em cumprimento à legislação específica é oferecida como Componente Curricular Optativo em todos os cursos de Bacharelado e Tecnologia e como Componente Curricular Obrigatório nos cursos de Licenciatura, sendo também de livre acesso aos docentes e colaboradores ao longo do ano.

Para estudantes com deficiência visual, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o estudante conclua o curso, proporcionar desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- gravador e fotocopadora que amplie textos;
- software de ampliação de tela;
- equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
- lupas, régua de leitura;
- scanner acoplado a um computador;
- de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras, para uso didático;
- laboratórios disponíveis para uso de programas de computador como Winvox, Papovox entre outros, que permite que um livro seja escaneado, transformando-o em arquivo audível e transferências para endereços eletrônicos;

Permite-se o uso de gravadores convencionais existentes no setor de audiovisual, com auxílio dos funcionários responsáveis pelo suporte de atendimento.

O atendimento das pessoas com Transtorno Espectro Autista (TEA) são contempladas em todo território nacional pelas políticas de educação inclusiva, numa perspectiva de superação às perspectivas de exclusão, segregação e integração historicamente aplicadas.

No entanto, a Educação Inclusiva busca a centralidade da organização sociopolítica na busca pela preservação dos direitos individuais do cidadão e seu atendimento de acordo com sua especificidade.

Para tanto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), abordado pela Lei N° 12.764 institui a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de 27 de dezembro de 2012, o art. 3º da referida Lei, define os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
 - a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
 - b) o atendimento multiprofissional;
 - c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
 - d) os medicamentos;
 - e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso:
 - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 - b) à moradia, inclusive à residência protegida;
 - c) ao mercado de trabalho;
 - d) à previdência social e à assistência.

Neste contexto, a IES assume o compromisso de atender às regulamentações legais, a todos os acadêmicos autistas (TEA), bem como desenvolver, junto à comunidade acadêmica, atividades e ações educativas e preventivas.

Desta forma, O Gran Centro Universitário subsidia o atendimento por meio do Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico que promoverá a formação continuada de professores baseada na compreensão das diferenças de cada estudante, com foco na integração e acessibilidade, estímulo ao convívio social e valorização de diferentes formas de pensar.

Concomitante, os currículos assumem a flexibilidade, as atividades acadêmicas e/ou avaliativas terão uma estrutura e tempo diferenciados, as diferentes metodologias de trabalho no alcance das necessidades, adaptação de conteúdos e formas de avaliação, preferencialmente práticos e focados em esquemas visuais.

Quanto ao atendimento pedagógico dos acadêmicos com TEA, a IES compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o estudante conclua o curso, a realizar as seguintes ações:

- Formação continuada para o corpo docente, no intuito, de subsidiar nas intervenções pedagógicas e metodológicas do estudante com TEA;
- Adaptação curricular quando necessário;
- Atendimento do NAPP com vista ao acolhimento, atendimento e encaminhamento das necessidades educativas especiais relacionadas aos processos de aprendizagem;
- Encaminhamento para o sistema de saúde, quando se fizer necessário.

O Gran Centro Universitário se compromete em atender as pessoas com necessidades educativas especiais sempre que se fizer necessário, com reformas, adaptações e condições de acolhimento, acessibilidade e convivência junto com a comunidade acadêmica.

A IES possui infraestrutura preparada para atender professores, funcionários e acadêmicos que apresentem necessidades especiais, como elevadores, rampas de acesso, sanitários masculino e feminino adaptados, local reservado em espaços coletivos e equipamentos especiais conforme exigências da Portaria Ministerial.

Em caso de emergência, é destinado um espaço específico para o resgate das pessoas com necessidades especiais, devidamente identificado e, com designação de pessoal da CIPA especialmente para atendimento a este público.

2.22. POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

A articulação com as instituições públicas é desenvolvida através das seguintes estratégias:

- Realização de encontros e ciclos de debates;
- Intercâmbio, através de visitas e parcerias, entre as instituições e IES;

- Parceria para que os discentes, sob acompanhamento docente, desenvolvam projetos direcionados às necessidades e demandas das instituições;
- Envio de formulários às instituições onde atuam os egressos e/ou estagiários da IES, com vistas à sondagem e posterior análise e replanejamento de ações voltadas para a qualidade das práticas pedagógicas e do processo de ensino x aprendizagem;
- Parcerias e convênios entre IES e as instituições com vistas ao desenvolvimento integrado de capacitação.

Organizações que participam da política de articulação: Copel, Sanepar, Prefeitura Municipal de Curitiba por meio da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria da Educação do Estado do Paraná – SEED/PR, Bosch, Renault, Volvo, Associação comercial, Tortuga, Spal, Polícia Militar, entre outras.

A IES já mantém, desde 2005, uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, o que possibilitou projetos como o Projeto Escola-Universidade, cujo objetivo é desenvolvimentos de ações, capacitação dos docentes da rede municipal de ensino, por meio de orientação do corpo docente desta IES, bem como, como espaços de estágio e compartilhamento de experiências.

2.23. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A produção científica, cultural, artística ou tecnológica dos docentes dos Cursos é incentivada pela IES, com participação em eventos como exemplo, seminários e dentre outros. Este programa conduz os docentes à busca incessante de qualificação e excelência no exercício das atividades acadêmicas e a ampliar a sua participação na comunidade universitária, através de sua produção científica, contribuindo para seu aprimoramento intelectual e curricular. As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão são desenvolvidas em caráter interdepartamental. Em decorrência disso, há salas de uso compartilhado, como no caso das salas de aula e dos laboratórios de Informática, que são usadas para disciplinas afins de outros cursos, dentro da disponibilidade, evitando, assim, duplicação de recursos e favorecendo o aperfeiçoamento dos mesmos. As dependências administrativas e acadêmicas são de uso da Instituição como um todo.

A IES realiza eventos, ciclos de palestras, seminários, em parceria (ou não) com órgãos públicos, ONGs e outras organizações privadas. Também realiza feiras científicas, eventos culturais, entre outros que surgem em conformidade com o envolvimento da IES com a comunidade e suas demandas.

A IES, sempre que possível, busca articular a pesquisa de ponta com a transferência deste conhecimento para a sociedade, reafirmando o compromisso social da instituição. A pesquisa com impacto social é estimulada entre docentes e discentes dos diversos programas e níveis de estudo, fomentando o desenvolvimento de pesquisas e ações de estímulo e incentivo nos campos sociocultural e técnico-científico, permitindo ao aluno da graduação contato com a atividade científica, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural e, engajá-lo desde cedo na pesquisa e iniciação científica e atuar como diferencial na formação acadêmica.

Como resultado da atividade de pesquisa, entende-se a publicação de artigos acadêmicos em revistas científicas, *e-books*, livros e capítulos de livros nas principais áreas de interesse da instituição.

Dentro do **PDI 2019-2023**, a IES estabeleceu políticas e estratégias capazes de assegurar a melhoria de seus programas de incentivo à pesquisa científica, cultural e artística:

- a) Políticas de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural
- b) Políticas de Incentivo à Produção Intelectual Docente e Discente
- c) Políticas de Estímulo à Participação em Eventos
- d) Principais atividades de Pesquisa e Iniciação Científica
 - NIPE (Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão);
 - Publicações eletrônicas (E-book);
 - Cursos de Pós-Graduação *intra-corporis*, como: **Especialização em Pesquisa Acadêmica e Científica na Prática Docente (2017)**, o **MBA em Docência no Ensino Superior com ênfase em Metodologias Ativas de Aprendizagem (2020)**, o **MBA em Docências, Tendências e Estudos de Futuro: Resignificações do Ensino (2022)**;
 - Cursos de formação continuada do **Programa Gran Academy** e das **Pós-Graduações Gran**, também disponibilizadas ao corpo docente e técnico-administrativo, com a finalidade de aprimorar a prática de pesquisa acadêmica e científica da comunidade acadêmica;
 - Programa Acadêmico de Iniciação Científica (PAIC);
 - Seminário em Pesquisa Acadêmica e Científica na Prática Docente